



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CAROLINA GABRIELA DOLLÉANS

**Padrões de populismos conservadores: uma análise comparativa dos *tweets* de Marine
Le Pen e Jair Bolsonaro**

RECIFE

2025

CAROLINA GABRIELA DOLLÉANS

**Padrões de populismos conservadores: uma análise comparativa dos *tweets* de Marine
Le Pen e Jair Bolsonaro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência Política. **Área de concentração:** Política Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Cunha

RECIFE

2025

CAROLINA GABRIELA DOLLÉANS

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Dolleans, Carolina Gabriela.

Padrões de populismos conservadores: uma análise comparativa dos tweets de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro / Carolina Gabriela Dolleans. - Recife, 2026.

153f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2025.

Orientação: Diogo Arruda Carneiro da Cunha.

Inclui referências.

1. Populismo; 2. Extrema-direita; 3. Jair Bolsonaro; 4. Marine Le Pen; 5. Twitter. I. Cunha, Diogo Arruda Carneiro da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

Padrões de populismos conservadores: uma análise comparativa dos *tweets* de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência Política. **Área de concentração:** Política Comparada.

Aprovado em: 27/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. DIOGO ARRUDA CARNEIRO DA CUNHA
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. DALSON BRITTO FIGUEIREDO FILHO
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. ERNANI RODRIGUES DE CARVALHO NETO
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. ODILON CALDEIRA NETO
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Dr. IAN REBOUÇA BATISTA
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

É com profunda gratidão que dedico este espaço para reconhecer as pessoas cuja influência e apoio foram fundamentais para o sucesso da minha jornada acadêmica durante o período de mestrado.

Em primeiro lugar, desejo expressar minha sincera gratidão ao meu mais estimado colaborador nesta empreitada de mestrado, Renato. Sua presença constante, suporte emocional e contribuições acadêmicas e profissionais foram inestimáveis. Estou profundamente agradecido por sua presença inabalável em minha jornada.

À minha mãe, minhas tias e minha avó, direciono uma parte especial deste reconhecimento. São essas notáveis mulheres que me inspiraram a seguir o caminho acadêmico. A admiração que nutro por elas serve como um farol orientador em minha vida e nas minhas escolhas.

Aos meus orientadores, o Prof. Diogo e o Prof. Davi, gostaria de expressar meu sincero agradecimento. Peço desculpas pelas adversidades que pude ter apresentado ao longo deste percurso e agradeço a paciência incansável e pelos conselhos e direcionamentos inestimáveis que gentilmente me ofereceram. Admiro profundamente ambos, não apenas como acadêmicos de destaque, mas também como figuras humanas notáveis.

Agradeço também à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por me acolher e proporcionar um ambiente propício para meus estudos, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia e pelas vicissitudes da vida cotidiana.

De maneira geral, desejo expressar minha gratidão a minha família e aos amigos próximos, que estiveram sempre ao meu lado, prontos para oferecer apoio, mesmo quando eu não os alertava. Vocês constituem um alicerce sólido em minha vida.

Por fim, desejo estender meus mais sinceros agradecimentos à minha terapeuta, cujo papel foi de suma importância em minha jornada. Ela me auxiliou a superar crises, foi a salvadora de minha trajetória acadêmica e pessoal, jamais desistindo de mim e constantemente infundindo ânimo mesmo quando minha vontade vacilava.

A cada uma dessas pessoas, expresso minha mais profunda gratidão. Este mestrado não teria sido alcançado sem o apoio inestimável de vocês.

RESUMO

Quais são as semelhanças e diferenças entre Jair Bolsonaro e Marine Le Pen? Ambos são frequentemente classificados como populistas de extrema-direita, mas pertencem a contextos políticos e históricos distintos. Enquanto Marine Le Pen representa o arquétipo da extrema-direita populista europeia, Bolsonaro, apesar de compartilhar algumas características, é um outlier dentro desse espectro na América Latina. Ainda assim, seus desempenhos eleitorais os inserem na mesma onda global de populismo conservador. Esta dissertação tem como objetivo identificar convergências e divergências entre os dois líderes. Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica para definir as características do populismo conservador e justificar a classificação de cada um dentro desse campo político. Em seguida, serão analisados os contextos políticos, históricos e sociais da França e do Brasil, destacando como Marine Le Pen representa uma continuidade e Jair Bolsonaro uma ruptura. Além disso, a pesquisa adotará técnicas computacionais de análise textual para examinar, de maneira exploratória, os tweets publicados por ambos durante suas campanhas eleitorais, buscando identificar padrões e semelhanças discursivas. O objetivo final é compreender os fatores que contribuíram para a vitória de Bolsonaro e as sucessivas derrotas de Le Pen, oferecendo insights sobre os desafios e as possibilidades da ascensão da candidata ao poder no futuro.

PALAVRAS CHAVES: Populismo; Extrema-direita; Jair Bolsonaro; Marine Le Pen; *Twitter*.

ABSTRACT

What are the similarities and differences between Jair Bolsonaro and Marine Le Pen? Both are often classified as far-right populists, yet they belong to distinct political and historical contexts. While Marine Le Pen represents the archetype of European far-right populism, Bolsonaro, despite sharing some characteristics, is an outlier within this spectrum in Latin America. Nevertheless, their electoral performances place them within the same global wave of conservative populism. This dissertation aims to identify the convergences and divergences between these two leaders. Initially, a literature review will be conducted to define the characteristics of conservative populism and justify the classification of each within this political field. Next, the political, historical, and social contexts of France and Brazil will be analyzed, highlighting how Marine Le Pen represents continuity while Jair Bolsonaro signifies rupture. Furthermore, the research will employ computational text analysis techniques to explore the tweets published by both candidates during their electoral campaigns, seeking to identify discursive patterns and similarities. The ultimate goal is to understand the factors that contributed to Bolsonaro's victory and Le Pen's successive defeats, offering insights into the challenges and possibilities of the candidate's future rise to power.

KEY-WORDS: Populism; Far-right; Jair Bolsonaro; Marine Le Pen; *Twitter*.

RÉSUMÉ

Quelles sont les similitudes et les différences entre Jair Bolsonaro et Marine Le Pen ? Tous deux sont souvent classés comme des populistes d'extrême droite, mais ils appartiennent à des contextes politiques et historiques distincts. Alors que Marine Le Pen représente l'archétype du populisme d'extrême droite européen, Bolsonaro, bien qu'il partage certaines caractéristiques, constitue une exception dans ce spectre en Amérique latine. Néanmoins, leurs performances électorales les inscrivent dans la même vague mondiale de populisme conservateur. Cette dissertation vise à identifier les convergences et les divergences entre ces deux leaders. Dans un premier temps, une revue de littérature sera réalisée afin de définir les caractéristiques du populisme conservateur et de justifier la classification de chacun dans ce champ politique. Ensuite, les contextes politiques, historiques et sociaux de la France et du Brésil seront analysés, en mettant en évidence comment Marine Le Pen incarne une continuité tandis que Jair Bolsonaro représente une rupture. En outre, la recherche adoptera des techniques d'analyse textuelle assistée par ordinateur afin d'examiner, de manière exploratoire, les tweets publiés par les deux candidats durant leurs campagnes électorales, dans le but d'identifier des schémas et des similitudes discursives. L'objectif final est de comprendre les facteurs ayant contribué à la victoire de Bolsonaro et aux défaites successives de Le Pen, tout en apportant des éclairages sur les défis et les perspectives d'une possible accession de la candidate au pouvoir à l'avenir.

MOTS-CLÉS: Populisme ; Extrême-droite ; Jair Bolsonaro ; Marine Le Pen ; *Twitter*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Estrutura Analítica e Metodológica da Pesquisa	19
Quadro 2 –	Escala de abstração das ideologias nativistas	30
Quadro 3 –	Comparação histórica entre a França e o Brasil	32
Quadro 4 –	Comparação entre Marine Le Pen e Jair Bolsonaro	115
Quadro 5 –	Comparação ideológica entre Marine Le Pen e Jair Bolsonaro	116
Quadro 6 –	Quantidade de tweets	125
Figura 1 –	Nuvem de palavras de Jair Bolsonaro	126
Gráfico 1 –	Frequência de termos nos tweets de Jair Bolsonaro	126
Figura 2 –	Nuvem de palavras de Geraldo Alckmin	129
Gráfico 2 –	Frequência de termos nos tweets de Geraldo Alckmin	130
Figura 3 –	Nuvem de palavras de Marine Le Pen	132
Gráfico 3 –	Frequência dos termos mais utilizados nos tweets de Marine Le Pen	132
Figura 4 –	Nuvem de palavras de François Fillon	135
Gráfico 4 –	Frequência dos termos mais utilizados nos tweets de François Fillon	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API	<i>Application Programming Interface</i> (Interface de Programação de Aplicações)
CNCDH	<i>Commission nationale consultative des droits de l'homme</i> (Comissão Nacional Consultiva dos Direitos Humanos, França)
CNRS	<i>Centre National de la Recherche Scientifique</i> (Centro Nacional da Pesquisa Científica)
DFM	<i>Document Feature Matrix</i> (Matriz de Frequência de Termos)
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FN	<i>Front National</i> (Frente Nacional, França)
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
RN	<i>Rassemblement National</i> (Reunião Nacional, França)

SUMÁRIO

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Résumé.....	8
 Introdução	 12
 Capítulo 1	
O que é populismo conservador? O populismo no debate acadêmico contemporâneo ..	21
 <i>O populismo, entre democracia e fascismo</i>	 <i>21</i>
<i>O populismo, entre discurso, estilo e ideologia</i>	<i>25</i>
<i>O populismo na história</i>	<i>35</i>
 Capítulo 2	
Trajetórias das direitas e extremas-direitas na França e no Brasil	43
 <i>Colonização, sistema de dominação e a criação de inimigos da nação: o nativismo</i>	 <i>43</i>
<i>Movimentos de intelectuais de extrema-direita e a consolidação de ideias conservadoras...</i>	<i>54</i>
<i>Regimes autoritários e a criação do inimigo: o autoritarismo</i>	<i>62</i>
<i>Contextos políticos recentes no Brasil e na França</i>	<i>69</i>
 Capítulo 3	
Análise de <i>Tweets</i> como dado (Análise exploratória e agenda de pesquisa)	120
 <i>Análise de texto e redes sociais.....</i>	 <i>120</i>
<i>Metodologia</i>	<i>121</i>
<i>Análise</i>	<i>124</i>
 Conclusão	 139
Bibliografia	142

INTRODUÇÃO

Quais são as diferenças e semelhanças entre Jair Bolsonaro e Marine Le Pen?

Atualmente, diversos comentaristas, jornalistas e cientistas sociais apontam a existência de uma onda populista conservadora. Para Margaret Canovan, o populismo seria o “espectro da democracia”, manifestando-se como o reverso da moeda democrática quando esta falha em cumprir suas promessas. A democracia representativa, por definição, busca abarcar uma ampla diversidade de grupos sociais, garantindo direitos iguais e condições dignas de vida para todos. No entanto, quando determinados setores da sociedade percebem que suas demandas não são contempladas na agenda pública, o populismo pode emergir como uma resposta, reivindicando espaço para esses grupos. Nesse sentido, a cientista política Pippa Norris, em seu livro *Cultural Backlash*, argumenta que o populismo contemporâneo pode ser compreendido como uma reação conservadora e radical aos avanços sociais e culturais que marcaram as últimas décadas do século XX. Setores da sociedade que historicamente ocuparam o centro do debate político e cultural passaram a se enxergar como os “perdedores da globalização”, especialmente à medida que grupos antes marginalizados ganharam maior visibilidade e representação. Esse ressentimento se intensifica diante do empobrecimento generalizado das populações em países desenvolvidos, fenômeno associado ao aprofundamento das desigualdades no sistema capitalista globalizado (PIKETTY, 2013). Assim, a ampliação dos direitos sociais e da participação política de minorias em diversas sociedades ocidentais levou parte dos grupos historicamente dominantes a se sentirem excluídos e prejudicados pelo novo cenário político e econômico.

O populismo de extrema-direita na França encontra sua principal expressão no partido *Front National* (FN), renomeado *Rassemblement National* (RN)¹ em 2018, que tem alcançado resultados eleitorais cada vez mais expressivos. Marine Le Pen, sua principal liderança, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais de 2017 e 2022, obtendo, respectivamente, 33,9%² e 41,45%³ dos votos – o dobro da votação de seu pai, Jean-Marie Le

¹. O partido chamado hoje *Rassemblement National* é muito mais conhecido como *Front National*. Irei me referir então a esse partido com as duas siglas RN e FN, apesar de ser mais conhecido com FN.

². La Rédaction. Élection présidentielle 2017 : résultats des deux tours. **vie-publique.fr**, 2019. Disponível em: <<https://www.vie-publique.fr/eclairage/23919-election-presidentielle-2017-resultats-des-deux-tours>>. Acesso em: 06/08/2022.

³. La Rédaction. Résultats du second tour de l'élection présidentielle en 2022. **vie-publique.fr**, 2022. Disponível em: <<https://www.vie-publique.fr/carte/284918-carte-resultats-du-second-tour-de-lelection-presidentielle-2022>>. Acesso em: 06/08/2022.

Pen, em 2002. Além disso, o RN venceu as eleições europeias de 2019 com 23,31% dos votos. Do outro lado do Atlântico, Jair Bolsonaro, deputado desde 1991, era uma figura pouco conhecida pelo grande público até sua ascensão meteórica à presidência do Brasil em 2018, contrariando previsões de institutos de pesquisa e analistas políticos. Em 2022, ele aparece em segundo lugar nas intenções de voto, um cenário semelhante ao de Marine Le Pen na França. Mesmo antes de assumir o cargo, Bolsonaro já era frequentemente comparado a Le Pen e a outros líderes associados ao populismo de extrema-direita⁴.

Por um lado, ambos apresentam semelhanças em sua linha política, sendo amplamente reconhecidos pela defesa de pautas nacionalistas, conservadoras, autoritárias, anti-institucionais e, frequentemente, associadas a discursos racistas e xenofóbicos. Além disso, fazem uso extensivo das redes sociais e encontram maior ressonância em mídias conservadoras e alternativas. Por outro lado, suas trajetórias e os contextos políticos de origem são profundamente distintos. O FN representa o arquétipo do partido de extrema-direita populista, e Marine Le Pen, seguindo os passos de seu pai, se consolidou como uma figura emblemática desse espectro político. Seu crescimento eleitoral pode ser explicado dentro da conjuntura política e econômica da França nos últimos anos, tornando seu avanço previsível. Já Jair Bolsonaro é um caso atípico. Ao longo de sua carreira política, foi filiado a nove partidos diferentes, e sua eleição pelo Partido Social Liberal (PSL) parece ter sido motivada mais por conveniência estratégica do que por alinhamento partidário. Além disso, sua popularidade emergiu de forma relativamente recente, e sua base de apoio foi construída com notável rapidez. Comparar as diferenças e semelhanças entre os percursos, os contextos e as ideologias de Jair Bolsonaro e Marine Le Pen permite compreender melhor a evolução dos padrões do populismo conservador.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as semelhanças e diferenças entre Marine Le Pen e Jair Bolsonaro enquanto representantes da extrema-direita populista. Para isso, será realizada uma análise abrangente que abarca tanto os aspectos históricos quanto os contextos contemporâneos que moldaram o populismo de extrema-direita na França e no Brasil. Entre os objetivos específicos, busca-se, em primeiro lugar, examinar a evolução histórica do populismo e da extrema-direita, considerando suas diferentes manifestações nesses dois países e no cenário global. Em seguida, será feita uma comparação entre as publicações no Twitter (hoje “X”) de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro, com o intuito de identificar elementos que os

⁴. JUNQUERA ANÓN, Natalia. O elemento comum entre Bolsonaro, a extrema direita da Espanha, Trump e Le Pen. *El País*, Madri, 7 de dezembro de 2018. Eleições Andaluzas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/04/politica/1543949909_697562.html>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

aproximam ou os diferenciam dentro do espectro da extrema-direita populista. Por fim, pretende-se destacar os fatores que contribuíram para a eleição de Jair Bolsonaro e as sucessivas derrotas de Marine Le Pen, permitindo uma compreensão mais ampla dos desafios e das oportunidades enfrentadas por ambos os líderes em seus respectivos contextos políticos. A pesquisa parte da hipótese de que tanto na França quanto no Brasil existem fundamentos históricos e contemporâneos que explicam o surgimento e a consolidação do populismo de extrema-direita. Além disso, considera-se que, embora os discursos de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro compartilhem semelhanças temáticas, há diferenças significativas em seu uso da linguagem e na forma como articulam suas mensagens políticas.

Estamos diante de uma ascensão global do populismo conservador, presente tanto na política das elites quanto na mobilização popular, além de ser amplamente debatido na mídia e na academia (ARDITI, 2014; MUDDE, 2004, MUDDE e KALTWASSER, 2018). O papel da ciência política é interpretar esses fenômenos, elaborar ferramentas analíticas e fornecer subsídios para compreendê-los e, quando possível, antecipá-los. Esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre o populismo conservador por meio da comparação entre duas figuras centrais desse espectro político, destacando semelhanças e diferenças contextuais e ideológicas.

Diversos autores argumentam que o populismo emerge em momentos de crise democrática, evidenciando as falhas e lacunas do próprio regime com base em seus princípios fundamentais. Segundo Ibsen (2019), a transição das políticas de bem-estar social para um modelo de integração progressiva das economias globais gerou uma crise de legitimidade dos Estados. O populismo, nesse contexto, não pode ser reduzido a uma simples resposta à insegurança econômica (RODRIK, 2018) ou às transformações culturais, mas deve ser compreendido também como uma reação a uma percepção de injustiça política. Para Inglehart e Norris (2016), essa reação às mudanças culturais progressistas assume um caráter populista e conservador. Além disso, o populismo conservador é frequentemente associado a uma ameaça à democracia, uma vez que seu arcabouço ideológico carrega valores autoritários que podem comprometer as instituições democráticas quando figuras populistas alcançam o poder.

Segundo Cas Mudde (2007), a extrema-direita se caracteriza por três elementos centrais: o exclusivismo, uma forma radical de nacionalismo; o conservadorismo, associado à defesa de valores tradicionais; e o autoritarismo, que inclui traços antidemocráticos. De forma semelhante, o populismo se distingue pela promoção de pautas nacionalistas, autoritárias e

anti-institucionais, além de sua forte dependência de lideranças carismáticas (ROSANVALLON, 2020). A visão populista, em essência, estrutura a sociedade a partir de uma dicotomia entre um “povo virtuoso”, que os populistas afirmam representar, e uma “elite corrupta”, que supostamente os oprime (ARDITI, 2014; ROSANVALLON, 2020). Como o populismo é uma ideologia “fina” [*thin-centered ideology*] (MUDDE e KALTWASSER, 2018), ele pode ser tanto de esquerda quanto de direita. Ao analisá-lo em conjunto com a extrema-direita, Mudde (2007), após um extenso estudo sobre partidos populistas conservadores, identificou três elementos essenciais que definem essa corrente política: nativismo, autoritarismo e populismo. Essas características serão discutidas em profundidade nos primeiros capítulos desta pesquisa.

A comparação entre França e Brasil permite lançar luz sobre aspectos fundamentais da ascensão das forças conservadoras, uma vez que esses dois países possuem histórias e sistemas políticos distintos. Consideramos que as diferenças na forma como cada nação lida com sua própria história, assim como as particularidades de seus sistemas políticos, podem explicar as variações entre as manifestações do populismo conservador representado por Marine Le Pen e Jair Bolsonaro. Com isso, buscamos compreender não apenas as razões para a consolidação de Le Pen como uma figura da extrema-direita francesa, mas também os fatores que contribuíram para a ascensão acelerada do bolsonarismo no Brasil. Essa análise será aprofundada no segundo capítulo.

Na França, tanto o sistema político quanto a cultura nacional são fortemente influenciados pela memória da Segunda Guerra Mundial, que permanece preservada, debatida e transmitida pelas instituições do Estado, impactando a formação política dos cidadãos. Como o RN é classificado como um partido de extrema-direita, ele carrega o peso da associação com os regimes fascistas e nazistas do século XX, o que contribui para sua exclusão frequente do debate político (KLANDERMANS e MAYER, 2006). Esse isolamento é ainda reforçado pelo sistema político francês, que tende ao bipartidarismo e, consequentemente, marginaliza forças políticas mais radicais. Isso explica, em parte, tanto a dificuldade do RN em conquistar legitimidade dentro do espectro político tradicional quanto a rejeição do próprio partido ao rótulo de “extrema-direita”. Além disso, o perfil predominante do eleitorado do RN é composto, majoritariamente, por cidadãos de baixa renda e com menor nível de escolaridade (MAYER, 2017).

Por outro lado, o Brasil, embora não tenha vivido diretamente as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, enfrentou mais de 20 anos de ditadura militar (1964-1985). No entanto, o Estado brasileiro optou pelo apagamento dessa parte da história, tanto no plano

simbólico quanto no prático. Assim, não houve um investimento significativo na preservação da memória e no debate sobre o período da ditadura, que, até hoje, permanece como uma fase da história brasileira amplamente desconhecida pela população. Além disso, as principais figuras responsáveis pelos abusos, especialmente os militares, não foram responsabilizadas e, em grande parte, permaneceram influentes no cenário político. Em termos de estrutura política institucional, o Brasil adota um sistema presidencialista que obriga o partido no poder a formar coalizões para garantir sua governabilidade (AMES, 2003).

No contexto mais recente, a crise de legitimidade da democracia representativa na França teve início com a “virada da austeridade” (1983) do presidente François Mitterrand, e culminou, recentemente, na crise dos Coletes Amarelos. Já a crise de representatividade no Brasil pode ser rastreada desde as Jornadas de Junho de 2013, passando pela destituição de Dilma Rousseff, pela Lava-Jato, pela prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e pela eleição de Jair Bolsonaro. Ao final dessa análise qualitativa dos contextos históricos e políticos, tanto de longo quanto de curto prazo, realizaremos uma análise exploratória e comparativa de algumas variáveis relevantes que emergiram da primeira investigação. Nossa comparação permitirá identificar os fatores que impulsionaram essas crises políticas e avaliar seus impactos. Além disso, é importante destacar as assimetrias nas trajetórias sociais de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro, e, conseqüentemente, as diferenças na forma como ambos são vistos e percebidos pela opinião pública. Esta análise será abordada no terceiro capítulo.

Marine Le Pen é filha de Jean-Marie Le Pen, o fundador que liderou por décadas o *Front National*. Jovem, ele fez parte das forças armadas e chegou a participar da Guerra da Argélia como paraquedista. Posteriormente, ingressou nas ligas fascistas francesas das décadas de 1960 e 1970. Quando percebeu que estava perdendo uma cidade relevante eleitoralmente, chamou sua filha, Marine Le Pen, para entrar na política – algo que ela nunca havia desejado antes. Assim como seu pai, Jean-Marie, ela é classificada como uma populista conservadora. Nos últimos anos, seu partido tem alcançado um sucesso eleitoral crescente, culminando na sua chegada ao segundo turno da eleição presidencial de 2022. A trajetória de seu partido, juntamente com sua história política e social pessoal, são elementos chave para entender a popularidade eleitoral de Marine Le Pen atualmente.

Em contraste, Jair Bolsonaro é um verdadeiro “outlier” em diversos aspectos. Em 2018, nem jornalistas nem o mundo acadêmico previam que Bolsonaro seria eleito presidente, dada a sua fraca influência durante os seus mandatos de deputado federal, típico representante do chamado “baixo clero” (ver, nesse sentido, as colunas do cientista político Fernando Limongi no Valor Econômico durante os meses que precederam a eleição presidencial de

2018). Apresentado pela mídia, através de vídeos e intervenções suas, como um indivíduo racista, homofóbico, misógino, violento, mal-educado e com poucas qualificações para o cargo, ele foi amplamente desconsiderado como uma opção viável por parte da academia e de setores da sociedade. No entanto, mesmo em um contexto aparentemente desfavorável, ele venceu as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, um país marcado por grande diversidade cultural e social. Existe, portanto, uma grande disparidade perceptiva entre a forma como Jair Bolsonaro é retratado na mídia e como uma parte significativa da população o enxerga.

Acreditamos que uma análise mais aprofundada de sua trajetória social e de como ele se apresenta ao público pode ajudar a explicar essa disparidade. Jair Bolsonaro veio de uma família humilde, ingressou na carreira militar, onde alcançou o cargo de capitão, e rapidamente se lançou na carreira militante e política. Inicialmente, ele defendia os interesses dos militares e da família tradicional cristã, valores que passou a promover na mídia, onde foi tratado, durante anos, como uma figura excêntrica. O apoio a Bolsonaro se originou dessas bases, e, como resultado preliminar de sua carreira, ele foi o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro nas eleições de 1991. A partir da exposição de seus valores, frequentemente vistos como grotescos, ele começou a construir sua rede de apoio. De piada midiática, passou a se tornar uma figura pública e, posteriormente, uma liderança política. Ao redor do mundo, figuras políticas semelhantes a Jair Bolsonaro estão se multiplicando.

De maneira análoga, as pesquisas de opinião falharam em prever o resultado da eleição presidencial dos Estados Unidos em 2016, quando um empresário, conhecido por suas declarações polêmicas na televisão, se tornou presidente. Além de Donald Trump, Volodymyr Zelensky também conquistou a presidência da Ucrânia, em grande parte, devido à sua popularidade. Antes de entrar para a política, Zelensky era ator e interpretou o presidente da Ucrânia na série satírica *Servants of the People* (Servidores do Povo). Embora não seja conservador, sua ascensão ao poder foi repentina, surpreendente e baseada em sua popularidade oriunda do setor cultural e do entretenimento. Por outro lado, Rodrigo Duterte, presidente das Filipinas desde 2016, conquistou a eleição com um discurso focado na segurança e no combate à corrupção. Anteriormente, era conhecido por ter reduzido drasticamente o nível de criminalidade na cidade de Davao com o auxílio de milícias privadas. Por fim, Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria desde 2010, é frequentemente qualificado como um populista conservador. Seu governo tem sido marcado por decisões autoritárias, anti-institucionais e nacionalistas.

O terceiro e último capítulo será dedicado à análise das mensagens no Twitter de candidatos durante suas campanhas eleitorais. Acreditamos que é essencial incluir as redes

sociais nos estudos de Ciência Política e que métodos de análise automatizada, como os propostos pelo campo da análise de texto como dado, são de grande importância. As redes sociais desempenharam um papel decisivo nas eleições recentes, e todos os líderes mencionados até aqui foram eleitos também por sua visibilidade nas plataformas digitais. Escolhemos o Twitter como foco de nossa análise, pois observamos que esta plataforma se configura como um espaço dinâmico e relevante para debates, discursos e autopromoção política. Além disso, percebemos que políticos que criticam as mídias tradicionais, e às vezes estão pouco presentes nelas, se apropriaram do Twitter como um palco político. Nesse contexto, Donald Trump, Jair Bolsonaro e Marine Le Pen têm notoriedade e bases políticas comparáveis nesta rede social.

Antes de tudo, consideramos importante destacar que esta pesquisa envolverá tanto análises qualitativas quanto quantitativas. Como explicam King, Keohane e Verba (1994), a principal diferença entre essas duas abordagens está no estilo, e não no rigor metodológico ou científico. Nossa pesquisa, portanto, adotará métodos tradicionais e modernos. A categorização de atores, movimentos e partidos políticos a partir de sua história, contexto político e econômico, e análise de textos, é um tema clássico na Ciência Política. No entanto, as classificações dependem dos critérios discriminantes, e é comum encontrar diferentes termos para descrever partidos ou atores políticos semelhantes na literatura. Para realizar uma comparação transnacional, Cas Mudde (2000), especialista em populismo e movimentos de extrema-direita, propõe que se estude os partidos com base na sua ideologia oficial e na forma como essa ideologia é percebida pelos eleitores. Mudde argumenta que comparar as políticas que esses partidos ou movimentos buscam implementar pode ser impreciso, dado que uma política pública em um país pode ter significados distintos em outro. No entanto, podemos argumentar que ideologias também não têm o mesmo significado de um país para o outro. Assim, para comparar dois países tão diferentes como França e Brasil, é essencial primeiro entender o que os termos “extrema-direita”, “populismo”, “conservadorismo” e outros similares significam em cada contexto nacional. Também é necessário analisar a conjuntura política, econômica e social recente em ambos os países. Portanto, decidimos desenvolver uma análise comparativa das mensagens no Twitter de Jair Bolsonaro e Marine Le Pen. O desenho de pesquisa é apresentado na tabela abaixo:

Quadro 1 – Estrutura Analítica e Metodológica da Pesquisa

Variáveis	Frequência de palavras e co-ocorrências (em anexo) ; extensão do vocabulário ; quantidade e natureza dos tópicos.
Metodologias e seus tipos	Discussão da literatura (qualitativo) // Análise do texto como dado com diferentes métodos
Períodos temporais	Le Pen: de janeiro de 2016 até o dia 7 de maio de 2017 ⁵ . Bolsonaro: de janeiro de 2017 até o dia 28 de outubro de 2018 ⁶ .
Bases de Dados	<i>Tweets</i> durante o período mencionado.
Softwares utilizados	<i>Twitter 's APIs</i> e <i>R</i> com <i>Rstudio</i> .
Linguagem	<i>R</i>

Fonte: A autora (2025)

No primeiro capítulo, vamos elaborar uma discussão teórica com base em textos selecionados que abordam a história e a evolução do populismo na França, no Brasil e no mundo. O objetivo é selecionar trabalhos acadêmicos relevantes e estudos que sintetizem o estado da literatura nessas áreas. A partir disso, discutiremos, inicialmente, o populismo no debate acadêmico, seguido do populismo conservador sob a perspectiva da política comparada. Isso nos permitirá adotar uma abordagem mais abrangente do populismo de extrema-direita para comparar ambos os candidatos.

No segundo capítulo, nosso foco será esclarecer o contexto político, histórico e social de cada país, a fim de identificar as diferenças e semelhanças nos significados e nas definições de extrema-direita na França e no Brasil. Essas duas análises serão revisões de literatura não sistemáticas. Optamos por esse método, pois essas áreas de estudo já são amplamente consolidadas e não requerem uma pesquisa profunda e sistematizada, visto que outros autores já realizaram esse trabalho. Nossa intenção é selecionar os textos mais

⁵ A partir da oficialização da candidatura de Marine Le Pen até o segundo turno das eleições presidenciais de 2017.

⁶ A partir do aumento da notoriedade de Jair Bolsonaro até o segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

relevantes para o desenvolvimento do nosso estudo. O objetivo final é fornecer um panorama geral do estado da arte, o que nos permitirá aprofundar as abordagens mais úteis para as análises que serão realizadas no terceiro capítulo. Ainda neste capítulo, faremos uma análise das trajetórias políticas e sociais de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro. Reconhecemos que é necessário estabelecer essa análise para poder comparar os candidatos. Assim, a sociologia construtivista e estruturalista enxerga os indivíduos como o resultado das suas socializações sucessivas. Dessa forma, a família onde nasceram, a escola onde estudaram, os empregos e atividades que desempenharam influenciaram os candidatos estudados, resultando, em parte, no estilo político e nos discursos que eles expressam hoje. Por consequência, essas características também esclareçam como a imagem pública desses candidatos é co-construída, resultando da interação entre sua natureza sociológica e a recepção e percepção pública. Por isso, se queremos estudar e comparar as mensagens no *twitter* de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro, precisamos primeiro entender suas trajetórias sociológicas e a construção das suas imagens públicas.

Enfim, no terceiro e último capítulo da nossa dissertação, realizaremos uma análise de texto como dado das mensagens do *twitter* dos candidatos. Para isso, começaremos operacionalizando as definições de populismo escolhidas para efetuar a análise de texto. Acreditamos que o estudo combinado dos *twitter* dos candidatos e das suas ideologias enriquecerá nossa pesquisa (JUNGHERR, 2014), revelando discursos complementares.

CAPÍTULO 1 – O QUE É O POPULISMO CONSERVADOR? O POPULISMO NO DEBATE ACADÊMICO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, realizamos uma revisão acadêmica não sistemática do debate sobre o populismo. Optamos por essa abordagem devido à vasta gama de trabalhos e teorias desenvolvidas nessa área, o que exige uma análise teórica focada especificamente em nosso estudo. Assim, para garantir um embasamento conceitual mais consistente, escolhemos trabalhar com textos especializados que abordam a questão em discussão, em vez de elaborar uma síntese ampla e generalizada das diversas fontes disponíveis.

1. O populismo, entre democracia e fascismo

O jornalista Peter C. Baker observa que o termo “populismo” é frequentemente utilizado para qualificar pessoas, grupos ou eventos muito distintos. Dessa forma, figuras políticas como Jair Bolsonaro, Marine Le Pen, Viktor Orban e Donald Trump, apesar de suas diferenças consideráveis, são todas rotuladas como populistas. Baker também destaca que o significado atribuído a essa palavra no senso comum muitas vezes se desvia significativamente do entendimento acadêmico. Assim, enquanto no discurso público chamar algo ou alguém de “populista” geralmente tem uma conotação de reprovação política e moral, no âmbito acadêmico, apesar da falta de consenso, o populismo pode ser analisado e estruturado conceitualmente.

Ademais, é importante ressaltar que a palavra “populismo” é um conceito relativamente recente, cujo uso se intensificou a partir de 2008, como evidenciado no Apêndice I (que apresenta dados relevantes sobre essa tendência). Frequentemente empregada pela mídia e pelo senso comum, a palavra tem sido associada a demagogia e até mesmo ao fascismo, funcionando como uma espécie de desqualificação política. Isso a coloca como parte de uma estratégia tanto política quanto midiática, revelando como seu uso pode ser moldado para atender a interesses específicos e influenciar a percepção pública.

Três autores oferecem argumentos sólidos para pensar as complexas relações entre populismo, democracia e fascismo: Margaret Canovan, Benjamin Arditi e Nadia Urbinati. Canovan (1999) desenvolve uma reflexão profunda sobre a coexistência entre populismo e democracia. Segundo ela, o populismo atua como uma sombra persistente que acompanha a democracia ao longo do tempo – uma metáfora que é reforçada por Arditi

(2014), ao descrevê-lo como um “espectro”. Canovan explica que o populismo surge das tensões internas da democracia, oscilando entre suas facetas redentoras e pragmáticas. Ela argumenta que, enquanto a democracia moderna se alinha aos princípios liberais, o populismo se rebela contra esse liberalismo, adotando uma postura iliberal. Essa postura iliberal promove uma visão redentora da democracia, que se opõe à resolução pragmática de conflitos característica da democracia liberal, a qual depende fundamentalmente de instituições mediadoras.

Por sua vez, Arditi (2014) amplia a análise de Canovan, sugerindo que o populismo não apenas faz parte da democracia, mas também habita suas margens, podendo, eventualmente, desvincular-se dela. Encontramos nele ecos das teorias de Lefort, que vê o totalitarismo como uma consequência potencial da democracia. Arditi estende essa lógica ao populismo, indicando que a democracia pode, de forma inadvertida, engendrar tanto o populismo quanto o totalitarismo, especialmente quando se degenera em um regime onde a governança é dominada por uma massa unificada, cenário que Alexis de Tocqueville descreveu como um “despotismo democrático”.

Por fim, Urbinati (2014, 2019) apresenta uma análise da democracia dividida em dois pólos distintos: a opinião pública e o contraponto crítico e decisório. Ela destaca que o populismo favorece uma noção excludente do “verdadeiro” povo, definido e galvanizado pela retórica do líder carismático. Urbinati também critica o populismo por sua postura antipolítica e anti-establishment, que se opõe aos processos decisórios democráticos estabelecidos.

Ao explorar as perspectivas desses três estudiosos, esta subseção busca esclarecer as inter-relações entre populismo, democracia e fascismo, e como esses três elementos podem coexistir e influenciar-se mutuamente em um cenário político dinâmico. No contexto do debate acadêmico, observa-se que a origem do populismo é frequentemente vista como intrínseca às lacunas e incongruências da estrutura democrática. Embora enraizado nessas falhas democráticas, é crucial notar que o populismo compartilha semelhanças ideológicas e históricas com o fascismo, o que aponta para uma complexa intertextualidade nas análises das correntes políticas contemporâneas. Essa intersecção sugere a necessidade de se analisar o populismo não apenas como um subproduto da democracia, mas também em sua proximidade com elementos fascistas, ampliando o escopo da análise e destacando nuances ideológicas e históricas significativas.

A interface do populismo com o fascismo, por sua vez, foi habilidosamente explorada por Nadia Urbinati e Federico Finchelstein. Além disso, incorporamos as reflexões de Stuart

Hall sobre o populismo autoritário, buscando uma análise mais abrangente que coloque as instituições no centro do debate.

Urbinati (2014, 2019) oferece uma visão perspicaz do populismo, situando-o em um espaço liminar entre a democracia e o fascismo. Ela argumenta que, embora o populismo seja fundamentalmente uma reação contra as deficiências percebidas na democracia e, em sua essência, preserve uma estrutura democrática, ele possui o potencial de ultrapassar os limites da democracia. Quando líderes populistas ascendem ao poder, há uma possibilidade concreta de que se afastem dos princípios democráticos e avancem em direção a políticas de caráter fascista. Por sua vez, Finchelstein (2019) traz uma perspectiva histórica ao debate, destacando a evolução do populismo no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ele reconhece que, embora o populismo tenha raízes no fascismo, ele se distingue deste último por meio de uma reinterpretação que se alinha mais estreitamente aos princípios democráticos. Finchelstein destaca ainda que, ao contrário do fascismo, o populismo raramente culmina em regimes ditatoriais; ao invés disso, tende a moldar as democracias na direção de formas autoritárias de governança.

Amplificando e exemplificando as reflexões destes pensadores, o populismo autoritário, delineado por Stuart Hall (1979), denota uma estrutura de governança complexa e multifacetada, situada entre discursos conservadores e apelos populistas. Este fenômeno, segundo Hall, emerge como uma resposta direta à fragmentação do consenso pós-guerra que predominava no Reino Unido, marcando uma distância significativa das políticas Keynesianas e da dedicação ao bem-estar social, características marcantes do período.

Essa modalidade de governança, consolidada no thatcherismo, é caracterizada por uma crítica incisiva às instituições previamente estabelecidas, que são vistas como progressivamente desalinhadas das verdadeiras necessidades e aspirações da população. A adoção de uma retórica nacionalista e inflamada se torna uma estratégia para mobilizar o apoio popular, invocando uma ideia renovada de grandeza nacional. Além disso, Hall destaca de forma perspicaz a maneira astuta com que a mídia é manipulada nesse contexto populista, sendo utilizada como ferramenta para criar uma atmosfera de crise iminente. Esse clima de urgência fundamenta a necessidade de medidas autoritárias, consolidando uma nova ordem política que, sob uma perspectiva autoritária, busca redefinir os contornos da cidadania e da identidade nacional.

No contexto contemporâneo, Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019) observam que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a sociedade tem experimentado um notável processo de modernização e democratização, acompanhado de uma evolução cultural significativa.

Essa transformação é marcada pela crescente inclusão de grupos historicamente marginalizados, impulsionada pela maior aceitação de questões como direitos LGBTQIA+, feminismo, diversidade racial e étnica, e secularismo. Os autores propõem uma teoria geral para explicar como essa revolução silenciosa nos valores desencadeou uma reação que gerou apoio a forças populistas autoritárias.

No entanto, essa onda de inclusão e modernidade não foi universalmente aceita. Grupos sociais que outrora ocupavam posições hegemônicas reagiram negativamente a essas rápidas transformações, muitas vezes se encontrando marginalizados nas mudanças sociais em curso. A adoção crescente de valores inclusivos e progressistas fez com que visões contrárias se tornassem socialmente inaceitáveis, exacerbando um processo de exclusão que esses grupos não haviam enfrentado anteriormente.

Além disso, Norris e Inglehart (2019) destacam que os ciclos recorrentes de crises econômicas aprofundaram a sensação de perda entre esses grupos, posicionando-os como os “perdedores” da globalização, não apenas no plano econômico, mas também nas esferas sociais e culturais. Indivíduos de gerações mais velhas, menos educados e residentes em áreas menos urbanizadas frequentemente experienciam essa sensação de perda cultural ou alienação. Sentindo-se desamparados e desrepresentados pelo sistema vigente, esses indivíduos buscaram refúgio em movimentos e figuras populistas, que prometem restaurar a ordem e os valores tradicionais, assim como dar voz àqueles que percebem como ausentes nas estruturas de poder contemporâneas.

Em termos ideológicos, esses grupos defendem políticas autoritárias, evidenciadas pela preferência por líderes fortes que prometem restaurar a ordem e reverter as transformações culturais. Ao adotarem um discurso populista, demonstram ceticismo em relação às elites e instituições, que são vistas como responsáveis pelas mudanças indesejadas. Além disso, há um elemento nacionalista e xenófobo presente: os autores observam o fortalecimento de sentimentos anti-imigração e a ascensão de políticas protecionistas, como respostas ao temor de uma diluição da identidade cultural nacional. O populismo autoritário se aproveita do medo e da insegurança, promovendo políticas de exclusão e autoritarismo. Essa dinâmica, destacada por Norris e Inglehart, sugere que o crescimento do populismo autoritário é uma reação direta às tensões geradas pela rápida e desigual mudança cultural, não se configurando apenas como um fenômeno político isolado.

Além das crises econômicas e políticas externas, existem as crises políticas performáticas, descritas por Moffitt (2015), que são essenciais ao processo populista. Para o autor, uma crise não é um fenômeno neutro; ela precisa ser mediada e performada por atores

específicos. Moffitt argumenta que as crises não são meramente situações externas que desencadeiam o populismo, mas que os atores populistas desempenham um papel ativo na construção e promoção dessas crises como parte de sua estratégia política. Ele sugere que devemos entender as crises não como eventos externos ao populismo, mas como elementos essenciais e internos a ele, sendo fabricados e utilizados para mobilizar apoio político. Assim, a crise não é apenas uma descrição de uma série de fenômenos, mas uma construção ativa que serve para definir problemas de forma a justificar uma intervenção política urgente e direta. Em outras palavras, para Moffitt, a crise é tanto um instrumento quanto um palco para a ação populista, funcionando como um meio pelo qual os líderes populistas moldam e expressam suas políticas, apelando diretamente ao povo.

Ademais, Moffitt vai além da teoria para ilustrar este modelo com exemplos do mundo real, destacando as diversas estratégias adotadas por líderes populistas ao redor do mundo para aproveitar a retórica de crise para ganhos políticos. Na Europa, a narrativa de crise tem sido manipulada para responsabilizar imigrantes e refugiados pelos males sociais e econômicos, enquanto o populismo latino-americano, personificado por figuras como Hugo Chávez e Evo Morales, critica ferozmente as políticas neoliberais e defende uma forma de democracia enraizada no populismo. Narrativas semelhantes ressoam nos Estados Unidos, conforme amplamente discutido por Norris, com líderes utilizando narrativas de crise para galvanizar um grupo demográfico específico, enfatizando disparidades econômicas e as ameaças percebidas à segurança no emprego.

Após aprofundarmos nossa compreensão sobre as origens e representações do populismo no contexto de diferentes regimes políticos, exploraremos agora os complexos mecanismos discursivos e ideológicos que caracterizam o fenômeno populista.

2. O populismo, entre discurso, estilo e ideologia

Ernesto Laclau (2013), em seu exame crítico da natureza da sociedade, propõe que esta seja entendida como um espaço dinâmico e discursivo, onde palavras, interpretações e reivindicações de diferentes grupos sociais se confrontam em um diálogo contínuo, por vezes conflituoso. Laclau define a hegemonia como o processo pelo qual uma demanda particular passa a representar uma totalidade mais ampla, sendo essa operação central para a construção de identidades políticas coletivas. A hegemonia é, assim, crucial para compreender como demandas sociais distintas podem se articular em uma identidade política coesa.

O processo hegemônico envolve a transformação de um significante particular em um significante vazio, capaz de representar uma multiplicidade de demandas e identidades. Isso ocorre porque a totalidade ou universalidade que um significante hegemônico tenta representar é, por sua natureza, sempre falha – impossível de ser totalmente alcançada, mas essencial para a constituição da identidade política. A formação de identidades populares, ou do “povo”, é explicada por meio dessa lógica hegemônica. Laclau argumenta que o populismo é uma lógica política em que uma demanda particular assume uma significação universal, articulando diversas demandas sociais em uma identidade coletiva. Esta articulação é fundamental para a prática hegemônica.

Para que a hegemonia se concretize, é necessário que uma pluralidade de demandas seja colocada numa posição de equivalência conjuntural, cristalizando-se em torno de uma demanda particular. Essa demanda assume uma centralidade que possibilita a formação de uma identidade popular, transformando as demandas individuais em uma cadeia de equivalências. A hegemonia opera na tensão entre a lógica da diferença – a diversidade de demandas particulares – e a lógica da equivalência, que busca unificar essas demandas em uma identidade coletiva. Esta tensão é essencial para a construção e manutenção de uma hegemonia política.

Retomando a perspectiva de Laclau, o objetivo político de um líder populista é alcançar uma hegemonia discursiva, onde a realidade articulada por ele ressoe e se imponha como a narrativa dominante na sociedade. O discurso populista, nesse contexto, funciona como um meio de articular várias demandas sociais insatisfeitas, unindo diferentes grupos em uma frente unificada. Isso é alcançado ao adotar significantes vazios – termos e conceitos flexíveis, que podem ser preenchidos com variados significados, adequando-se às expectativas de uma ampla gama de grupos sociais heterogêneos. Ao fazer sua narrativa se tornar dominante, o político alcança a hegemonia, consolidando-se como uma voz central no cenário social. Além disso, a construção de uma relação antagônica entre o povo e o establishment ou a elite é fundamental para a mobilização populista. O líder carismático desempenha o papel de ponto de identificação unificador para o povo, ajudando a construir e manter a hegemonia discursiva. Um exemplo prático dessa teoria pode ser visto na retórica de Jair Bolsonaro, que utiliza a expressão “cidadãos de bem”, um significante vazio que comporta uma multiplicidade de significados, permitindo agregar as expectativas de diferentes grupos em sua base de apoio.

No mesmo espectro analítico, Yannis Stavrakakis (2017), um dos principais teóricos da análise discursiva do populismo, desenvolve perspectivas que ressoam com as teorias de

Laclau. Ele argumenta que os líderes populistas orquestram discursos estratégicos para construir uma identidade coletiva, geralmente centrada em dicotomias nítidas, como a oposição entre “nós” e “eles”. Stavrakakis enfatiza, ainda, a importância crucial dos símbolos e da retórica no processo de mobilização do apoio popular, bem como na criação de uma narrativa coesa que reverbera de maneira significativa junto ao público.

Além disso, o autor destaca o papel central das emoções e afetos na política populista, explicando como os líderes populistas utilizam o discurso para evocar e direcionar sentimentos intensos como medo, raiva e entusiasmo. Ele também discute os desafios multifacetados que os estudiosos enfrentam ao investigar o fenômeno populista dentro dessa perspectiva teórica. Um dos principais desafios identificados por Stavrakakis é a natureza ambígua e polimórfica do populismo, o que dificulta sua definição precisa e delimitação clara – um problema que buscamos abordar cuidadosamente neste capítulo.

Adicionalmente, ele ressalta a complexidade envolvida na seleção e delimitação de dados discursivos relevantes, dado que os discursos populistas muitas vezes exibem uma dinâmica fluida e intensamente dinâmica. Esse aspecto levanta questionamentos sobre quais seriam os melhores instrumentos para realizar a análise textual do discurso populista. Por fim, Stavrakakis defende a necessidade de uma abordagem interdisciplinar na investigação do populismo, uma que integre perspectivas provenientes de diferentes áreas do saber, como a ciência política e a sociologia – uma metodologia que também buscamos adotar nesta dissertação. Além de ser uma estratégia política discursiva abrangente, o populismo também se caracteriza por um estilo particular nas interações interpessoais, aspecto que abordaremos a seguir.

Para Canovan (1999), já referida anteriormente, o populismo é marcado por um estilo de comunicação direto, muitas vezes brusco e agressivo, que se assemelha à abordagem sensacionalista dos tabloides. Esse estilo visa estabelecer uma conexão imediata e eficaz com o público-alvo, apelando diretamente aos seus sentimentos e preocupações.

Na análise de Moffitt (2014), o estilo populista vai além de uma mera retórica ou conjunto de argumentos. Ele entende o populismo como uma série de performances cuidadosamente orquestradas, com o intuito de criar e fortalecer uma relação íntima com o público (2014). Essas performances frequentemente incluem apelos emocionais diretos, que intensificam e muitas vezes amplificam a sensação de uma crise iminente, utilizando uma linguagem simples e, por vezes, rude. A principal contribuição de Moffitt é a sua abordagem prática, que facilita a análise comparativa de diferentes manifestações de populismo, oferecendo valiosos insights sobre suas diversas expressões em contextos variados.

Aprofundando sua teoria, Moffitt, em seu artigo de 2015, afirma que a crise é sempre mediada e performada, sendo esse o núcleo do populismo, como discutido anteriormente. Isso significa que, sem a dramatização da crise, o populismo perde seu significado essencial. Moffitt esclarece essa ideia por meio de um modelo de seis etapas, demonstrando como os líderes populistas constroem e amplificam a crise. O primeiro passo é identificar uma falha específica, destacando-a como um problema urgente e politicamente relevante. Em seguida, os populistas elevam essa falha à categoria de crise, conectando-a a outras falhas para formar uma narrativa maior, que sugere a existência de um problema sistêmico mais amplo. Uma vez estabelecida a crise, cria-se uma dicotomia clara entre “nós” (o povo, as vítimas) e “eles” (os responsáveis pela crise). Para fortalecer sua mensagem e atrair ainda mais atenção para o problema, os populistas utilizam a mídia para espalhar sua versão da crise. Em seguida, apresentam soluções simples e se posicionam como líderes fortes e capazes, que podem resolver a crise rapidamente. Para manter sua relevância e o apoio popular, continuam alimentando o sentimento de crise, redirecionando o foco ou expandindo sua abordagem para incluir novos aspectos. Assim, a crise se torna um objeto político construído e, nas palavras de Moffitt, performado de maneira a sustentar e fortalecer a narrativa populista.

Cas Mudde, também citado anteriormente, é um destacado cientista político, reconhecido por suas contribuições ao estudo de partidos políticos radicais de direita e ao fenômeno do populismo (MUDDE, 2007, 2017; MUDDE & ROVIRA KALTWASSER, 2017, 2018). No artigo *“Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda”* (2018), ele, junto com Cristóbal Rovira Kaltwasser, explora o conceito de populismo como uma ideologia “fraca” (ou “fina”), definida pela sua flexibilidade e capacidade de se combinar com diversas outras ideologias, sejam elas de esquerda ou de direita. Essa característica de “fraqueza” ideológica, no entanto, não deve ser confundida com falta de influência ou poder; ao contrário, ela confere aos movimentos populistas uma adaptabilidade que lhes permite responder de forma dinâmica às mudanças nas condições políticas, ampliando, assim, sua base de apoio popular. A essência dessa ideologia reside em uma divisão maniqueísta entre o povo e a elite, posicionando-se sempre em favor do primeiro, argumentando que a política deve refletir a vontade geral da população. O populismo, para Mudde e Kaltwasser, exalta o senso comum do povo, o qual é considerado a verdadeira essência da nação. Os autores ressaltam que, apesar de sua natureza fluida, o populismo pode exercer um papel transformador nas paisagens políticas, funcionando como um catalisador para mudanças profundas nas dinâmicas políticas e nas relações de poder estabelecidas.

No livro *Populist Radical Right Parties in Europe* (2007), Mudde analisa a estrutura e o apelo dos partidos populistas de extrema direita que têm surgido e ganhado força em diversas partes da Europa. Ele identifica um conjunto característico de ideias que sustentam esses movimentos, fundado em três pilares principais: nativismo, autoritarismo e populismo. O nativismo, como conceito central, propõe que um estado deve ser habitado exclusivamente por membros do grupo “nativo” (ou seja, da nação), considerando os elementos não nativos – sejam pessoas ou ideias – como ameaças fundamentais à integridade do estado-nação homogêneo. Mudde argumenta que o nativismo combina elementos de nacionalismo e xenofobia. Além disso, o autoritarismo é entendido como “uma disposição geral para glorificar, ser subserviente e permanecer acrítico em relação a figuras de autoridade do grupo interno e adotar uma atitude de punição de figuras do grupo externo em nome de uma autoridade moral” (ADORNO et al. 1969: 228 apud MUDDE, 2007, *tradução nossa*).

Após analisar os partidos populistas de direita radical, Cas Mudde chega a conclusões importantes sobre os fatores que alimentam as características ideológicas centrais desse fenômeno, particularmente no contexto europeu. O nativismo, que combina nacionalismo e xenofobia, é alimentado pela sensação de ameaça identitária gerada pelas flutuações migratórias provenientes do continente africano e do Oriente Médio, bem como pelo multiculturalismo que delas resulta. O autoritarismo, por sua vez, surge como uma resposta à percepção de perigo ligada à criminalidade e à mudança nos valores morais que tradicionalmente estruturam a sociedade, especialmente no que diz respeito a essas populações. Finalmente, o populismo é visto como a manifestação do descontentamento com a representação política vigente, levando à construção de uma dicotomia de “nós versus eles”.

Para aplicar as categorizações de Cas Mudde na análise de figuras políticas como Jair Bolsonaro e Marine Le Pen, é crucial compreender as definições específicas que o autor oferece para termos como “ultra-direita”, “extrema-direita” e “direita radical”. Em sua abordagem, Mudde classifica a “direita radical” como partidos ou movimentos comprometidos com o sistema democrático, mas que defendem um nacionalismo exclusivo e autoritário. Embora possam ser xenófobos e críticos do sistema político estabelecido, esses grupos ainda operam dentro das normas democráticas (MUDDE, 2007). Já o termo “extrema-direita”, segundo Mudde, descreve movimentos ou partidos que estão fora dos limites da democracia liberal, frequentemente rejeitando os princípios democráticos em favor de uma autoridade mais centralizada e menos pluralista (MUDDE, 2007).

Agora, examinemos em detalhes como Mudde elabora suas abordagens sobre a direita radical e a extrema-direita e como ele combina essas características ao conceito de populismo.

Primeiramente, ele concebe o nacionalismo como um princípio político que defende a correspondência entre cultura (ou etnia) e Estado (ou política). Esse fundamento apresenta diversas ramificações, incluindo a busca pela homogeneização da população interna de um país, que pode ser alcançada por meio de estratégias políticas como o separatismo, a assimilação e a expulsão. Além disso, há a exclusividade externa, que, em sua forma mais moderada, propõe a repatriação de membros da nação situados fora de suas fronteiras. Em casos mais radicais, pode se manifestar na reivindicação de territórios habitados por populações nativas ou não, inserindo-se em projetos expansionistas.

O conceito de nacionalismo, no entanto, apresenta desafios conceituais, dificultando a distinção entre nacionalistas moderados, liberais e radicais, apesar da definição apresentada (p. 17). Por essa razão, Cas Mudde recorre ao termo “nativismo”, que representa um nacionalismo intensificado pela xenofobia. Segundo Walter Benn Michaels (p. 18): “A essência do nativismo é sua preferência pelo nativo exclusivamente pelo fato de ele ser nativo” (MICHAELS, 1995 apud MUDDE, 2007). A partir dessa perspectiva, estabelece-se uma assimilação entre Estado e nação, na qual indivíduos externos à nação política, étnica ou cultural são percebidos como ameaças ao Estado simplesmente por sua presença: “Nesta interpretação, o nativismo é aqui definido como uma ideologia que defende que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (“a nação”) e que os elementos não nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaçadores para o Estado-nação homogêneo” (MUDDE, 2007, p. 19, *tradução nossa*). A tabela a seguir sistematiza essas distinções conceituais:

Quadro 2 – Núcleo ideológico dos partidos de direita radical populista

Característica ideológica	Definição interpretativa
Nacionalismo	Crença de que o mundo está dividido em nações distintas, cada uma com direito à autodeterminação e soberania.
Homogeneização interna	Ideal de uma população nacionalmente, culturalmente e etnicamente homogênea; rejeição à diversidade interna.
Exclusivismo externo	Rejeição da integração com grupos externos (imigrantes, minorias), vistos como ameaça à identidade nacional.
Nacionalismo étnico	Forma de nacionalismo baseada em critérios de sangue, ancestralidade e origem étnica, em vez de cidadania legal.

Nacionalismo de estado	Ênfase na unidade nacional sob autoridade estatal forte; frequentemente associado à centralização política.
Exclusionismo	Atitude geral de exclusão de grupos "estrangeiros", minorias e imigrantes das esferas de direitos e pertencimento nacional.
Etnopluralismo	Doutrina que defende a separação territorial de grupos culturais/étnicos para preservar a "pureza" de cada cultura; opõe-se ao multiculturalismo.
Antissemitismo	Hostilidade ou preconceito contra judeus; historicamente presente em alguns movimentos da direita radical.
Xenofobia	Medo, aversão ou ódio aos estrangeiros ou imigrantes.
Estado forte	Defesa de um Estado autoritário, com poder coercitivo reforçado, em especial na segurança e controle social.
Lei e ordem	Ênfase no combate à criminalidade e no reforço da autoridade policial e judicial como garantia da ordem social.
Militarismo	Valorização das Forças Armadas e da disciplina militar como base de organização social e política.
Chauvinismo do bem-estar	Defesa de que benefícios do Estado de bem-estar social devem ser restritos aos "membros legítimos" da nação, excluindo imigrantes.
Valores éticos tradicionais	Apoio a normas morais conservadoras (família tradicional, papéis de gênero fixos, religião institucionalizada).
Revisionismo	Tentativa de reinterpretar ou negar aspectos da história oficial, especialmente em relação a crimes de regimes autoritários ou guerras.

Fonte: Adaptado e traduzido de Mudde (2007, p. 21).

Dessa maneira, Mudde formula uma definição abrangente para os partidos analisados em sua obra, classificando-os posteriormente como *Populist Radical Right Parties*, terminologia que adotaremos ao longo desta dissertação. Como ele sintetiza: “À luz destas revisões, a definição máxima deve ser revista para uma combinação de três características ideológicas fundamentais: nativismo, autoritarismo e populismo” (MUDDE, 2007, p. 22, *tradução nossa*).

Aqui, a dimensão do autoritarismo refere-se, sobretudo, à necessidade de ordem e cumprimento da lei, incluindo também um componente moral associado à punição de infrações à autoridade. Esse aspecto pode ou não envolver elementos antidemocráticos. Por fim, a dimensão populista, que nos interessa especialmente nesta seção, é definida como uma ideologia de fina, cujo princípio central reside em uma visão dicotômica da sociedade, dividida entre um povo virtuoso e uma elite corrupta. Além disso, sustenta a crença de que a política deve ser exclusivamente a expressão da *volonté générale* do povo:

A terceira e última característica essencial é o populismo, aqui definido como um traço ideológico e não meramente como um estilo político. Nesse sentido, o populismo é entendido como uma ideologia de baixa densidade, que concebe a sociedade como fundamentalmente dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos: "o povo puro" versus "a elite corrupta". Além disso, sustenta que a política deve ser a expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo (MUDDE 2004, p. 543; também Jagers 2006). A ideologia populista exalta o “senso comum” do povo ou da chamada “terra natal” (*heartland*) (TAGGART 2000). Na democracia populista, nada é mais importante do que a “vontade geral” do povo — nem mesmo os direitos humanos ou as garantias constitucionais (MUDDE, 2007, p. 23, tradução nossa).

Em seguida, Mudde distingue entre direita radical e extrema-direita. Ele esclarece que o termo “radical” se refere à oposição a certos princípios fundamentais da democracia, como o pluralismo político e a proteção constitucional das minorias (p. 25). Para fundamentar essa distinção, ele se apoia na clássica diferenciação entre esquerda e direita proposta por Norberto Bobbio: “a esquerda considera as principais desigualdades entre as pessoas artificiais e busca superá-las por meio da intervenção ativa do Estado, enquanto a direita acredita que as desigualdades fundamentais entre as pessoas são naturais e estão fora do escopo de atuação do Estado (p. 26).

A direita radical, portanto, não apenas defende a ordem social e moral, mas também sustenta que essa ordem deve ser imposta por meio da autoridade, desafiando certos princípios democráticos estabelecidos. Mudde, então, apresenta um quadro fundamentado na escala de abstração de Sartori (1970, apud MUDDE 2007), para ilustrar essa distinção de maneira mais sistemática que traduzimos e reproduzimos abaixo:

Quadro 3 – Escala de abstração das ideologias nativistas

Ideologia	Característica adicional chave
-----------	--------------------------------

Extrema-direita	Antidemocracia
Direita radical	Autoritarismo
Nativismo (<i>ênfase</i>)	Xenofobia
Nacionalismo	—

Fonte: Tradução nossa, adaptado de Cas Mudde, 2007

A leitura desse quadro é efetuada de baixo pra cima. Dessa forma, observamos que quando o nacionalismo é combinado à xenofobia, surge o nativismo, que sustenta a primazia dos membros nativos da nação em detrimento dos estrangeiros. A adição do autoritarismo a essa equação resulta na direita radical, que defende uma ordem social e moral rigidamente imposta pela autoridade. No entanto, essa vertente ainda opera dentro dos marcos da democracia, mesmo que se oponha a princípios como o pluralismo político e a proteção constitucional das minorias. Já a extrema-direita se diferencia por incorporar elementos antidemocráticos, rejeitando abertamente as instituições e a ordem democrática. Enquanto a direita radical busca transformar a democracia a partir de dentro, questionando algumas de suas premissas fundamentais, a extrema-direita a confronta diretamente, defendendo alternativas autoritárias ao sistema vigente.

Nesta dissertação, adotamos a abordagem do populismo ideacional delineada por Mudde e Kaltwasser, cuja concepção, assim como a proposta por Moffitt, visa facilitar a operacionalização de estudos comparativos de maneira simples e eficaz. Essa escolha metodológica se justifica pela capacidade dessa abordagem de revelar, com maior precisão, as complexidades que caracterizam o fenômeno do populismo contemporâneo. Além disso, Mudde e Kaltwasser analisam como o populismo interage com outros fenômenos políticos, sociais e econômicos, ressaltando a necessidade de uma abordagem multidimensional que considere a diversidade e a complexidade das manifestações populistas em diferentes contextos. Buscamos atender a essa exigência por meio de uma análise aprofundada do contexto histórico e político de cada país estudado. Os autores também enfatizam a relevância de um enfoque comparativo, princípio que orienta nossa investigação e que possibilita uma compreensão mais refinada das múltiplas formas que o populismo pode assumir.

O estudo sugere ainda que as pesquisas futuras sobre populismo devem seguir uma perspectiva interdisciplinar, incorporando contribuições de diversas áreas do conhecimento para construir uma visão mais holística e matizada do tema. Os autores incentivam o desenvolvimento de metodologias inovadoras que possam lançar nova luz sobre as dinâmicas

complexas e multifacetadas desse fenômeno. Pretendemos responder a esse desafio ao longo das próximas seções desta dissertação.

3. O populismo na história

À medida que aprofundamos nossa análise sobre a natureza e a manifestação do populismo, é essencial traçar sua evolução histórica, com um olhar atento às suas origens na França e no Brasil, destacando figuras emblemáticas como Jair Bolsonaro e Marine Le Pen. Com base em uma abordagem historiográfica proposta por pensadores de destaque como Jan-Werner Müller e Pierre Rosanvallon, pretendemos explorar episódios históricos distintos de populismo, a fim de identificar e compreender suas características definidoras.

Em sua obra *What is Populism?* (2016), Müller, assim como outros autores mencionados neste trabalho, inicia a discussão sobre o populismo destacando as dificuldades de estabelecer uma definição precisa do termo, dada a diversidade de suas manifestações em contextos políticos e históricos distintos. Na sequência, ele propõe uma definição do conceito de populismo, sugerindo que ele pode ser entendido como uma visão moralista da política, em que a sociedade é dividida entre dois grupos antagônicos: o “povo puro” e as “elites corruptas”. Essa característica, como observamos, é uma constante na maioria das análises sobre o populismo. O autor acrescenta que essa visão cria uma dinâmica política que nega o pluralismo, caracterizando-se por uma reivindicação moral exclusiva sobre a representatividade. Um exemplo prático dessa divisão pode ser observado na retórica de líderes como Hugo Chávez, na Venezuela, que frequentemente descrevia a elite governante anterior como corrupta, posicionando-se como o verdadeiro representante do “povo”.

Müller também examina as estratégias e táticas frequentemente adotadas por líderes populistas. Ele observa que esses líderes tendem a rejeitar intermediários e instituições que possam comprometer sua conexão direta com “o povo”. Isso geralmente inclui a negação de partidos políticos tradicionais, da mídia e de organizações civis, privilegiando uma relação mais direta e, muitas vezes, carismática com sua base de apoio. Um exemplo notável dessa abordagem pode ser encontrado na campanha de Donald Trump em 2016, nos Estados Unidos da América, que desafiou o establishment político e a mídia tradicional, buscando se comunicar diretamente com o eleitorado, principalmente por meio das mídias sociais e comícios. Como vimos, a ênfase anti-institucionalista do populismo também é um ponto frequentemente destacado pelos principais autores da área.

Em seguida, Müller explora as consequências do acesso dos populistas ao poder, detalhando como esses líderes frequentemente buscam alterar ou manipular instituições democráticas para consolidar seu domínio. Isso, muitas vezes, envolve enfraquecer mecanismos de *checks and balances* e suprimir a oposição política. O governo de Recep

Tayyip Erdoğan na Turquia é frequentemente citado como exemplo de um processo no qual as instituições democráticas foram progressivamente corroídas, resultando em uma concentração substancial de poder nas mãos do líder. Esse exemplo ilustra como o populismo pode representar uma ameaça até mesmo para democracias bem estabelecidas.

Müller conclui sua obra refletindo sobre as formas de responder ao desafio do populismo. Ele sugere que, em vez de rejeitar o populismo de forma simplista como antidemocrático, opositores políticos e cientistas políticos devem buscar compreender as raízes da atração populista e trabalhar para atender às necessidades e preocupações legítimas dos cidadãos que podem impulsionar seu surgimento. Na Europa, diante do crescimento de movimentos populistas, muitos partidos políticos têm tentado ajustar suas plataformas para abordar questões como desigualdade e descontentamento com as instituições democráticas, visando neutralizar o apelo dos líderes populistas.

Enquanto Müller foca na contemporaneidade, em sua obra *Le Siècle du Populisme: Histoire, Théorie, Critique* (2020), Pierre Rosanvallon oferece uma análise crítica do fenômeno do populismo, ao mesmo tempo em que examina suas manifestações ao longo da história, em diferentes contextos geográficos e temporais, proporcionando uma visão abrangente da evolução desse movimento. Na segunda seção do livro, Rosanvallon articula de forma detalhada três fases distintas do populismo na história contemporânea.

Na primeira parte, Rosanvallon descreve o período de governança de Napoleão III, caracterizado pelo cesarismo, uma fase em que políticas populistas buscavam fortalecer a conexão com “o povo” por meio de reformas urbanas e econômicas significativas. Esse líder, que ascendeu de presidente a imperador, adotava uma estratégia política que, na contemporaneidade, podemos classificar como populista. Sua retórica enfatizava a união nacional e a soberania popular, embora também revelasse traços de autoritarismo e centralização do poder.

Napoleão III era notoriamente defensor da prática plebiscitária, utilizando-a para estabelecer uma comunicação direta e clara com a população, alinhada com as ideias de “homem-povo” e “povo-uno” delineadas por Rosanvallon. Ele cultivava a imagem de um soberano próximo ao seu povo, adotando uma política de proximidade visível, que incluía excursões por diversas regiões da França, onde participava ativamente de eventos e estabelecia um contato genuíno com as pessoas. Essa estratégia, descrita por Rosanvallon, também se manifestava na negação de qualquer interferência de instituições intermediárias, como evidenciado pela proibição das sociedades populares e pela censura rigorosa imposta à mídia.

O período subsequente abordado por Rosanvallon refere-se à transição entre os séculos XIX e XX, com ênfase nos Estados Unidos e na França. Ambos os países vivenciaram movimentos que, sob uma perspectiva contemporânea, seriam classificados como populistas, surgindo em contextos específicos. Esses movimentos estão relacionados à primeira crise do paradigma democrático, no contexto da ascensão da globalização, e se destacaram por expressões de xenofobia e protecionismo.

O autor prossegue com a análise do *The People's Party*, também conhecido como *Populist Party* em algumas regiões rurais do sul dos Estados Unidos. Fundado em 1892, o partido representava os interesses dos agricultores e trabalhadores contra as elites políticas e econômicas. Rosanvallon examina esse movimento como uma das primeiras manifestações do populismo nos Estados Unidos da América, destacando sua retórica baseada no confronto entre “o povo virtuoso” e “as elites corruptas”. Por meio de uma plataforma de reformas econômicas progressistas, o partido buscava responder às crises econômicas da época, ilustrando como o populismo pode emergir como reação às falhas percebidas no sistema político. No entanto, o *People's Party* encontrou resistência nos centros urbanos e acabou sendo assimilado pelo sistema político, dando origem ao *Progressive Movement*, que, por sua vez, incorporou pautas populistas voltadas para o fortalecimento institucional da democracia.

No contexto francês, o populismo da virada do século XIX para o XX foi fortemente representado pela figura do General Georges Boulanger, protagonista de um episódio emblemático que desafiou a democracia e denunciou a corrupção política da Terceira República. Seu movimento, conhecido como *Boulangisme*, dissolveu as fronteiras tradicionais entre esquerda e direita, consolidando-se como uma expressão insurgente da cultura política da época. O *Boulangisme* foi um fenômeno populista singular, capaz de reunir apoio de diversas facções políticas, incluindo monarquistas, bonapartistas e republicanos radicais (IRVINE, 1979). Durante a Terceira República Francesa, o espectro político era altamente fragmentado: à direita, figuravam os monarquistas orleanistas, legitimistas e bonapartistas; ao centro-esquerda, os monarquistas republicanos; à esquerda, os republicanos moderados – chamados de oportunistas –, enquanto à extrema esquerda encontravam-se os republicanos radicais, que defendiam transformações profundas no regime. Com a ascensão do socialismo e das reivindicações trabalhistas, os radicais passaram a criticar a ausência da questão social na política dos moderados, cuja imagem foi fortemente desgastada pela controversa política colonial na Indochina.

Em uma tentativa de se aproximar dos radicais, Georges Clemenceau indicou o General Georges Boulanger, um veterano militar que rapidamente se tornou uma figura

carismática na política francesa. Seu programa político combinava nacionalismo, revanchismo – especialmente em relação à perda da Alsácia-Lorena para a Prússia – e propostas de reformas democráticas, tornando-se uma alternativa atraente para setores insatisfeitos da sociedade.

No auge de sua popularidade, Boulanger consolidou-se como um candidato competitivo, especialmente nas eleições de 1889, quando conseguiu mobilizar um grande contingente de eleitores em Paris e em outras regiões urbanas. Sua retórica combativa e sua capacidade de capitalizar o descontentamento popular com o regime e suas elites políticas foram determinantes para sua ascensão. No entanto, seu movimento sofreu uma queda abrupta, sobretudo devido às suas indecisões estratégicas. Em momentos cruciais, como a oportunidade de dar um golpe e tomar o poder, Boulanger hesitou. Temendo ser preso, exilou-se, e sua influência dissipou-se rapidamente, levando à frustração e decepção entre seus apoiadores (TOMBS, 1996, p. 575).

Embora efêmero, o *Boulangisme* deixou um legado significativo na política francesa. O movimento pode ser considerado um precursor de tendências populistas que emergiriam no século XX, evidenciando a volatilidade do cenário político francês e a capacidade de figuras carismáticas mobilizarem apoio popular (STERNHELL, 1994). Além disso, revelou as crescentes tensões sociais e políticas que, nos anos seguintes, aprofundariam as divisões na sociedade francesa. Dessa forma, o *Boulangisme* representa um episódio crucial da Terceira República, ilustrando a fluidez e a complexidade do cenário político da época. Seu estudo permite compreender os primeiros sinais de movimentos populistas que viriam a marcar a política francesa em décadas subsequentes (TOMBS, 1996).

Esse fenômeno não se restringiu à França. Nos Estados Unidos, a mídia – especialmente os periódicos satíricos – desempenhou um papel central ao expor casos de corrupção e evidenciar as fragilidades das instituições democráticas. Enquanto a imprensa norte-americana se posicionava como um agente de renovação democrática por meio dessas denúncias, na França, os jornais foram além, construindo representações caricaturadas de figuras políticas. Esse tipo de abordagem jornalística refletia uma descrença popular crescente no ideal democrático e na capacidade das instituições de se reformarem por dentro.

Além disso, Rosanvallon destaca a ascensão do referendo como um instrumento central nas agendas políticas de diversos países contemporâneos, como Alemanha e Reino Unido. Defensores desse mecanismo o apresentavam como uma via legítima para expressar a vontade popular e revitalizar as estruturas democráticas. Entretanto, essa busca por formas diretas de participação política ocorreu paralelamente ao avanço de tendências

nacional-protecionistas impulsionadas pela globalização e pela desilusão com os sistemas representativos.

Na França, esse movimento se consolidou em uma ideologia política estruturada, particularmente sob a influência de Maurice Barrès. Ele redefiniu o conceito de nacionalismo, concebendo-o como uma alternativa ao socialismo, pautada na defesa do proletariado nacional e na rejeição dos trabalhadores estrangeiros. Nos Estados Unidos, essa mesma época testemunhou uma intensificação do protecionismo xenófobo, manifestado em ondas de violência e restrições contra imigrantes chineses e japoneses, especialmente na Califórnia do final do século XIX.

Maurice Barrès é amplamente reconhecido como uma figura central na literatura e na política francesa do final do século XIX e início do século XX. Pesquisadores como Sternhell (1994) e Winock (1997) destacam sua trajetória como a de um dos principais pensadores do nacionalismo e conservadorismo francês, tornando-se, assim, uma referência fundamental para a compreensão do populismo de direita. Inicialmente aliado a grupos republicanos e boulangistas, Barrès passou por uma profunda transformação ideológica ao longo de sua carreira política, como observado por Winock (2001). No desfecho de sua trajetória, consolidou-se como um ardoroso defensor de um nacionalismo fundamentado na valorização das raízes territoriais e na exaltação do patrimônio cultural e histórico francês. Em sua trilogia literária *Le Roman de l'énergie nationale*, Barrès desenvolve os conceitos de enraizamento e desenraizamento, utilizando personagens fictícios para explorar as consequências da desconexão com as tradições culturais e nacionais. Essa abordagem se alinha às reflexões de Nora (1992) sobre os lugares de memória e reflete um ideal político que se opunha aos valores universalistas e cosmopolitas, posicionando-se como uma força conservadora contra as transformações modernizadoras da época.

Na esfera política, Barrès exerceu papel ativo na Câmara dos Deputados da França, onde se destacou por sua defesa intransigente do nacionalismo. Seus discursos se caracterizavam pela oposição ao cosmopolitismo e ao internacionalismo, ressaltando a necessidade de preservar os “verdadeiros” valores e tradições francesas diante das influências externas. Essa retórica, conforme analisado por Taguieff (1995), antecipa elementos presentes em movimentos nacional-populistas contemporâneos. Além disso, Barrès adotava uma perspectiva conservadora no que se referia à religião, considerando o catolicismo uma força integradora capaz de conter as tendências individualistas e materialistas da sociedade moderna. Politicamente, defendia o que chamava de “individualismo orgânico”, uma concepção que enfatizava a interdependência entre o indivíduo e a coletividade nacional. Essa

visão contrastava com abordagens mais liberais e cosmopolitas da individualidade, reforçando um populismo que exaltava a unidade e a homogeneidade cultural como pilares da identidade nacional.

Assim, ao examinar o pensamento político e filosófico de Barrès, torna-se possível identificar as bases históricas e intelectuais do populismo de direita na França. No entanto, como destaca Rosanvallon, o final do século XIX e início do século XX não testemunharam a ascensão de regimes populistas nesses países. Nos Estados Unidos, por exemplo, as demandas populistas foram, em grande parte, assimiladas pelo sistema político vigente. A incorporação de mecanismos como referendos, iniciativas populares e a possibilidade de revogação de mandatos eletivos em diversos estados – especialmente no Oeste e no Midwest – funcionou como uma resposta institucional às pressões populistas. Além disso, a adoção das primárias em vários estados reforçou essa estratégia de acomodação política, ainda que o populismo americano da época estivesse profundamente atravessado pelo racismo e pela segregação entre comunidades brancas e negras.

Na Alemanha e no Reino Unido, o crescimento expressivo do socialismo e a consolidação de partidos de massa vinculados a sindicatos mostraram-se estratégias eficazes para conter e canalizar demandas populistas. Já na França, a implementação de políticas de bem-estar social, associada à expansão dos sindicatos e ao fortalecimento da legislação trabalhista, desempenhou um papel crucial na mitigação das pressões populistas, ao incorporar suas reivindicações dentro do arcabouço institucional do regime.

O último episódio populista analisado abrange os movimentos, regimes e lideranças políticas que se destacaram na América Latina ao longo do século XX. Diante da dificuldade em enquadrá-los nas categorias políticas convencionais, analistas sociais, historiadores e observadores contemporâneos recorreram ao termo “populismo” para classificá-los. Esses regimes não se alinhavam plenamente com os princípios democráticos, mas tampouco configuravam ditaduras totalitárias. Da mesma forma, embora ocasionalmente inspirados em modelos fascistas europeus – como se observa nas trajetórias de Gaitán e Perón em relação a Mussolini –, resistiam a uma categorização estritamente fascista. Além disso, não eram fundamentados em uma política marxista explícita. O populismo latino-americano desse período, portanto, representava uma ruptura significativa em relação às estruturas políticas preexistentes e contemporâneas.

Rosanvallon destaca dois protagonistas notáveis dessa era: Jorge Eliécer Gaitán, figura transformadora do cenário político colombiano nas décadas de 1930 e 1940, e Juan Domingo Perón, que ascendeu à presidência da Argentina por meio do sufrágio universal em 1946.

Gaitán, cuja trajetória foi abruptamente interrompida por seu assassinato poucos dias antes das eleições presidenciais de 1948, inaugurou um estilo de campanha que reverbera até os dias atuais. Provavelmente de maneira inconsciente, resgatou uma retórica anteriormente associada a Napoleão III ao proclamar: “Não sou um homem, sou um povo”. Ao se posicionar como porta-voz dos marginalizados contra a plutocracia dominante, Gaitán apresentou-se como alternativa ao sistema bipartidário tradicional, fundamentando sua narrativa em um discurso moralista que exaltava a virtude popular em oposição à corrupção das elites.

Por sua vez, Perón consolidou sua eleição em 1946 ao capitalizar seu bem-sucedido mandato como Secretário de Estado do Trabalho desde 1945. Durante esse período, promoveu uma série de reformas sociais, impulsionado pelo contexto de prosperidade econômica da Argentina. Entre suas principais medidas estavam a criação de sistemas de previdência para categorias até então desassistidas, a implementação do estatuto do trabalhador rural e significativos aumentos salariais. Assim como Gaitán, Perón e sua esposa, Eva Perón, cultivaram uma conexão direta com a população, tanto por meio de discursos carismáticos quanto por ações concretas. No poder, Perón promoveu uma ampla reestruturação institucional, ampliando as prerrogativas do Executivo, limitando a atuação da Suprema Corte e restringindo atividades partidárias, conforme estabelecido na Constituição de 1949. Além disso, seu governo impôs um ambiente de forte controle sobre a opinião pública: havia uma expectativa implícita de lealdade por parte de funcionários públicos, cidadãos e meios de comunicação, sendo as críticas ao regime fortemente desencorajadas e, muitas vezes, reprimidas com severidade.

Ao final, Rosanvallon reflete sobre a ambiguidade inerente ao populismo em sua relação com a democracia. Argumenta que, dependendo de como é conduzido, o populismo pode atuar tanto como uma ameaça à ordem democrática quanto como um catalisador de reformas políticas. Essa dualidade, segundo ele, é um traço essencial do fenômeno: se, por um lado, pode mobilizar as massas para impulsionar mudanças sociais e ampliar a participação política, por outro, pode conduzir ao autoritarismo e à exclusão de grupos minoritários. Assim, ao percorrer as múltiplas manifestações históricas do populismo, Rosanvallon oferece aos leitores uma análise sofisticada e matizada do tema, incentivando uma reflexão crítica sobre suas implicações para a política contemporânea.

No próximo capítulo serão analisadas as trajetórias das direitas e extremas-direitas na França e no Brasil.

CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIAS DAS DIREITAS E EXTREMAS-DIREITAS NA FRANÇA E NO BRASIL

O objetivo central deste capítulo é analisar as origens e a evolução histórica dos conceitos de direita e esquerda nos contextos políticos francês e brasileiro, com ênfase na ascensão da extrema-direita desde a era moderna até os dias atuais. Para isso, examinaremos episódios cruciais que contribuíram para a construção dos principais elementos associados ao populismo de extrema-direita em ambos os países. O foco será traçar a trajetória das ideias e valores que têm caracterizado essa corrente política no contexto francês e suas repercussões no Brasil. Um aspecto fundamental a ser destacado é a fluidez e transformação das ideologias ao longo do tempo. As ideias que compõem os espectros da esquerda e da direita não são estáticas; elas se moldam e se redefinem em resposta às dinâmicas dos movimentos sociais e políticos. Conceitos como monarquia, democracia, nacionalismo, antissemitismo e autoridade emergem e desaparecem dentro de partidos e movimentos tradicionalmente associados a um dos polos ideológicos, dependendo das circunstâncias históricas e políticas. Essas variações serão exploradas nas seções seguintes, por meio de exemplos concretos que ilustram essa constante reconfiguração.

1. Colonização, sistema de dominação e a criação de inimigos da nação: o nativismo

A compreensão da estrutura social do Brasil e da França exige uma análise do período colonial, no qual o primeiro foi uma colônia e o segundo uma potência imperialista. Todos os países que experimentaram – seja como vítimas ou agentes – processos de dominação política, social e econômica foram profundamente moldados por esse contexto histórico. As justificativas intelectuais e ideológicas desenvolvidas para sustentar a escravidão e a colonização foram progressivamente naturalizadas, tornando-se parte do imaginário social, até começarem a ser questionadas e refutadas pelos movimentos abolicionistas e independentistas. No entanto, do ponto de vista sociológico, as instituições se constroem e se consolidam ao longo do tempo, o que torna impossível dismantelar, de maneira rápida e definitiva, sistemas que perduraram por séculos. Nesta seção, analisaremos como o arcabouço teórico da colonização permanece ativo no discurso da extrema-direita contemporânea. Para isso, iniciaremos com uma discussão sobre a escravização e comercialização de populações

africanas, bem como o genocídio das populações indígenas no território que hoje constitui o Brasil, processos que desempenharam um papel central na formação das desigualdades sociais atuais. A extrema-direita, de natureza essencialmente conservadora, busca preservar estruturas tradicionais e resgatar um passado idealizado. Ao longo desta análise, veremos como esse período histórico legou ideias e valores que ainda ressoam na direita, na extrema-direita e, de forma mais ampla, no populismo conservador.

A escravidão e o genocídio indígena constituem marcas indeléveis na história do Brasil, resultantes do processo de colonização iniciado no século XVI. Durante esse período, os colonizadores portugueses subjugaram e escravizaram milhares de indígenas, além de trazerem milhões de africanos para serem forçados ao trabalho nas lavouras de açúcar, café e outras culturas agrícolas. Essa exploração brutal não apenas sustentou a economia colonial, mas também consolidou estruturas de desigualdade e discriminação racial que permanecem enraizadas na sociedade brasileira. Como bem observa Lilia Moritz Schwarcz (2019), a escravidão foi muito mais do que um sistema econômico, ela moldou profundamente as relações sociais, políticas e culturais do país, cujos impactos ainda se fazem sentir nos dias de hoje:

Não se escapava da escravidão. Aliás, no caso brasileiro, de tão disseminada ela deixou de ser um privilégio de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (SCHWARCZ, 2019, p. 28).

Por sua relevância histórica, social, política e econômica, não podemos debater sobre o autoritarismo sem discutir a colonização e a escravidão no Brasil:

A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos. Uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres, mas dos direitos também” (Ibid, p.36)

Os dados apresentados por Schwarcz (2019, p. 33) evidenciam a persistência de um sistema social desigual, cujas raízes remontam aos séculos de escravidão. Neste capítulo, buscamos compreender conceitualmente como as ideias políticas e as teorias sociológicas

evoluíram ao longo do tempo e de que maneira podem ser associadas a concepções contemporâneas adotadas pela extrema-direita brasileira.

Gilberto Freyre (2013 [1933]) analisa o impacto da escravidão nas relações sociais e culturais do Brasil, centrando sua investigação nas famílias patriarcais que exerceram domínio político e social durante os períodos colonial e imperial. Para Freyre, o patriarcado representava o eixo estruturante das dinâmicas sociais, e a sociedade brasileira se caracterizava pela interpenetração de etnias e culturas, fator que, segundo ele, teria sido fundamental para o êxito da colonização portuguesa. A escassez de mulheres brancas e a prática sistemática da violência sexual por parte dos colonizadores resultaram em um intenso processo de miscigenação, que, em sua visão, teria contribuído para reduzir a distância social entre a Casa-Grande e a Senzala. No entanto, apesar de enfatizar a formação de uma cultura híbrida, Freyre também aponta para a perpetuação de hierarquias sociais baseadas na cor da pele. Seu pensamento desenvolve, de forma sociológica, a concepção de Karl von Martius no século XIX, referenciada por Lilia Moritz Schwarcz em *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*: “Utilizando a metáfora de um caudaloso rio, correspondente à herança portuguesa que acabaria por “limpar” e “absorver os pequenos afluentes das raças índia e etíópica”, representava o país a partir da singularidade e dimensão da mestiçagem de povos por aqui existentes.” (*Ibid.*, p. 15)

Freyre também desempenhou um papel central na popularização da expressão equivocada “democracia racial”, formulada originalmente por Arthur Ramos. Essa ideia, amplamente divulgada, retratava o Brasil como um exemplo bem-sucedido de harmonia entre diferentes grupos étnicos (SCHWARCZ, 2019). No entanto, essa concepção não surgiu espontaneamente, mas atendeu a uma necessidade política de construir uma narrativa nacional coesa – um verdadeiro *romance nacional*. O objetivo era oferecer argumentos acessíveis para fortalecer um sentimento de identidade e unidade nacional, um fenômeno recorrente em países em processo de consolidação.

Por outro lado, é fundamental reconhecer que a formação do povo brasileiro está inextricavelmente ligada à violenta interação entre povos indígenas, europeus e africanos, caracterizada pela exploração e subjugação sistemática (RIBEIRO, 2008). O genocídio indígena e a escravidão foram elementos estruturantes da sociedade brasileira, consolidando um sistema social profundamente desigual e autoritário. Ao contrário da narrativa da *democracia racial*, a miscigenação não eliminou essa violência – pelo contrário, a dominação e a coerção estiveram na base do convívio entre esses diferentes grupos (RIBEIRO, 2008).

Podemos observar uma continuidade entre a tese da *democracia racial* e a concepção do *homem cordial*, formulada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936). O raciocínio de Holanda parte da ideia de personalismo, cuja origem remonta à história da Península Ibérica e desempenha um papel central na formação da identidade brasileira. Em Portugal, a estrutura social “frouxa” e a ausência de uma hierarquia rigidamente organizada levaram a uma ênfase no prestígio pessoal e no personalismo, diferenciando-se tanto do feudalismo europeu quanto do individualismo moderno. Esse modelo foi transplantado inicialmente para o meio rural patriarcal da colônia e, posteriormente, para a sociedade urbana e moderna do Brasil imperial.

Mais detalhadamente, o conceito de *homem cordial* expressa a tensão entre formas tradicionais de sociabilidade, baseadas na família patriarcal, e padrões modernos, fundamentados na impessoalidade das instituições. Em outras palavras, as relações sociais e políticas no Brasil tendem a ser mediadas por laços afetivos e de parentesco, em detrimento de princípios institucionais impessoais. O *homem cordial* é descrito como afável, hospitaleiro e generoso, mas também passional e, muitas vezes, violento. Holanda enfatiza que essa cordialidade não deve ser confundida com civilidade ou polidez; enquanto a civilidade se refere a normas externas de comportamento, a cordialidade é uma manifestação emocional profunda.

Uma das consequências diretas desse modelo social, segundo Buarque de Holanda, é que a relação entre a tradição rural e a modernização ocorre de forma ambígua. Em vez de impulsionar mudanças estruturais, essa herança incentiva uma busca por satisfação pessoal no trabalho e uma predileção por carreiras liberais ou pelo funcionalismo público. A vida intelectual, nesse contexto, muitas vezes assume um caráter ornamental, sem necessariamente fomentar transformações sociais profundas. Seus críticos apontam que essa cordialidade também está associada a práticas como nepotismo, clientelismo e dificuldades na implementação de relações profissionais impessoais.

Essa tradição conservadora e autoritária se manifesta em diversos momentos da história brasileira, como no período imperial, quando a elite agrária manteve o controle político, e na República Velha, marcada pelo coronelismo e pelo voto de cabresto. Essa continuidade histórica foi aprofundada por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder* (1958), onde ele analisa sociologicamente a permanência das elites desde o período colonial até os dias atuais. Inspirando-se na tradição weberiana, Faoro descreve o patrimonialismo como um traço estrutural do Estado brasileiro, no qual a distinção entre esfera pública e privada é constantemente obliterada. Enquanto Buarque de Holanda teorizou a continuidade entre

patriarcalismo, personalismo e patrimonialismo, Faoro aprofundou a compreensão do patrimonialismo estatal como um dos principais entraves ao desenvolvimento institucional do país.

O conceito de patrimonialismo é fundamental para compreender a história e a estrutura política do Brasil. Desenvolvido originalmente pelo sociólogo alemão Max Weber, o termo descreve um modelo de organização estatal em que as fronteiras entre o público e o privado são difusas, permitindo que os interesses pessoais dos governantes frequentemente se sobreponham aos interesses do Estado (1992). No contexto brasileiro, o patrimonialismo está intrinsecamente ligado ao processo de formação do país e às práticas políticas que se perpetuaram ao longo dos séculos.

Raymundo Faoro, um dos principais estudiosos do tema no Brasil, argumenta que a constituição do Estado brasileiro foi profundamente marcada pelo patrimonialismo. Segundo ele, esse sistema possibilitou que uma elite dominante se apropriasse do poder político e dos recursos estatais para benefício próprio. Desde o período colonial, quando o rei de Portugal centralizava a administração política e econômica, tornou-se essencial que os súditos orbitassem ao redor da Coroa para obter favores e privilégios. O monarca concedia terras e benefícios apenas a um grupo restrito de nobres e comerciantes, consolidando um modelo de poder concentrado.

Esse padrão se intensificou com a ascensão das famílias poderosas, estruturadas em torno da figura do *pater familias*. Os donatários das capitanias hereditárias e, posteriormente, os grandes proprietários de terras, exerceram um controle quase absoluto sobre seus domínios, misturando interesses privados com funções públicas. A escravidão e o clientelismo fortaleceram ainda mais esse sistema, consolidando uma sociedade na qual relações de dependência e favorecimento pessoal se tornaram a norma.

Mesmo com os avanços democráticos e as tentativas de modernização da administração pública ao longo dos séculos, o patrimonialismo continua sendo uma característica persistente da política brasileira. O nepotismo, a corrupção e a instrumentalização do Estado para atender a interesses particulares são manifestações contemporâneas desse fenômeno. A separação entre as esferas pública e privada segue como um dos principais desafios para a consolidação da democracia e da eficiência administrativa no país.

A independência do Brasil e a instauração do Império não romperam com essa lógica; pelo contrário, o patrimonialismo permaneceu central na administração pública. O poder continuou concentrado nas mãos do imperador e de uma elite restrita, que assegurava seu

domínio por meio de práticas clientelistas e da troca de favores. Esse modelo se perpetuou na República Velha, através da política do *café com leite* e do coronelismo, que reforçaram a fusão entre interesses privados e públicos.

Na obra *Os Donos do Poder* (1958), Faoro analisa como o patrimonialismo se enraizou na estrutura política e social do Brasil, moldando as relações de poder e influenciando o desenvolvimento do país. Mesmo após sucessivas tentativas de modernização e reforma do Estado, o patrimonialismo permanece como um traço fundamental das instituições brasileiras.

Agora que examinamos como a colonização moldou a sociedade brasileira e produziu efeitos estruturais duradouros, voltaremos nosso olhar para as consequências sociais da colonização no contexto europeu. Assim, investigaremos a estrutura social de dominação na França e suas possíveis heranças do período colonial.

Pouco depois de Portugal, a França ingressou no grupo das nações imperialistas, colonizando e explorando territórios em diversos continentes. O principal motor dessa expansão foi econômico: as colônias representavam uma fonte abundante de matérias-primas baratas, obtidas por meio de um sistema de exploração, e que poderiam ser transformadas em produtos manufaturados nas indústrias emergentes da metrópole. Esses produtos, por sua vez, eram comercializados no mercado interno francês, no mercado europeu ou revendidos às próprias populações dos territórios colonizados. Além disso, as colônias eram também exploradas através da agricultura, com vastas extensões de terra mobilizadas para plantações e a utilização de mão de obra forçada.

Entretanto, as motivações da colonização não se limitavam à economia. Havia também razões políticas e estratégicas. Por exemplo, após a perda da região da Alsácia-Lorena para a Prússia em 1870, o Estado francês, especialmente durante a Terceira República, utilizou a colonização como um instrumento de reforço do nacionalismo. A expansão colonial passou a ser exaltada no discurso político como um meio de compensar a derrota territorial e restaurar o prestígio nacional.

A influência colonial francesa foi particularmente expressiva no continente africano, onde mais de 27 países foram colonizados e mantêm, até hoje, o francês como língua oficial. Entre essas ex-colônias, destaca-se uma forte ligação com os países do norte da África, onde a proximidade geográfica e a longa presença francesa geraram intensos intercâmbios demográficos e culturais. Esse processo imperialista, que frequentemente culminou em conflitos e guerras de independência, teve um impacto profundo na formação da cultura

política francesa, influenciando, em especial, os discursos e ideologias de partidos e movimentos de extrema-direita. Embora muitos territórios africanos tenham sido colonizados principalmente para exploração agrícola e econômica, a Argélia se destaca como um caso singular, especialmente relevante para a análise da evolução das ideias de direita e extrema-direita na França. Diferente de outras colônias de exploração, a Argélia também se tornou uma colônia de povoamento, atraindo um grande contingente de colonos franceses e europeus.

A conquista da Argélia teve início em 1830 e, ao longo da segunda metade do século XIX, após inúmeras batalhas e revoltas reprimidas, a França decidiu promover o assentamento de colonos franceses, italianos e espanhóis, prometendo-lhes uma vida próspera na nova colônia. O objetivo era consolidar o domínio francês sobre a população nativa argelina, impondo uma nova ordem social e econômica. Ao longo desse século e do seguinte, os argelinos viram seu território ocupado, suas terras e propriedades expropriadas e sua economia desmantelada.

Os métodos empregados para subjugar a população nativa foram brutais, incluindo massacres, deportações, a política da terra arrasada (*politique de la terre brûlée*), fome forçada, epidemias e tortura sistemática. Essa violência colonial gerou uma crescente mobilização entre os argelinos, que passaram a se organizar em prol da independência, culminando em uma verdadeira guerra entre Argélia e França. Esse conflito tornou-se um símbolo da luta ideológica e física entre colonizadores e colonizados, refletindo um movimento global de emancipação das nações submetidas ao domínio imperialista.

A Guerra da Argélia (1954-1962) foi um dos conflitos mais violentos do processo de descolonização, opondo a França ao movimento nacionalista argelino, o *Front de Libération Nationale* (FLN), que lutava pela independência do país. Esse período foi marcado por combates intensos e repressão brutal, com a França tentando manter sua soberania sobre a colônia, enquanto o FLN buscava estabelecer um Estado independente. O conflito, que pode ser visto tanto como uma guerra de independência quanto como uma guerra civil dentro da Argélia, foi caracterizado por graves violações dos direitos humanos, incluindo tortura sistemática. Muitos militares franceses envolvidos nesse período posteriormente se tornaram figuras ativas na extrema-direita francesa, como Jean-Marie Le Pen, ex-paraquedista da *Légion Étrangère*, que mais tarde fundou a *Front National*.

Um exemplo emblemático da radicalização de setores do exército francês foi a criação da *Organisation de l'Armée Secrète* (OAS), um grupo paramilitar de extrema-direita determinado a manter a Argélia sob domínio francês a qualquer custo, recorrendo ao

terrorismo. Composto principalmente por veteranos militares franceses e “*pieds-noirs*” (colonos europeus nascidos na Argélia), a OAS promoveu uma série de atentados tanto na França quanto na Argélia, visando impedir a independência e punir aqueles que apoiavam a causa argelina.

Um dos episódios mais emblemáticos da guerra foi a Batalha de Argel, em 1957, quando o FLN intensificou sua estratégia de guerrilha urbana. Organizando atentados a bomba e assassinatos direcionados tanto contra forças francesas quanto contra civis – fossem eles europeus ou muçulmanos alinhados com o governo francês –, o FLN buscava mobilizar a população e desestabilizar o controle colonial. Para conter a insurgência, o exército francês mobilizou uma força massiva de paraquedistas, sob o comando do general Jacques Massu, que adotou uma estratégia de contra-insurgência extremamente violenta. Táticas como tortura sistemática, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados tornaram-se práticas recorrentes.

Durante a batalha, Argel foi dividida em setores sob controle de diferentes unidades militares francesas, que conduziam operações de busca e destruição para eliminar as células do FLN. Em resposta, o FLN intensificou suas ações de guerrilha, incluindo atentados em locais públicos, visando tanto as forças francesas quanto seus apoiadores. Embora a repressão francesa tenha desmantelado grande parte da infraestrutura do FLN na capital, garantindo uma vitória tática para a França, o custo humanitário foi altíssimo. As práticas brutais adotadas pelo exército francês geraram indignação internacional e, paradoxalmente, fortaleceram o apoio à independência da Argélia, tornando-se um dos principais fatores que levaram ao fim do domínio colonial francês no país.

Em 1958, em meio a um cenário político caótico e profundamente dividido pela Guerra de Independência da Argélia, Charles de Gaulle proferiu o famoso discurso “*Je vous ai compris*” [“Eu entendi vocês”] durante uma visita a Argel, pouco depois de assumir o poder. Repleto de ambiguidades, esse discurso tornou-se icônico justamente porque parecia atender a todos os grupos com interesses divergentes na Argélia. De Gaulle retornou ao poder em meio a uma grave crise política e social que ameaçava levar a França a uma guerra civil, e seu objetivo era restaurar a ordem e a estabilidade no país. Por isso, escolheu suas palavras de forma calculada, buscando atingir tanto os *pieds-noirs* e os militares franceses, radicalmente contrários à independência argelina, quanto aqueles que viam uma saída negociada como a melhor solução para o conflito.

Apesar de breve, essa estratégia discursiva foi eficaz naquele momento de tensões exacerbadas e expectativas elevadas, transmitindo uma sensação de empatia e compreensão

para todos os lados envolvidos. No entanto, na prática, De Gaulle já preparava o caminho para a independência da Argélia. Para muitos, especialmente os militares e a comunidade dos *pieds-noirs*, que defendiam a manutenção da Argélia como parte da França, essa postura representou uma traição profunda. O sentimento de indignação entre esses grupos gerou forte resistência a qualquer movimento em direção à independência.

Entre os dias 21 e 26 de abril de 1961, a França viveu um dos momentos mais tensos dos últimos anos da Guerra da Argélia: a tentativa de golpe de Estado contra o presidente Charles de Gaulle, liderada por uma facção de oficiais militares franceses, com forte apoio da OAS (*Organisation de l'Armée Secrète*), organização clandestina de extrema-direita que lutava para impedir a independência argelina. O episódio ficou conhecido como o *Putsch* dos Generais. Insatisfeitos com a perspectiva de perder a colônia, setores das forças armadas estacionadas na Argélia rebelaram-se contra a administração de De Gaulle, que já negociava o fim da guerra e a independência argelina.

Embora o golpe tenha causado grande preocupação inicial, acabou fracassando, principalmente por não conseguir apoio popular e pela resposta firme do governo de De Gaulle, apesar das ambiguidades de seu discurso anos antes. Em um gesto ousado, o presidente apareceu na televisão nacional para condenar a tentativa de golpe e conclamou a população e as forças armadas leais a resistirem à rebelião. Esse evento demonstrou sua determinação em levar adiante o processo de descolonização e garantir uma transição pacífica para a independência da Argélia. O fracasso do golpe também marcou o declínio da influência dos setores militares e coloniais que ainda tentavam manter o controle francês sobre o território. Além disso, fortaleceu a posição de De Gaulle, acelerando as negociações que culminariam na independência argelina no ano seguinte.

A OAS, inconformada com o desenrolar dos acontecimentos, intensificou sua campanha de violência. Um de seus atos mais notórios foi a tentativa de assassinato contra Charles de Gaulle, em agosto de 1962, um atentado motivado pela percepção de que o presidente havia traído a causa da “Argélia francesa”. A tentativa falhou, mas evidenciou a profundidade das divisões dentro da sociedade francesa em relação à questão argelina. O extremismo dos opositores da descolonização atingiu seu ápice em julho de 1962, logo após a independência da Argélia, quando a OAS e outros grupos perpetraram uma série de massacres em Orã, resultando em centenas de mortes. Além disso, a organização lançou uma onda de atentados a bomba em Paris, visando instituições civis e governamentais, numa tentativa desesperada de desestabilizar o processo de independência.

Esses eventos ilustram como a Guerra da Argélia alimentou o ressurgimento das ideologias nacionalistas na França, posteriormente adotadas por partidos políticos de extrema-direita. A perda da Argélia foi percebida por muitos como um golpe ao orgulho e à identidade nacional francesa, servindo de combustível para movimentos nacionalistas e ultraconservadores que passaram a enfatizar uma concepção de identidade francesa exclusivista, em oposição à diversidade étnica e à descolonização.

A história das relações entre a França e a Argélia é marcada por tensões e traumas que persistem até os dias atuais. Durante a Guerra da Argélia (1954-1962), o governo francês utilizou métodos brutais de repressão contra os combatentes da independência, incluindo tortura sistemática. Embora amplamente documentadas por historiadores e testemunhas, essas práticas nunca foram oficialmente reconhecidas ou alvo de um pedido de desculpas por parte do Estado francês. Esse silêncio institucional contribui para a perpetuação de narrativas simplistas e preconceituosas na sociedade francesa contemporânea, especialmente no que diz respeito à imigração e às populações magrebínas.

A direita e a extrema-direita francesas frequentemente alimentam uma hostilidade velada contra as comunidades originárias de ex-colônias francesas, como a Argélia. Essa atitude reflete uma longa história de exploração colonial e dominação econômica, cujos efeitos ainda ressoam nas relações atuais. Assim como no Brasil, onde os nordestinos foram essenciais para a construção das cidades do Sul, mas hoje enfrentam discriminação, os magrebínos e africanos foram bem-vindos na França quando havia necessidade de sua mão de obra durante a reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, com a mudança das dinâmicas econômicas e sociais, essas populações passaram a enfrentar rejeição e marginalização.

O urbanismo desempenha um papel crucial na perpetuação dessas dinâmicas de exclusão. As políticas habitacionais da França refletem a abordagem do governo em relação à imigração e às comunidades marginalizadas. Nos anos 1960, o foco era a promoção da propriedade de casas para os franceses. Já nas décadas de 1970 e 1980, com o aumento da imigração indesejada aos olhos do Estado, foram construídas as *banlieues dorts* – subúrbios dormitórios carentes de serviços públicos e infraestrutura adequada, o que resultou na marginalização de seus habitantes.

Essas áreas tornaram-se sinônimo de pobreza, segregação e tensões sociais. Desde o final dos anos 1970 até os marcantes episódios de 2005, as *banlieues* foram palco de revoltas populares que evidenciaram as tensões raciais e a insatisfação com a discriminação e

marginalização enfrentadas por essas comunidades. Esses conflitos revelam como as desigualdades sociais e raciais na França são estruturalmente mantidas. A discriminação também se manifesta no sistema de justiça criminal e no policiamento. Um relatório da Comissão Nacional Consultiva de Direitos Humanos (CNCDH, 2017) destacou o perfilamento racial nas abordagens policiais, apontando que indivíduos negros e árabes são mais frequentemente parados e revistados do que seus pares brancos. Além disso, essas comunidades estão desproporcionalmente representadas nas prisões francesas, sugerindo uma seletividade penal que reforça a exclusão social.

No âmbito político, a sub-representação de cidadãos negros e árabes é evidente. Apesar de constituírem uma parcela significativa da população, sua presença em cargos políticos ainda é limitada. Essa exclusão afeta diretamente a capacidade dessas comunidades de influenciar políticas públicas que abordem suas necessidades e preocupações específicas. A discriminação também se reflete no mercado de trabalho, na habitação e na educação. Segundo o relatório *Trajectoires et Origines* do Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (INSEE, 2015), indivíduos de origem africana e do norte da África enfrentam maiores dificuldades para encontrar emprego e estão mais sujeitos a viver em condições precárias. Além disso, essas comunidades frequentemente sofrem discriminação racial e assédio tanto no ambiente de trabalho quanto no acesso a serviços públicos.

A relação entre a França e as populações oriundas de suas antigas colônias é, portanto, profundamente influenciada por esse passado colonial não resolvido, além de políticas contemporâneas que perpetuam a marginalização. Esse cenário alimenta o discurso da extrema-direita francesa, que se baseia no nativismo para rejeitar franceses descendentes de imigrantes africanos. O preconceito varia de acordo com a origem dos imigrantes e seus descendentes, mas é sempre atravessado por uma dimensão racial. Além da proximidade geográfica, há também a nostalgia de um passado colonial idealizado e um ressentimento pelas independências, vistas por alguns como uma perda irreparável para o império francês.

De acordo com Mudde (2007), o nativismo é a combinação do nacionalismo com a xenofobia. Isso se manifesta, por exemplo, na linguagem: estrangeiros ocidentais são frequentemente chamados de expatriados, enquanto aqueles vindos de ex-colônias francesas são simplesmente rotulados como imigrantes. Da mesma forma, mesmo sendo cidadãos franceses, indivíduos cujos pais ou avós são originários de ex-colônias são classificados como imigrantes de primeira, segunda ou terceira geração. Isso reforça a ideia de que sua nacionalidade francesa nunca será suficiente para que sejam considerados “*français de souche*” (franceses de origem), termo historicamente usado para diferenciar os franceses de

ascendência europeia dos de ascendência africana durante o período colonial. Mais tarde, essa expressão foi recuperada pela extrema-direita como um marcador identitário para seu eleitorado e público-alvo.

No Brasil, esse fenômeno é mais complexo de analisar, pois persiste a crença na ideia de uma “democracia racial”. No entanto, ao observar os dados, fica evidente que as populações marginalizadas no país são justamente aquelas que historicamente sofreram exploração e violência. A discriminação institucional é visível no sistema de justiça criminal. Segundo o estudo *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) – Perfil dos Presos* (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019), a população carcerária brasileira é majoritariamente composta por pessoas negras e pardas, que representam cerca de 64% dos detentos. Esse dado sugere uma seletividade penal que criminaliza desproporcionalmente indivíduos negros.

No cenário político, a sub-representação de negros em cargos eletivos também é evidente. De acordo com o estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* (IBGE, 2019), apesar de pretos e pardos representarem cerca de 55% da população brasileira, sua participação na política institucional ainda é reduzida. Essa ausência limita a formulação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades raciais. As desigualdades sociais e econômicas também refletem esse quadro. O mesmo estudo do IBGE aponta que a renda média dos trabalhadores negros e pardos é significativamente menor que a dos brancos. Além disso, esses grupos enfrentam maiores taxas de desemprego e menor acesso à educação de qualidade, perpetuando um ciclo de exclusão e vulnerabilidade.

A violência também é um reflexo dessa discriminação estrutural. O *Atlas da Violência* (IPEA, 2020) revela que a taxa de homicídios entre negros é quase três vezes maior do que entre não negros. Esse dado evidencia a persistência de um racismo estrutural que associa a negritude à criminalidade e à marginalidade. Enquanto a extrema-direita francesa verbaliza de forma explícita sua rejeição às populações discriminadas, no Brasil, a ideia de “democracia racial” mascara as desigualdades. No entanto, a exclusão social, política e econômica persiste. Na próxima seção, abordaremos como os movimentos de extrema-direita em ambos os países se posicionam ideologicamente dentro do espectro conservador.

2. Movimentos de intelectuais de extrema-direita e a consolidação de ideias conservadoras

No conturbado cenário político da França no final do século XIX, diversas ligas nacionalistas e autoritárias emergiram, refletindo o crescimento de sentimentos anti-liberais e anti republicanos. A primeira delas, a *Ligue des Patriotes* (Liga dos Patriotas), foi fundada em 1882 por Paul Déroulède e rapidamente se tornou um bastião do nacionalismo exacerbado, propagando uma retórica belicista, antiparlamentar e hostil à Terceira República.

A Ligue des patriotes criou, assim, um modelo que teve um sucesso singular durante a Terceira República, o do nacionalismo populista, colocando o "povo" contra as elites, rejeitando os princípios fundadores da cultura republicana e confiando na agitação das ruas para impor seu modelo autoritário e hierárquico, que supostamente colocaria o país de volta em pé e permitiria que ele se preparasse para a vingança. A partir de então, todo período de crise seria uma oportunidade para as Ligas atacarem a República parlamentarista (BERNSTEIN, 2017).

Essa organização militante tinha como objetivo suplantar a cultura republicana e parlamentarista francesa, impulsionada pela humilhação sofrida diante da Prússia e pela consequente perda dos territórios da Alsácia e Lorena. Valendo-se de táticas violentas e fomentando uma crescente divisão entre a população e as “elites corruptas”, a *Ligue* operava por meio de demonstrações de força, instigando uma profunda animosidade contra aqueles que considerava degenerados.

No epicentro desse cenário emergiu o general Georges Boulanger, nomeado Ministro da Guerra em 1886, como mencionado anteriormente. Sua postura assertiva e retórica inflamada rapidamente cativaram diversos grupos políticos, especialmente os situados nos extremos da Assembleia. O movimento boulangista destacou-se pelo caráter populista e pela capacidade de reunir apoio de diferentes facções, incluindo monarquistas, bonapartistas e republicanos radicais (IRVINE, 1979).

Boulanger tornou-se um símbolo de resistência e de aspirações revisionistas em relação à ordem republicana vigente. No entanto, sua exclusão do governo desencadeou uma onda de descontentamento entre seus seguidores, dando início ao que se tornaria um movimento político mais amplo: o boulangismo.

Esse movimento atingiu seu auge nas eleições de 1889, quando Boulanger conseguiu angariar um expressivo número de votos, especialmente em Paris, beneficiando-se de uma campanha eficaz e do sistema eleitoral vigente na Terceira República. As eleições legislativas de 1885 haviam sido realizadas pelo sistema uninominal majoritário de dois turnos, o que favoreceu os radicais (RUDELLE, 1978), grupo do qual Boulanger provinha e cujas estratégias de mobilização foram amplamente adotadas por seus apoiadores (IRVINE, 1979).

Entretanto, sua derrota subsequente e o subsequente exílio em Bruxelas marcaram o declínio da fervorosa onda boulangista.

O acadêmico Zeev Sternhell (1978) argumenta que a origem do fascismo pode ser traçada até a tradição revolucionária, da qual muitos membros eram radicais alinhados a Boulanger. No entanto, Irvine (1989) e Rudelle (1978) contestam essa tese, apontando para a influência de uma nova direita no processo de mobilização do general. Como bem ilustra Irvine:

Nacionalistas, antissemitas e boulangistas evocavam símbolos populistas e empregavam uma retórica radical de uma maneira que os conservadores não podiam ou não queriam imitar. Além disso, esses grupos buscavam conscientemente criar uma organização política popular muito mais próxima dos partidos e movimentos da extrema-esquerda do que das formações elitistas da direita. Se seus já ambíguos reflexos políticos fossem sutilmente redirecionados, as energias desses grupos poderiam ser canalizadas em benefício da direita conservadora. Ao apropriar-se do dinamismo e do populismo da esquerda desiludida, os conservadores poderiam forjar uma “nova direita (IRVINE, 1979).

Ao se apropriar das práticas militantes dos grupos de esquerda, herdeiros da tradição revolucionária e influenciados por ideias socialistas, uma nova direita consolidou-se e modernizou-se com o objetivo de ampliar sua base eleitoral. O sufrágio universal masculino estava em vigor desde 1848 e, se os conservadores inicialmente obtiveram bons resultados eleitorais – valendo-se de estratégias alinhadas à dominação social vigente (GARRIGOU, 2002) –, os republicanos rapidamente ganharam terreno. Isso forçou os notáveis conservadores, detentores do poder social e político por séculos, a reavaliar suas estratégias eleitorais.

Embora Boulanger não tenha articulado abertamente posições antissemitas, sua ascensão coincidiu com um período de crescente antissemitismo na sociedade francesa, que culminaria posteriormente no Caso Dreyfus. Sua retórica nacionalista e revanchista pode ter indiretamente fomentado um ambiente propício ao fortalecimento desses sentimentos. Além disso, o movimento boulangista reuniu uma coalizão heterogênea de seguidores, incluindo setores da sociedade profundamente antissemitas. Vale destacar que Boulanger manteve interações significativas com figuras notoriamente antissemitas da época, como examinado em detalhes por Michel Winock (2004). Assim, a convergência de forças diversas sob o guarda-chuva do boulangismo proporcionou um terreno fértil para a disseminação de narrativas antissemitas, ainda que estas não fossem diretamente promovidas por Boulanger.

O Caso Dreyfus foi um dos eventos mais marcantes da história política e social francesa no final do século XIX, funcionando como um verdadeiro catalisador para o ressurgimento e fortalecimento das *ligues* de extrema-direita na França. O caso girou em torno do capitão Alfred Dreyfus, um oficial do exército francês de origem judaica, falsamente acusado, em 1894, de repassar segredos militares ao Império Alemão. A condenação e a humilhação pública de Dreyfus – que foi degradado e enviado para a prisão na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa – acentuaram as tensões sociais e políticas já existentes, polarizando a sociedade entre os “*Dreyfusards*”, que defendiam sua inocência, e os “*Anti-Dreyfusards*”, que viam na condenação do capitão uma confirmação de sua retórica nacionalista e antissemita.

Nesse período, as *ligues* de extrema-direita ganharam força, explorando o clima de divisão e desconfiança. Tornaram-se canais para a difusão do antissemitismo virulento que permeava amplos setores da sociedade francesa. Organizações como a *Ligue de la Patrie Française* e a *Action Française* emergiram como protagonistas dessa agenda ultranacionalista, oposicionista à República e às suas instituições democráticas. O crescimento do antissemitismo na França não pode ser subestimado. O *Caso Dreyfus* alimentou teorias da conspiração e uma onda de literatura antissemita, como *La France Juive*, de Édouard Drumont, que propagava a ideia de uma conspiração judaica para dominar o país. Essa retórica teve papel fundamental na consolidação das *ligues*, que passaram a identificar os judeus como um inimigo comum a ser combatido. Vale destacar que Drumont cunhou a expressão “*La France aux Français*” [*A França para os franceses*], posteriormente retomada por Maurice Barrès e outras figuras da extrema-direita. Esse slogan permanece até hoje em discursos e manifestações de grupos como o *Front National*.

O caso Dreyfus só foi resolvido em 1906, quando o capitão foi inocentado de todas as acusações, após um longo e tortuoso processo judicial. No entanto, as feridas sociais e políticas abertas pelo caso permaneceram, alimentando as tensões que seriam exploradas pelas *ligues* fascistas na década de 1930. Esse cenário tornou-se ainda mais crítico com a crescente instabilidade política que culminaria na formação do *Front Populaire* e na eventual proibição das *ligues* em 1936.

Os movimentos da extrema-direita nesse período compartilhavam elementos ideológicos bem definidos: nacionalismo exacerbado, militarismo, exclusivismo étnico e um forte impulso anti-institucionalista. A hostilidade contra as elites políticas manifestou-se de forma clara no protesto antiparlamentarista de 6 de fevereiro de 1934, quando multidões de extrema-direita se reuniram em frente à Assembleia Nacional Francesa, exigindo a renúncia

do governo e punições severas para os envolvidos em escândalos de corrupção. Esse contexto de instabilidade foi agravado por sucessivos escândalos políticos e financeiros, que corroeram a confiança popular no governo da IIIa República. O mais notório desses escândalos foi o Caso Stavisky, envolvendo o financista judeu de origem ucraniana Alexandre Stavisky, que manteve ligações suspeitas com políticos de alto escalão. Embora essa crise não fosse um episódio isolado, serviu de argumento para que grupos de direita tentassem derrubar um governo de esquerda radical enfraquecido.

Agora, voltaremos nosso olhar para o Integralismo e as ideias de extrema-direita que circulavam no Brasil naquele período.

O Integralismo, liderado por Plínio Salgado, foi um dos movimentos de extrema-direita mais significativos do Brasil, atuando entre 1932 e 1938, quando foi dissolvido por ordem do então presidente Getúlio Vargas. Apesar de sua existência relativamente curta, o movimento conseguiu mobilizar um grande número de seguidores e deixou um impacto considerável na década de 1930, tanto em suas ações concretas quanto na construção de um imaginário político que ressoaria em correntes da extrema-direita brasileira nas décadas seguintes. Inspirado em ideologias fascistas e autoritárias – especialmente no fascismo italiano de Benito Mussolini – a o Integralismo buscou adaptar esses princípios ao contexto brasileiro, enfatizando um discurso de nacionalismo exacerbado, conservadorismo social e defesa da unidade nacional.

É interessante notar que a Ação Integralista Brasileira (AIB) não surgiu isoladamente, mas como resultado da convergência de diversos grupos pré-integralistas e protofascistas já existentes no Brasil na década de 1930 (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). A forte influência do fascismo italiano no Integralismo tem uma explicação evidente: em 1930, Plínio Salgado realizou uma viagem à Europa, experiência que foi decisiva para a consolidação de suas ideias políticas e para a posterior fundação da AIB. Embora a viagem não tenha sido motivada exclusivamente por interesses políticos, ela acabou se tornando um marco na formulação de sua visão autoritária e nacionalista.

Já conhecido no Brasil como intelectual e escritor, Salgado partiu com o intuito de aprofundar seus estudos sobre os regimes europeus, e o fascismo italiano, em particular, despertava seu interesse. Durante sua estadia na Itália, ele teve a oportunidade de encontrar-se com Benito Mussolini, episódio que teve um impacto profundo em seu pensamento e serviu de inspiração direta para a estrutura e a doutrina do Integralismo brasileiro.

1930. Palácio Venezia, Roma. Numa tarde de verão, às 18h do dia 14 de junho, após passar o dia conhecendo a capital italiana, Plínio Salgado, futuro líder dos camisas-verdes, se viu diante de Benito Mussolini, o grande chefe dos fascistas italianos. Com muita empolgação, dizia estar frente a frente com o gênio criador da política do futuro, o profeta do mundo contemporâneo. (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p.9)

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi oficialmente lançada em outubro de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, com a leitura do Manifesto de Outubro por Plínio Salgado no Teatro Municipal de São Paulo. Esse documento, estruturado em dez capítulos, estabeleceu as diretrizes ideológicas do movimento e marcou o nascimento do integralismo no Brasil. O integralismo defendia um nacionalismo exacerbado, exaltando a identidade e a soberania do Brasil. Seu principal objetivo era unificar a nação e superar as divisões internas, o que levou a AIB a propor a criação de um Estado Integral. Esse modelo estatal, embora autoritário e centralizador, pretendia representar uma integração orgânica de todas as classes sociais, promovendo o bem-estar comum e a justiça social. O movimento rejeitava frontalmente o comunismo, o liberalismo e a democracia liberal, que considerava decadentes e incapazes de solucionar os problemas nacionais. Em seu lugar, defendia um governo autoritário que garantisse ordem e hierarquia, valores que, segundo os integralistas, deveriam ter como base a família, considerada a célula fundamental da sociedade. O integralismo também enfatizava a preservação dos valores religiosos e morais tradicionais. Inspirado no fascismo, o movimento adotou símbolos e rituais que reforçavam sua identidade, como a saudação “Anauê” e o uso de uniformes verdes. Os integralistas organizavam marchas, comícios e diversas atividades para divulgar suas ideias e atrair seguidores. Suas manifestações de rua, com a participação de homens, mulheres e crianças, tornaram-se uma das principais marcas do movimento (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p.9).

Internamente, o integralismo não era homogêneo, abrigando diferentes correntes ideológicas. A ala liderada por Plínio Salgado possuía um caráter mais conservador e místico, profundamente influenciado pelo catolicismo. Para ele, o declínio moral da humanidade havia se iniciado no Renascimento, com a ascensão do ateísmo e do materialismo, levando à desagregação dos valores espirituais. Salgado via o liberalismo como a expressão desse materialismo, promovendo a competição desenfreada e a fragmentação social. Do mesmo modo, criticava o comunismo como sua consequência inevitável, resultando em um Estado totalitário.

Salgado também desenvolveu uma interpretação dualista do Brasil, dividindo-o em duas realidades opostas: o “Brasil real” (interior), dotado de uma cultura autêntica e tradicional, e o “Brasil formal” (litoral), que considerava um apêndice da civilização europeia. Para ele, o integralismo representava a “quarta humanidade”, caracterizada por uma síntese espiritualista, destinada a reorganizar a sociedade brasileira com base nos princípios de Deus, Pátria e Família.

O movimento defendia o controle das liberdades individuais, a supressão da competição e a subordinação da família à nação e a Deus. Propunha ainda um Estado corporativista como instrumento para a realização de sua “revolução espiritual”. Essa visão nacionalista buscava criar uma unidade nacional acima das diferenças sociais e regionais, promovendo um sentimento de pertencimento coletivo à pátria. O Estado integralista deveria harmonizar os interesses divergentes da sociedade e, se necessário, recorrer à coerção para garantir essa unificação. A diversidade étnica e cultural do Brasil era vista como um desafio a ser superado por meio da imposição de um governo forte e centralizado. Para os integralistas, um Estado autoritário era essencial para a construção de uma sociedade coesa, onde todos os setores estariam alinhados e atuariam em conjunto pelo bem comum. Além disso, em um contexto de instabilidade política e social na década de 1930, com a ascensão de movimentos comunistas e anarquistas, os integralistas viam o autoritarismo como um meio de proteger o Brasil de ideologias consideradas ameaçadoras à ordem social e aos valores cristãos. Assim, a defesa de um Estado forte surgia como uma reação ao medo do comunismo e da desordem.

Outra corrente dentro do integralismo era representada por Miguel Reale, que se concentrava na organização do Estado e na questão social, aproximando-se do corporativismo fascista italiano. Após a Revolução de 1930, Reale ficou impressionado com Mussolini e passou a defender a necessidade de uma profunda reorganização do Brasil. Posteriormente, nos anos 1960, sua visão evoluiu para um autoritarismo decisionista. Ele propunha uma reforma total do país dentro de uma estrutura autoritária, que garantisse controle e estabilidade social. Após o declínio do integralismo, Reale se afastou do movimento e tornou-se uma figura proeminente no meio jurídico brasileiro, desempenhando um papel fundamental na institucionalização do regime militar após o golpe de 1964. Ele apoiou o golpe, justificando a ruptura democrática por meio de conceitos como o “direito à revolução” e o decisionismo de Carl Schmitt. Apesar de suas tendências autoritárias, Reale buscou conciliar seu pensamento com o liberalismo, propondo uma “democracia social” adaptada à realidade brasileira.

Uma terceira ala do integralismo era representada por Gustavo Barroso, cuja visão era fortemente marcada pelo tradicionalismo católico e pelo antissemitismo, aproximando-se do nazismo. Apesar de ganhar certa popularidade no início dos anos 1930, o movimento enfrentou forte resistência de outras forças políticas e nunca chegou ao poder. Em 1937, com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, a AIB foi proibida, e muitos de seus líderes foram presos ou exilados. Após a queda do Estado Novo, o integralismo perdeu força e nunca mais se reergueu como um movimento político significativo no Brasil. No entanto, suas ideias continuaram a influenciar setores da sociedade brasileira, tornando-se objeto de estudo como um dos principais exemplos da influência do fascismo na América Latina. Ainda hoje, embora os adeptos do integralismo e do neointegralismo sejam poucos, eles continuam a organizar ações e a manter certa presença no cenário político. Essa persistência se deve, em parte, à solidez doutrinária do movimento, que formulou uma ideologia coerente e conseguiu se estabelecer como uma referência dentro da extrema-direita no Brasil.

O integralismo possuía proximidades evidentes com o fascismo italiano, mas também apresentava características próprias, adaptadas à realidade nacional. O historiador Federico Finchelstein argumenta que o fascismo teve um impacto transnacional, influenciando uma série de movimentos autoritários ao redor do mundo, incluindo o integralismo brasileiro (2019). Esse fenômeno ressalta o caráter global das ideias políticas da época, demonstrando como, em um mesmo momento histórico, movimentos fascistas e de extrema-direita emergiram e se fortaleceram em diversas partes do mundo.

O fascismo foi fundado na Itália em 1919, mas a política que representava surgiu simultaneamente em todo o mundo. Do Japão ao Brasil e à Alemanha, e da Argentina à Índia e a França, a revolução antidemocrática, violenta, racista e de direita que o fascismo representava foi adotada em outros países com nomes diferentes: nazismo na Alemanha, “nacionalismo” na Argentina, “integralismo” no Brasil, etc. (FINCHELSTEIN, 2019).

Destacamos as semelhanças entre os movimentos brasileiro e francês, como o nacionalismo exacerbado, o conservadorismo, o autoritarismo e as demonstrações públicas de força. O antissemitismo, embora presente em ambos, foi significativamente mais intenso na França. Além disso, observamos reações similares ao liberalismo e ao materialismo, associados a ideologias de esquerda, como o comunismo, que gozava de grande popularidade na época. Esses movimentos compartilhavam um desejo de retorno a valores tradicionais, fundamentados na moral religiosa e na centralidade da família.

É relevante notar que esses movimentos são qualificados como fascistas por pertencerem a um mesmo contexto histórico. Definimos o fascismo como uma ideologia política autoritária e nacionalista surgida no início do século XIX, caracterizada pelo totalitarismo, pelo culto à personalidade do líder, pelo militarismo, pelo racismo e pelo anticomunismo. O fascismo rejeita a democracia liberal e busca promover a unidade nacional por meio do controle estatal e da repressão à oposição.

A seguir, analisaremos regimes autoritários que marcaram a história dos movimentos de extrema-direita e do populismo conservador.

3. Regimes autoritários e a criação do inimigo: o autoritarismo

A Era Vargas (1930-1945) foi um período de profundas transformações políticas e sociais no Brasil. Ao assumir o poder, Getúlio Vargas instaurou um governo marcado pelo autoritarismo e pelo nacionalismo, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), ao mesmo tempo que promoveu avanços sociais significativos. O autoritarismo do regime se manifestou na centralização do poder e na limitação das liberdades civis.

Skidmore (2010) destaca que Vargas concentrou o poder em suas mãos e implementou políticas que reforçaram o controle estatal sobre a economia e a sociedade, fortalecendo a burocracia estatal e eliminando oposições políticas. Um exemplo desse controle foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, responsável pela censura da imprensa, pela propaganda governamental e pela construção da imagem de Vargas como o “pai dos pobres”. Durante o Estado Novo, a censura atingiu livros, peças de teatro, filmes e outras expressões artísticas, enquanto intelectuais e artistas opositores eram perseguidos, exilados ou detidos. O governo também promoveu campanhas nacionalistas para fortalecer a identidade nacional e a unidade popular em torno do Estado. Essas iniciativas incluíam a exaltação de símbolos nacionais, a celebração de datas históricas e a associação do progresso e da modernização ao governo. Um episódio emblemático ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial: apesar do caráter autoritário do Estado Novo, o governo utilizou o DIP para mobilizar a população em apoio aos Aliados, disseminando propaganda alinhada aos princípios democráticos e antifascistas.

No campo social, Vargas implementou uma ampla legislação trabalhista, garantindo direitos como a jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas e indenização por demissão sem justa causa. No entanto, essa política também reforçou o controle estatal sobre

os sindicatos, que precisavam da aprovação do Ministério do Trabalho para operar legalmente. Isso permitiu ao governo supervisionar e influenciar as atividades sindicais, limitando a autonomia dos trabalhadores e impedindo a organização de sindicatos independentes. Embora essas medidas tenham gerado avanços duradouros, também consolidaram a mediação obrigatória do Estado nos conflitos entre empregados e empregadores.

Fausto (1997) observa que, após a Revolução de 1930, Vargas promoveu uma reforma administrativa que reorganizou a estrutura do governo federal, fortalecendo o poder executivo e centralizando as decisões. Ele interveio diretamente nos estados, substituindo governadores eleitos por interventores nomeados, consolidando o poder central e reduzindo a autonomia estadual. Essa reforma também levou à criação de novos ministérios e órgãos governamentais, ampliando a capacidade do Estado de intervir em diversas áreas.

A Constituição de 1937, que inaugurou o Estado Novo, foi um marco do autoritarismo varguista. Ela ampliou os poderes do Executivo, permitindo a Vargas governar por decretos-leis e dismantelando os mecanismos de freios e contrapesos. Além disso, restringiu direitos civis, proibiu greves e impôs severas limitações às liberdades individuais, consolidando o regime autoritário. A repressão a movimentos sociais e políticos foi outra característica central do período. O Departamento de Ordem Política e Social, a polícia política do Estado Novo, monitorava e reprimia opositores, promovendo prisões arbitrárias, torturas e até execuções de militantes comunistas, anarquistas e outros dissidentes.

O controle estatal sobre a economia foi outra marca do governo Vargas, visando acelerar a industrialização e impulsionar o desenvolvimento nacional. Um exemplo disso foi a política de valorização do café: para proteger os interesses dos cafeicultores, o governo comprava e estocava grandes quantidades do produto, reduzindo a oferta no mercado internacional para manter os preços elevados. Essa estratégia demonstrava o papel ativo do Estado na economia.

Além disso, Vargas investiu na criação de empresas estatais estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, impulsionando a industrialização e reduzindo a dependência de importações. Essas iniciativas consolidaram a presença do Estado na economia e estabeleceram as bases para o desenvolvimento industrial brasileiro nas décadas seguintes.

Assim, a Era Vargas representa um momento crucial na história do Brasil, em que práticas autoritárias e nacionalistas foram adotadas em nome do progresso e da unidade nacional. Suas políticas moldaram o desenvolvimento político e econômico do país, deixando

um legado duradouro. Nesse mesmo período, a França vivia a ditadura de Vichy, um regime político instaurado em 1940 após o armistício com a Alemanha nazista, ilustrando como diferentes nações lidaram com desafios semelhantes sob governos autoritários.

A “tese imunitária” é um conceito intrigante e, em certa medida, controverso, que ganhou destaque na historiografia francesa, especialmente nos trabalhos de acadêmicos como René Rémond. Essa tese sustenta que a França, até certo ponto, teria sido imune às correntes fascistas que se espalharam por outras partes da Europa na década de 1930, argumentando que o fascismo era uma ideologia essencialmente estrangeira ao ethos político francês. Essa ideia pode ser analisada sob diversas perspectivas. René Rémond, por exemplo, defende que as tradições republicanas e democráticas profundamente enraizadas na sociedade francesa funcionaram como um escudo contra a ascensão do fascismo na política nacional (RÉMOND, 1992). Embora reconheça a existência de movimentos extremistas e de organizações que adotaram elementos fascistas, Rémond argumenta que as instituições políticas francesas e a mentalidade predominante no país impediram a adoção plena dessa ideologia. No entanto, é essencial destacar que Rémond não defende a noção de uma imunidade natural da França ao fascismo. Em vez disso, ele sugere que uma combinação de fatores históricos, sociais e políticos contribuiu para a resistência do país a essa ideologia, reforçando a complexidade desse debate na historiografia:

Em primeiro lugar, afastemos a ideia de que a França foi preservada da tentação do fascismo por uma espécie de graça eletiva, como se esta desgraça estivesse reservada a certos povos e poupada a outros. Esta concepção providencialista, que se encontra por vezes na esquerda, não tem qualquer fundamento racional. Para além de admitir que a França tem uma vocação divina, convicção curiosa nos espíritos laicos, não há predestinação para as nações: não fomos poupados à guerra civil, os franceses não são imunes ao racismo: por que é que a França havia de estar protegida contra a possibilidade de uma ditadura de tipo fascista? Além disso, a explicação é uma tautologia: a França não foi conquistada pelo fascismo porque não foi feita para o acolher. Seria ainda necessário descobrir os fatores que tornaram o nosso país resistente à penetração do fascismo ou que impediram o seu desenvolvimento. (RÉMOND, 1992, p. 279-280.)

Historiadores posteriores, como Zeev Sternhell, ofereceram uma perspectiva bastante distinta sobre o tema. Em sua análise incisiva das raízes do fascismo francês, Sternhell argumenta que a França não apenas não foi imune ao fascismo, mas, na verdade, foi um dos principais berços ideológicos dessa doutrina política (STERNHELL, 1994). Ele identifica

uma série de intelectuais e políticos franceses que não apenas adotaram, mas também promoveram ideais fascistas durante esse período, evidenciando a permeabilidade das fronteiras ideológicas na França. Assim, enquanto a tese imunitária apresenta uma narrativa que enfatiza a resistência da França às ideologias fascistas, uma análise mais aprofundada da historiografia revela um quadro mais complexo, em que a influência e a presença do fascismo na sociedade francesa foram mais profundas e enraizadas do que se imaginava. Um exemplo notável desse fenômeno é o regime de Vichy.

O regime de Vichy foi liderado por Philippe Pétain entre 1940 e 1944, durante a Segunda Guerra Mundial. Colaborando ativamente com a Alemanha Nazista, que ocupava grande parte da França, o governo de Vichy representou uma ruptura profunda com a tradição republicana do país. A figura de Pétain foi central nesse período. Conhecido como o “vencedor de Verdun” por seu papel na Primeira Guerra Mundial, ele era visto como um herói nacional. Em meio à crise de 1940, seu prestígio foi explorado para consolidar a autoridade do regime. Nomeado Chefe do Estado Francês, Pétain recebeu poderes quase absolutos com a Lei Constitucional de 10 de julho de 1940. Sob sua liderança, Vichy revogou princípios republicanos, instaurando um Estado autoritário baseado na ideologia de "Trabalho, Família, Pátria" em substituição a "Liberdade, Igualdade, Fraternidade".

O regime de Vichy não surgiu do nada, mas foi resultado de um longo processo de fortalecimento de ideias nacionalistas, autoritárias e xenófobas na França. No período entre as duas guerras, grupos como a *Action Française*, *Jeunesses Patriotes* e *Croix de Feu* já promoviam discursos antiliberais e antissemitas (DOBRY, 1989). A ascensão de Vichy pode ser vista como a culminação dessas forças de extrema-direita que fermentavam na sociedade francesa havia décadas. A colaboração com o nazismo se manifestou em diversas políticas repressivas, especialmente contra judeus e comunistas. O antissemitismo, um elemento central da retórica da extrema-direita, foi institucionalizado por meio de leis raciais e da participação francesa na deportação de judeus para campos de extermínio.

Embora o regime de Vichy não tenha sido fascista no sentido estrito, foi profundamente influenciado por ideias fascistas e por elementos da extrema-direita francesa. A ideologia da *Révolution Nationale*, promovida por Pétain, defendia um Estado forte, a rejeição da democracia e a restauração de valores tradicionalistas, alinhando-se com princípios autoritários que viriam a marcar a extrema-direita nos anos seguintes. Mesmo após a queda do regime em 1944, sua influência não desapareceu. Muitos colaboradores e simpatizantes de Vichy foram julgados, mas a ideologia de extrema-direita encontrou novos

espaços na política francesa. O surgimento da *Front National* em 1972, reunindo diversas facções de extrema-direita, incluindo ex-simpatizantes de Vichy, evidencia a continuidade dessas ideias.

O regime de Vichy foi, portanto, um momento de consolidação e institucionalização da extrema-direita na França. Seu legado autoritário, nacionalista e xenófobo deixou marcas profundas na política francesa, servindo como referência para movimentos que viriam a ressurgir ao longo do século XX e no cenário contemporâneo.

Alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, Pierre Poujade, comerciante e veterano de guerra, fundou, em 1953, a *União de Defesa dos Comerciantes e Artesãos* (UDCA). O movimento surgiu como uma resposta às políticas econômicas da IVª República, que, segundo muitos pequenos empresários, favoreciam as grandes corporações em detrimento dos comerciantes e artesãos. O descontentamento com o governo do pós-guerra e a insatisfação com a alta carga tributária e a crescente burocracia foram os principais motores do chamado poujadismo.

Caracterizado por um populismo inflamado, o poujadismo canalizou a frustração das classes médias e baixas contra a pressão fiscal e a interferência do Estado. A UDCA organizou protestos e manifestações, denunciando o que consideravam um aparato estatal opressor, fiscalmente injusto e indiferente aos valores tradicionais franceses. O movimento também adotou uma postura fortemente antiparlamentar, criticando a classe política da época por sua suposta corrupção e incompetência. Essa retórica encontrou eco em movimentos de extrema-direita que emergiriam posteriormente. Além disso, o poujadismo exibia uma marcante inclinação nacionalista e conservadora, defendendo os pequenos comerciantes e trabalhadores franceses contra a crescente influência das grandes corporações e instituições internacionais.

Apesar de sua curta existência, o impacto político do poujadismo foi expressivo. Nas eleições legislativas de 1956, o movimento conquistou cerca de 2,5 milhões de votos, assegurando 52 assentos na Assembleia Nacional Francesa. No entanto, sem um projeto político estruturado, o movimento perdeu força rapidamente, levando Poujade a se retirar da política ativa. Ainda assim, o poujadismo serviu como precursor de outros movimentos populistas e de extrema-direita na França, evidenciando a existência de uma base significativa de apoio a discursos políticos que desafiavam o status quo e exaltavam a defesa do “homem comum” contra as elites. Um de seus membros mais notáveis foi Jean-Marie Le Pen, que, anos depois, fundaria o *Front National*. Dessa forma, o poujadismo representa um marco na

evolução política da França do pós-guerra, antecipando temas que se tornariam centrais na ascensão da extrema-direita nas décadas seguintes.

O golpe militar de 1964 e o regime autoritário que se seguiu representam um marco decisivo na trajetória da direita brasileira. Esse período foi caracterizado pela instalação de um governo militar que restringiu liberdades civis, reprimiu a oposição política e consolidou um modelo centralizador de poder. É fundamental destacar a participação ativa de diversos setores da sociedade civil na sustentação do regime, o que configura a ditadura como um processo de construção gradual, marcado pela colaboração entre elites políticas, empresariais e militares. Essa ditadura militar foi se institucionalizando progressivamente por meio de reformas autoritárias, notadamente os sucessivos Atos Institucionais, que ampliaram os poderes do Executivo e eliminaram resistências dentro do sistema político.

A repressão durante o regime militar manifestou-se de diversas formas, incluindo censura à imprensa, tortura de prisioneiros políticos e exílio de intelectuais e opositores. Um exemplo emblemático foi o caso do jornalista e deputado Márcio Moreira Alves, cujo discurso crítico ao regime, em 1968, precipitou o endurecimento da ditadura com a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Esse decreto resultou no fechamento do Congresso Nacional e na suspensão dos direitos políticos de centenas de cidadãos (GASPARI, 2002). O AI-5 marcou o início do período mais repressivo do regime, conhecido como “anos de chumbo”. Instituído pelo então presidente Artur da Costa e Silva, em resposta à crescente oposição manifestada por protestos estudantis, greves e ações de guerrilha urbana, o ato ampliou significativamente os poderes do Executivo. A perseguição política atingiu também movimentos sociais e partidos de esquerda.

O AI-5 concedeu ao presidente o poder de fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais, suspendendo temporariamente a atividade legislativa no país. O decreto permitia ao governo suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por até dez anos, impedindo-o de votar, ser votado ou participar de atividades políticas. Além disso, facultava ao Executivo a cassação de mandatos eletivos em todos os níveis e autorizava intervenções federais nos estados e municípios sem necessidade de aprovação parlamentar. A imprensa e manifestações culturais passaram a sofrer censura prévia, e o direito de habeas corpus foi suspenso para crimes considerados políticos ou contra a segurança nacional, permitindo prisões arbitrárias sem necessidade de justificativa legal. O AI-5 permaneceu em vigor até dezembro de 1978, quando foi revogado pelo presidente

Ernesto Geisel no contexto do processo de abertura política que visava uma transição gradual para a democracia. Esse período é lembrado como um dos mais sombrios da história brasileira, marcado pela repressão, tortura, desaparecimentos e assassinatos de opositores do regime.

Apesar da ênfase na segurança nacional e no anticomunismo, o regime promoveu uma política econômica conhecida como o “milagre econômico”. Entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, o Brasil experimentou elevadas taxas de crescimento do PIB. Contudo, essa expansão econômica também intensificou a desigualdade social e a concentração de renda. O modelo adotado, baseado na atração de investimentos estrangeiros e na expansão do setor industrial, beneficiou sobretudo as camadas mais ricas da sociedade, enquanto a maioria da população não viu melhorias significativas em suas condições de vida.

O regime militar (1964-1985) foi um período de autoritarismo e repressão, sustentado por uma ideologia anticomunista e por um modelo de desenvolvimento econômico que aprofundou as desigualdades sociais. A memória desse período ainda suscita debates e controvérsias na sociedade brasileira, refletindo diferentes interpretações sobre a ditadura e seus legados (REIS, 2000). Assim como ocorreu na França com o regime de Vichy, há uma dificuldade de reconhecer plenamente esse passado autoritário. Daniel Aarão Reis (2000) formula a “tese imunitária brasileira”, segundo a qual o senso comum tende a enxergar a ditadura como um pesadelo ao qual a sociedade esteve alheia: “Em tudo isto, sobressai uma tese: a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura” (p. 6). Essa perspectiva ignora o apoio significativo de setores da sociedade ao regime. Um exemplo disso foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 19 de março de 1964, organizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), que articulou apoio civil para a ascensão e manutenção dos militares no poder.

Por outro lado, Reis (2000, p. 6; 2014, p. 96) também destaca que as esquerdas atuantes durante e após a ditadura tinham uma orientação revolucionária, e não democrática. Esse argumento foi frequentemente utilizado para justificar a repressão como necessária para combater a “ameaça comunista” e garantir a estabilidade do país, como evidenciado nos depoimentos de atores políticos e militares reunidos por Maria Celina D’Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares (1994). Essa narrativa, alinhada à retórica anticomunista da época, omite a repressão sistemática e as graves violações de direitos humanos cometidas pelo regime.

No contexto da memória, a anistia concedida ao final do regime consolidou uma situação paradoxal: “foi possível introduzir na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da anistia recíproca, em que os torturadores foram anistiados com os torturados” (REIS, 2000, p. 47). Isso contribuiu para uma narrativa que, ao mesmo tempo, minimiza os abusos da ditadura e glorifica o período como uma época de progresso e ordem.

A memória seletiva desse período também se reflete na educação, influenciando a percepção das novas gerações sobre o regime. A falta de ênfase nos aspectos autoritários e repressivos da ditadura contribui para a perpetuação de visões distorcidas sobre o período. A Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), criada durante o governo Dilma Rousseff, buscou investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. No entanto, sua atuação foi limitada pelo acesso restrito aos arquivos militares, que permanecem sob controle das Forças Armadas, dificultando uma reconstrução completa da história (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 753). Esse desafio reflete as dificuldades da democracia brasileira em consolidar uma memória histórica crítica e abrangente sobre o período.

4. Contextos políticos recentes no Brasil e na França

A criação da Va República Francesa está diretamente ligada à Guerra de Independência da Argélia, um conflito que, além de sua dimensão colonial, pode também ser caracterizado como uma guerra civil. Durante esse período, a Quarta República enfrentava intensa pressão política e social, marcada por divisões profundas sobre a condução do conflito argelino. A instabilidade tornou-se a norma, com governos frequentemente colapsando devido a desacordos internos. A IVa República (1946-1958) foi um período de crises políticas, econômicas e coloniais recorrentes. Em seus 12 anos de existência, houve 24 governos diferentes, resultando em uma média de um novo governo a cada seis meses. Após a Segunda Guerra Mundial, a França passava por um intenso processo de reconstrução econômica e social, mas a instabilidade política frequentemente comprometia ou retardava esses esforços essenciais (ROSANVALLON, 1994). A fragmentação partidária e a dificuldade em estabelecer governos estáveis prejudicaram a capacidade do país de implementar políticas de longo prazo e de responder de forma eficaz aos desafios do pós-guerra.

Em 1958, revoltas e ameaças de golpe por generais na Argélia colocaram em risco a própria estrutura da Quarta República. Diante desse cenário, Charles de Gaulle retornou ao poder, sendo amplamente percebido como a única figura capaz de restaurar a ordem e a estabilidade na França. Ele propôs uma nova constituição que estabeleceu a Quinta República,

substituindo o sistema parlamentarista por um regime semipresidencialista, concedendo mais poderes ao presidente. De Gaulle implementou uma série de reformas constitucionais para fortalecer o poder executivo, argumentando que uma liderança forte era necessária para enfrentar os desafios impostos pela Guerra da Argélia e outras crises econômicas e políticas. Embora concebida para lidar com um momento emergencial, essa estrutura centralizadora permanece em grande parte inalterada, mesmo após o fim desses períodos críticos.

A Va República ampliou significativamente os poderes do presidente em relação ao parlamento, permitindo que De Gaulle conduzisse uma política mais decisiva, culminando no referendo de 1962 que aprovou os Acordos de Evian e levou à independência da Argélia. Assim, a guerra expôs as fragilidades da IVa República e criou um ambiente favorável para a ascensão de um sistema político mais centralizador. Pode-se argumentar que a constituição da Va República consolidou um sistema personalista e autoritário, uma vez que foi concebida como resposta a uma crise emergencial. O regime semipresidencialista estabelece uma divisão de poder entre o presidente e o primeiro-ministro, mas, na prática, confere ampla predominância ao chefe de Estado. Embora criticado por sua centralização de poder, o sistema também é visto como um facilitador da estabilidade governamental e da eficiência decisória, especialmente quando comparado à Va República.

O presidente, eleito por sufrágio universal para um mandato de cinco anos (inicialmente sete, até a reforma de 2000), possui prerrogativas como nomear o primeiro-ministro e presidir o Conselho de Ministros. Quando o primeiro-ministro pertence ao mesmo partido do presidente, sua função se torna secundária dentro do Executivo, servindo principalmente para articular e defender as políticas governamentais no parlamento. Antes da reforma de 2000, a diferença entre os mandatos presidenciais e legislativos frequentemente resultava em períodos de coabitação, nos quais o primeiro-ministro pertencia a um partido adversário do presidente, levando a conflitos políticos e a uma percepção de deslegitimação do governo.

A Va República tem sido alvo de críticas substanciais, especialmente no meio acadêmico, devido à concentração excessiva de poder na presidência, o que pode enfraquecer o princípio da separação dos poderes. Essa centralização pode reduzir a influência do parlamento no processo decisório e comprometer o equilíbrio institucional. Nesse contexto, a reforma de 2000, que reduziu o mandato presidencial para cinco anos, teve como objetivo alinhar os ciclos eleitorais presidenciais e legislativos, aumentando a possibilidade de o presidente contar com uma maioria parlamentar favorável. Essa mudança, teoricamente, facilita a implementação da agenda governamental e reduz os períodos de coabitação. Além

disso, o presidente detém prerrogativas exclusivas, como a nomeação do primeiro-ministro e o poder de dissolver a Assembleia Nacional. O primeiro-ministro, por sua vez, pode invocar o artigo 49.3 da Constituição, permitindo a aprovação de leis sem a necessidade de votação parlamentar. Embora legal, essa prática gera intensos debates sobre a legitimidade democrática e a concentração do poder executivo, sendo frequentemente vista como uma estratégia para contornar a oposição política. Quando o artigo 49.3 é utilizado, o governo assume a responsabilidade pela proposta legislativa, e os deputados podem apresentar uma moção de censura para tentar derrubá-lo. Caso essa moção seja aprovada por maioria absoluta, o governo é destituído e a proposta rejeitada.

No parlamento, a principal ferramenta da oposição para dificultar a aprovação de projetos governamentais é a apresentação de um grande número de emendas, uma tática conhecida como obstrução parlamentar. Embora originalmente concebida para aprimorar o debate legislativo, essa prática pode ser usada para prolongar indefinidamente as sessões e comprometer o sucesso legislativo do governo, especialmente quando este possui apenas uma maioria relativa. Quanto mais tempo um projeto de lei é debatido, maior é a possibilidade de mobilizações sociais e protestos, que, amplificados pela mídia, podem influenciar a opinião pública e pressionar parlamentares a votar contra a proposta.

Assim, em situações em que um projeto de lei gera grande controvérsia, a maioria governamental é frágil ou o governo deseja evitar prolongamentos do debate que possam resultar em protestos, o artigo 49.3 é frequentemente acionado. Essa prática reforça as críticas ao regime da Quinta República, especialmente no que diz respeito à subordinação do legislativo ao executivo, reduzindo a eficácia do controle parlamentar sobre o governo e a formulação de políticas públicas (ROSANVALLON, 2008).

Outro aspecto característico da Quinta República é a crescente centralização do poder no Estado ao longo do tempo. Segundo Bertrand Badie e Pierre Birnbaum em *The Sociology of the State* (1983, p. 114), a estrutura institucional francesa prioriza a estabilidade política em detrimento da representatividade democrática. Esse fenômeno está intimamente ligado à tradição burocrática francesa, consolidada por instituições como a *École Nationale d'Administration* (ENA), fundada após a Segunda Guerra Mundial para renovar a classe política. No entanto, conforme apontam Badie e Birnbaum (1983) e Pierre Bourdieu em *La Noblesse d'État* (1989), essa e outras grandes escolas francesas operam como mecanismos de reprodução das elites. A maioria dos líderes políticos franceses, tanto eleitos quanto não eleitos, são oriundos dessas instituições e pertencem a famílias que seguem trajetórias educacionais e profissionais semelhantes. Esse fenômeno se estende também ao setor

empresarial, criando uma classe dirigente homogênea e cada vez mais distanciada dos eleitores.

O sistema eleitoral legislativo e presidencial da Va República segue um modelo majoritário de dois turnos uninominais. Como observa Nonna Mayer, essa estrutura induz antecipações estratégicas entre os partidos. No primeiro turno, todas as forças políticas tendem a lançar candidatos, enquanto no segundo turno, alianças são formadas para garantir a eleição. Esse sistema tradicionalmente marginaliza partidos extremistas, que enfrentam dificuldades em estabelecer coalizões viáveis (JAIRO, 2004, p. 25-35). Entretanto, em determinados contextos, esse modelo pode favorecer partidos radicais, permitindo que consolidem apoio no segundo turno após uma dispersão inicial dos votos (MAYER, 2002). Assim, o sistema eleitoral pode estimular o voto útil, estratégia na qual eleitores escolhem candidatos com maiores chances de vitória para evitar a ascensão de adversários indesejáveis (MAYER, 2010).

Esse fenômeno explica a dispersão do voto de esquerda no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002 e, conseqüentemente, a ascensão de Jean-Marie Le Pen ao segundo turno. Notavelmente, nessa eleição – e, na verdade, desde sua fundação – o FN tem servido como um bode expiatório na política francesa. Sua mediatização frequentemente mobiliza os eleitores republicanos e/ou de esquerda a comparecerem às urnas para conter o avanço da extrema-direita. É fundamental analisar os múltiplos fatores que contribuíram para a crescente presença da extrema-direita na mídia. Em primeiro lugar, o sistema político da Va República, especialmente durante as eleições, proporciona um espaço midiático significativo a todos os candidatos, incluindo os da extrema-direita, permitindo-lhes alcançar um público mais amplo com suas mensagens (CREPON, MAYER, 2015, p. 486). Dessa forma, os principais canais de rádio e televisão são obrigados a garantir tempo de exposição igual para cada candidato ou partido durante o período oficial de campanha, em nome do pluralismo político. A aplicação dessa norma é supervisionada por um órgão regulador específico.

Durante muito tempo, era comum que a mídia evitasse convidar representantes da extrema-direita devido às suas posições consideradas inaceitáveis no debate público, bem como por suas conexões com grupos violentos e antidemocráticos. Essa estratégia, conhecida como *cordão sanitário*, ainda é aplicada na Bélgica, onde a extrema-direita tem resultados eleitorais pouco expressivos. A estratégia de utilizar a Frente Nacional como um espantalho para enfraquecer a direita tradicional foi implementada por François Mitterrand nas eleições legislativas de 1986. Essa manobra política resultou na ampliação progressiva da presença midiática do partido e de seus membros. Sob a justificativa do pluralismo político, Jean-Marie

Le Pen passou a ser convidado para debates e entrevistas na grande mídia. Além disso, a adoção do princípio da proporcionalidade nas eleições legislativas permitiu à Frente Nacional eleger seus primeiros 35 deputados para a Assembleia Nacional. Muitos comentaristas e políticos responsabilizam Mitterrand por essa abertura, mas outros apontam que essa medida estava alinhada às promessas de campanha do Partido Socialista, cujo objetivo era ampliar a representação dos pequenos partidos. No entanto, essa mudança no sistema eleitoral durou apenas dois anos. Logo em seguida, Jacques Chirac, então primeiro-ministro de direita na primeira coabitação da Quinta República, restabeleceu o sistema majoritário.

Outro fator que contribuiu para o crescimento eleitoral da extrema-direita foi o impacto das três coabitações ocorridas sob a Va República (FYSH, WOLFREYS, 2003). A fragmentação interna tanto da direita quanto da esquerda francesas impediu que os partidos tradicionais resolvessem questões estratégicas cruciais. Além disso, conflitos internos e rivalidades pessoais dentro desses partidos minaram sua capacidade de governar de maneira eficaz, abrindo espaço para a Frente Nacional, que se apresentou como uma alternativa viável para os eleitores insatisfeitos. Um exemplo claro desse fenômeno foi o efeito das coabitações – períodos em que o presidente e o primeiro-ministro pertencem a partidos opostos – na percepção pública do sistema político. Esse arranjo, possível desde o início da Va República, ocorreu de maneira significativa três vezes (1986-1988, 1993-1995, 1997-2002) e revelou-se prejudicial à governabilidade, além de enfraquecer a distinção tradicional entre esquerda e direita. A incapacidade dos governos de coabitação de implementar políticas coerentes e eficazes reforçou a percepção de um sistema político disfuncional, alimentando a frustração popular e impulsionando o apoio a alternativas radicais. Dessa forma, o autor destaca que “A erosão do apoio popular aos partidos estabelecidos durante as duas décadas que antecederam 2002 reflete-se frequentemente nas eleições parlamentares. Desde 1978, os eleitores rejeitaram todas as administrações cessantes em todas as oportunidades, refletindo um profundo descontentamento com o status quo político” (FYSH, WOLFREYS, 2003).

Neste segmento, buscamos descrever elementos estruturais exemplificados por momentos cruciais que moldaram o sistema político francês. Como mencionado nesta seção, o voto na Frente Nacional é frequentemente um voto de rejeição e desconfiança em relação às outras propostas e representantes políticos. Agora, analisaremos os principais eventos que aprofundaram a distância entre os políticos franceses e seus eleitores.

O início dessa crise de representatividade pode ser identificado em 1983, um ano marcado pela mudança drástica na política econômica de François Mitterrand. Após a tentativa frustrada de uma recuperação keynesiana, o presidente optou por adotar medidas de

austeridade fiscal, um movimento conhecido como *le tournant de la rigueur*, que significou o abandono do projeto socialista de bem-estar social originalmente prometido. Eleito em 1981 sob uma plataforma socialista, Mitterrand tinha como objetivo combater o desemprego e estimular o crescimento por meio de gastos públicos e nacionalizações. No entanto, a inflação elevada e o crescente déficit público pressionaram o franco francês, resultando em desvalorização da moeda e fuga de capitais. Essa situação também colocou a França em conflito com seus parceiros europeus, especialmente a Alemanha, que defendia políticas econômicas mais conservadoras como condição para a manutenção do país no Sistema Monetário Europeu.

Diante desse cenário, entre 1982 e 1983, o governo decidiu abandonar a agenda socialista inicial e adotar uma política de austeridade, focada na estabilização monetária e na consolidação fiscal. Essa mudança gerou divisões dentro do cenário político francês, impactando significativamente o Partido Socialista. Desde então, o episódio se tornou um tema central de debates acadêmicos, contrapondo defensores de uma abordagem keynesiana e aqueles que apoiam a austeridade como meio de controle das contas públicas. Mitterrand, ao longo de sua campanha, havia defendido uma recuperação econômica baseada em princípios keynesianos, o que incluía medidas de protecionismo comercial e desvalorização do franco (HALL, 1987, p. 62; HALIMI, 2000, p. 490, apud ELOIRE, 2020, p. 208). No entanto, essas estratégias não foram plenamente implementadas, principalmente devido às restrições estruturais do Sistema Monetário Europeu, que limitava variações cambiais e promovia a integração dos mercados nacionais. Além disso, Halimi (2000, p. 492) argumenta que, mesmo que o ajuste monetário e o protecionismo comercial tivessem sido aplicados, não necessariamente teriam sido eficazes para conter os efeitos da recessão global, agravada pela crise nos Estados Unidos, que elevou as taxas de juros e fortaleceu o dólar. A decisão final de adotar políticas de austeridade partiu do próprio Mitterrand, amparado pelo sistema político francês, que lhe concedia essa prerrogativa. No entanto, dentro de seu governo, formaram-se dois grupos políticos com visões opostas sobre a condução da economia. Esses grupos, compostos por altos funcionários, ministros e assessores, competiam para influenciar as decisões presidenciais.

Embora esse embate tenha ocorrido dentro do Partido Socialista, as duas abordagens eram frequentemente associadas a ideologias distintas. O primeiro grupo, vinculado ao socialismo, defendia a saída do SME, a desvalorização do franco e medidas protecionistas para complementar os gastos públicos iniciados em 1981. O segundo grupo, erroneamente associado ao neoliberalismo, argumentava a favor da permanência no SME e da adoção de

medidas de austeridade para conter o déficit público e estabilizar a moeda. Estudos posteriores demonstram que a escolha por permanecer no SME e adotar a austeridade não foi uma decisão isolada de Mitterrand, mas sim o resultado da ação coordenada de um determinado grupo político.

O mais relevante, no entanto, é como essa reviravolta foi percebida pelos cidadãos franceses. No imaginário coletivo, esse episódio simbolizou o abandono definitivo das políticas de bem-estar social da esquerda e a entrada da França na era do neoliberalismo. O neoliberalismo, entendido como uma releitura do liberalismo clássico, propõe a primazia das liberdades individuais traduzidas na economia de mercado. Suas principais características incluem privatizações, cortes nos gastos públicos, flexibilização do mercado de trabalho e liberalização do comércio. Além disso, o discurso neoliberal construiu um vocabulário técnico, aparentemente neutro e objetivo, que disfarça suas raízes ideológicas.

Nesse contexto, o trabalho de Florence Descamp (2018) é particularmente relevante. Em sua pesquisa, ela analisou entrevistas com altos funcionários do governo Mitterrand que participaram do *tournant de la rigueur*. Seu estudo destaca como a retórica técnica e supostamente apolítica das decisões econômicas serviu para justificar políticas impopulares. Entre as medidas adotadas, destacam-se a desindexação dos salários da inflação e a restrição dos gastos públicos para garantir a integração monetária europeia. Descamp observa que a justificativa oficial para essas decisões não foi fundamentada em uma ideologia liberal, mas na necessidade de responder a desafios econômicos considerados urgentes. Assim, formou-se um discurso que buscava legitimar tais políticas sob o pretexto da inevitabilidade econômica e da tecnicidade, afastando-as de qualquer viés ideológico: “O seu discurso parece, portanto, ser marcado menos por uma hipotética adesão a um quadro de referência liberal, com o qual estavam pouco familiarizados em 1982-1983, do que pela primazia que atribuem a estas “realidades” financeiras. Este quadro de referência, a que chamaremos “gerencial”, não significa que neguem à política os seus direitos. (DESCAMPS, 2018, p. 12/43). Coletivamente, o *tournant de la rigueur*, a crescente burocratização dos serviços estatais e a ascensão de uma abordagem tecnocrática e gerencialista representaram, para muitos, uma traição das elites políticas francesas de esquerda em favor de uma ideologia estrangeira que, mais tarde, seria rotulada como neoliberalismo. Esse momento é frequentemente apontado como o marco inicial da desconfiança dos eleitores de esquerda na política, contribuindo para a sua fragmentação.

Avançando para 2005, essa ruptura democrática tornou-se ainda mais evidente com o referendo sobre a Constituição Europeia, no qual a população francesa rejeitou a proposta. No

entanto, a decisão popular foi posteriormente desconsiderada com a adoção do Tratado de Lisboa, um claro desrespeito à vontade expressa nas urnas. A eleição de 2007 marcou um ponto de inflexão, com Nicolas Sarkozy ascendendo ao poder em grande parte devido a uma retórica fortemente centrada na segurança, estratégia que esvaziou o espaço político da extrema-direita e resultou em seu fraco desempenho eleitoral naquele ano. Além disso, como destaca Mayer, as próprias posturas de Jean-Marie Le Pen e Nicolas Sarkozy desempenharam um papel crucial na configuração do cenário eleitoral de 2007:

Embora concordem com as opiniões de Jean-Marie Le Pen sobre os imigrantes, o Islão e a ordem pública, estão satisfeitos com as ideias de Nicolas Sarkozy sobre o controlo da imigração, o restabelecimento da ordem pública e o regresso ao trabalho. E duvidam claramente da capacidade de Jean-Marie Le Pen para pôr em prática as suas propostas. A credibilidade da FN e do seu líder está em causa. Nicolas Sarkozy, pelo contrário, responde às suas expectativas, é um candidato à medida das suas expectativas (MAYER, 2007, p. 441).

Além de recuperar as pautas e apresentá-las de forma mais eficaz, Nicolas Sarkozy também atraiu eleitores do FN, reorganizando o campo da direita. A adoção de estratégias de comunicação para conquistar o eleitorado da extrema-direita é uma prática recorrente na política francesa, especialmente entre candidatos da direita tradicional. Nesse contexto, é fundamental considerar o cenário econômico global, que acentuou a desconfiança da população em relação às lideranças políticas, alimentando um sentimento de ressentimento e de falta de representação. O descontentamento com os efeitos da globalização é um fator chave para compreender o crescimento dos populismos conservadores ao redor do mundo (NORRIS, 2019). Nesse sentido, vale destacar a crise dos *subprimes*, ocorrida em 2008 nos Estados Unidos, um dos eventos financeiros mais devastadores da história contemporânea. Seus impactos transcenderam a economia americana, afetando profundamente o sistema financeiro global, com repercussões significativas na Europa e, em particular, na França.

A crise teve início nos Estados Unidos com o colapso do mercado imobiliário, impulsionado por empréstimos hipotecários de alto risco (*subprimes*). Essas hipotecas eram concedidas a mutuários com baixa capacidade de pagamento, muitas vezes sem uma avaliação rigorosa da sua solvência. A titularização desses ativos – ou seja, seu agrupamento e comercialização no mercado financeiro – espalhou o risco por todo o sistema bancário internacional. A Europa não escapou ilesa. Bancos europeus, altamente expostos a ativos tóxicos americanos, sofreram perdas massivas. O impacto foi imediato: restrição do crédito, colapso da confiança dos investidores e recessão econômica. Os países da zona do euro,

interdependentes e estruturalmente vulneráveis, foram particularmente afetados. A Grécia emergiu como um dos epicentros da crise, com sua economia, já fragilizada, mergulhando em uma profunda recessão. O desemprego atingiu níveis alarmantes, e o país precisou recorrer a pacotes de resgate internacional. O descontentamento social resultante impulsionou o crescimento de partidos anti-austeridade, populistas e nacionalistas.

Na França, os efeitos da crise dos *subprimes* foram igualmente profundos, manifestando-se no aumento do desemprego, na redução do poder de compra e na estagnação econômica. As políticas de austeridade adotadas pelo governo em resposta à crise foram amplamente criticadas e percebidas como injustas por amplos setores da população, aprofundando as desigualdades e intensificando o sentimento de injustiça social. A crise expôs fragilidades estruturais das economias europeias e levou a reformas significativas no setor financeiro, com um reforço da regulação bancária para evitar a repetição de eventos semelhantes. Na França, o debate sobre justiça social e redistribuição de riqueza ganhou força, influenciando políticas públicas e redefinindo as direções econômicas.

A ascensão dos movimentos populistas e extremistas na Europa pode ser parcialmente atribuída a essa crise. Decepcionados com as respostas dos governos tradicionais, muitos cidadãos passaram a apoiar alternativas políticas que prometiam romper com a ordem estabelecida. Assim, a crise dos *subprimes* não apenas desestabilizou economias e sociedades europeias, mas também catalisou mudanças políticas profundas. As lições extraídas desse período continuam a moldar políticas econômicas e sociais, impulsionando debates sobre estabilidade e justiça social.

Em 2012, a eleição de François Hollande marcou o retorno da esquerda ao poder. No entanto, contrariando as expectativas, seu governo adotou políticas de liberalização e austeridade, reacendendo o debate sobre a flexibilização ideológica dos partidos tradicionais. A influência do então Ministro da Economia, Emmanuel Macron, foi determinante nesse processo. Ex-banqueiro de investimentos no banco Rothschild, Macron desempenhou um papel central na formulação e implementação dessas medidas, sinalizando uma guinada liberal dentro do governo socialista.

As reformas promovidas por Macron, especialmente as mudanças no Código do Trabalho e no sistema previdenciário, foram altamente controversas. Muitas delas foram aprovadas por meio do artigo 49.3 da Constituição Francesa, dispositivo que permite ao governo aprovar legislação sem votação parlamentar direta. Essa prática, adotada pelo Primeiro-Ministro Manuel Valls, gerou forte desaprovação popular e desencadeou protestos generalizados, afetando permanentemente sua trajetória política. Durante esse período,

tornou-se evidente a diluição das fronteiras ideológicas entre esquerda e direita, culminando na criação do termo “UMPS” – uma crítica que denunciava a convergência das principais forças políticas tradicionais, frequentemente levantada por figuras como Marine Le Pen.

O mandato de Hollande, amplamente considerado insatisfatório, levou à emergência de um novo movimento político: *En Marche!*, fundado por Emmanuel Macron. Sua campanha presidencial de 2017 foi marcada pelo lema "Nem de esquerda, nem de direita", estratégia que resultou na desarticulação do Partido Socialista e na absorção de membros e eleitores da antiga UMP. Esse discurso, embora inovador no centro político, já era utilizado por Marine Le Pen desde 2013 (TAGUIEFF, 2014, p. 267). Ao adotar uma abordagem ambígua, porém eficaz, Macron consolidou um novo espaço no espectro político francês, sintetizando elementos das correntes ideológicas tradicionais e reformulando o cenário eleitoral do país.

A redemocratização do Brasil, iniciada no final da década de 1970 e consolidada nos anos 1980, marcou o fim do regime militar e a retomada do processo democrático. Esse período foi caracterizado por intensas transformações políticas, sociais e econômicas que redefiniram o cenário político do país. Durante esse processo, a direita brasileira enfrentou desafios significativos na reorganização de sua identidade política. A queda do regime militar deixou um legado de desconfiança e estigmatização das forças que o apoiaram, levando muitos partidos e lideranças de direita a se distanciarem do passado autoritário e a evitarem a autodefinição como “de direita”, em um esforço de adaptação ao novo contexto democrático (MADEIRA; TAROUÇO, 2011).

Apesar da transição para um governo civil, os militares mantiveram influência significativa na política brasileira. Exigiram a preservação de estruturas criadas durante a ditadura, como os sistemas de informação e segurança, e garantias contra eventuais “revanches” por sua atuação na repressão política (SCHWARCZ & STERLING, 2015, p. 495). Além disso, insistiram na continuidade dos incentivos à indústria de armamentos e às empresas ligadas à segurança do Estado, assegurando que a transição ocorresse sob seus próprios termos. A redemocratização não apenas transformou o cenário político, mas também teve um impacto profundo nas instituições e na sociedade civil. Como argumenta Santos (2001), “a democratização brasileira foi um processo de inclusão gradual, onde movimentos sociais e novos atores políticos encontraram espaço para se manifestar e influenciar o debate público”. Esse processo de inclusão teve reflexos diretos na política partidária, com a emergência de novas siglas e a reconfiguração das antigas. O bipartidarismo imposto pelo AI-2 foi progressivamente substituído por um sistema multipartidário. A Aliança Renovadora

Nacional (ARENA), principal sustentáculo do regime militar, transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), mas encontrou dificuldades em manter sua coesão diante da fragmentação do espectro político. Assim, líderes e partidos da direita precisaram se reposicionar. Muitos dos que haviam colaborado com o regime militar tiveram que se adaptar às novas regras do jogo democrático (SCHWARCZ & STERLING, 2015, p. 498).

A redemocratização ocorreu em um contexto de crise econômica, caracterizado por alta inflação e aumento da dívida externa, fatores que prejudicaram a popularidade dos partidos ligados ao regime militar (SCHWARCZ & STERLING, 2015, p. 505). Por outro lado, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que desempenhou um papel central na oposição à ditadura, emergiu como uma força dominante no início do período democrático. No entanto, enfrentou dificuldades para conciliar as diversas correntes políticas em seu interior e coordenar a transição para um novo regime. Para chegar ao poder, adotou uma estratégia de amplas alianças, incorporando membros do PDS, antigo ARENA, e formando uma coalizão com o Partido da Frente Liberal (PFL), uma dissidência conservadora. Essa articulação garantiu a eleição de José Sarney à presidência.

É interessante notar que alianças transpartidárias extensas, embora garantam estabilidade momentânea, podem comprometer a governabilidade ao longo do tempo. O excesso de compromissos políticos tende a gerar insatisfação na população, alimentando o descrédito na representação tradicional e abrindo espaço para o crescimento de atores políticos radicais, populistas e antissistema. A eleição de Fernando Collor, em parte, pode ser explicada por essa crise de representatividade. Sua campanha resgatou a figura do “homem providencial” e recorreu a *topoi* populistas, reforçando a deslegitimação dos partidos políticos perante a opinião pública. Não por acaso, Collor lançou-se candidato sem uma base partidária sólida (MAINWARING, 1999, p. 122). Os partidos majoritários da época, como PMDB e PFL, obtiveram desempenhos decepcionantes nas eleições seguintes, em 1988, abrindo espaço para o crescimento de siglas menores, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista.

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco na consolidação democrática do país. A nova Carta Magna estabeleceu um amplo conjunto de direitos e garantias individuais, fortaleceu as instituições democráticas e incentivou maior participação social. A princípio, a direita resistiu a algumas dessas mudanças, mas acabou por se adaptar ao novo arcabouço institucional e a participar ativamente do jogo democrático. Esse momento foi um processo complexo e repleto de desafios, refletindo as tensões e aspirações de um país que emergia de duas décadas de regime militar. Como observa Carvalho (2007, p. 199), “A

constituente de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã”.

A Carta de 1988 inovou ao incluir direitos sociais fundamentais, como acesso universal à saúde, educação e assistência social, tornando essas garantias deveres explícitos do Estado. Também reforçou a liberdade de expressão e organização política. Com a nova Constituição, o sistema político brasileiro passou a operar sob regras mais inclusivas e democráticas. Entre suas inovações mais significativas, destaca-se a criação de um Ministério Público independente, que se tornou peça-chave na fiscalização da legalidade e na defesa dos direitos dos cidadãos. Além disso, foram estabelecidos mecanismos de controle externo sobre a administração pública, promovendo maior transparência e responsabilidade do Estado. No entanto, apesar dos avanços institucionais, certos traços autoritários continuaram a influenciar a política brasileira. A centralização do poder no Executivo e a manutenção da influência de elites econômicas e políticas tradicionais permaneceram como elementos estruturantes do sistema. A direita, especificamente, passou por um longo processo de reorganização, buscando se desvincular das práticas autoritárias do passado. Entretanto, a persistência de certos valores e dinâmicas herdadas do regime anterior não pode ser ignorada. Como destaca Reis, em uma análise mais ampla da cultura política brasileira, a transição democrática não promoveu uma reinterpretação do papel dos militares na sociedade, permitindo que muitos de seus legados permanecessem intocados:

A rigor, depois da restauração democrática, e em particular na situação de pós-Guerra Fria, ainda não se formulou uma nova doutrina para orientar o papel das Forças Armadas. Em contrapartida, todas as tentativas de esclarecer fatos e episódios do período ditatorial têm enfrentado resistência por parte de autoridades militares, que se negam a entregar os arquivos ou a colaborar. De sorte que, pela primeira vez na história da cultura política do nacional-estatismo, os militares perderam o papel de protagonista explícito (REIS, RIDENTI e MOTTA, 2014, p. 23).

Assim, apesar de perder protagonismo com o fim da ditadura, as Forças Armadas não passaram por uma reformulação profunda que alterasse significativamente sua cultura política. A ausência de um processo de responsabilização e a concessão da anistia foram condições essenciais para garantir a transição à democracia, mas também reforçaram uma tentativa de apagar o passado autoritário. Ainda assim, os militares perderam a hegemonia na definição da cultura nacional-estatista, mesmo permanecendo enraizados no Estado e na Constituição. Politicamente, o poder migrou para outras mãos, um afastamento diretamente

ligado ao fracasso do regime militar. No entanto, sem mudanças estruturais profundas, não há garantias de que as Forças Armadas não possam, no futuro, ressurgir como um ator político central.

A política brasileira após a redemocratização foi marcada pela emergência de novos partidos e coalizões, além de crises e escândalos que testaram os limites das instituições democráticas. A Constituição de 1988, com suas inovações e garantias, tornou-se um pilar da democracia, mas a plena realização de seus princípios ainda é um processo em construção. Apesar do estigma associado ao passado autoritário, as forças de direita conseguiram se reorganizar e se adaptar ao novo contexto, consolidando-se como um ator relevante no cenário político.

Nos anos 1990, o Brasil passou por profundas transformações políticas e econômicas sob a liderança do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito presidente em 1994, impulsionado pelo sucesso do Plano Real, que estabilizou a economia e controlou a inflação. Seu governo foi marcado por reformas neoliberais, privatizações e políticas de austeridade fiscal. Reeleito em 1998, FHC enfrentou uma oposição crescente do PT, que criticava as privatizações e a falta de atenção às questões sociais.

Em 2002, após três tentativas frustradas, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente, marcando uma inflexão na política brasileira. Seu governo priorizou políticas de inclusão social e redução das desigualdades, com programas como o Bolsa Família e o Fome Zero retirando milhões de brasileiros da pobreza extrema. O crescimento econômico, impulsionado pelo boom das commodities, permitiu a expansão dessas políticas e uma maior inclusão das camadas mais pobres da população. Lula construiu um pacto conservador-lulista, equilibrando políticas sociais com a manutenção das estruturas capitalistas, o que garantiu estabilidade, mas também gerou críticas por não enfrentar de maneira mais incisiva as desigualdades estruturais (SINGER, 2012).

Reeleito em 2006, Lula manteve sua agenda social e sua popularidade em alta, mas enfrentou desafios como o escândalo do Mensalão, que revelou um esquema de compra de votos no Congresso. Ainda assim, deixou o governo com altos índices de aprovação e conseguiu eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010. Durante seu mandato, a economia brasileira manteve um ciclo de expansão, impulsionado pelo consumo interno e pela formalização do mercado de trabalho, ainda que com alta rotatividade e precariedade em vários setores (BRAGA, 2016). No entanto, os limites desse modelo ficaram evidentes com o fim do boom das commodities em 2014. A economia brasileira, dependente da exportação de

produtos primários e da importação de manufaturados, revelou fragilidades estruturais que impactaram o crescimento.

No primeiro mandato, Dilma adotou políticas para impulsionar a economia por meio da intervenção estatal, como o Plano Brasil Maior, que buscava fortalecer a indústria nacional e tornar a economia mais competitiva. Contudo, essas medidas afetaram diretamente os spreads bancários, provocando resistência do setor financeiro e de parte do empresariado. A oposição veio de múltiplos setores – do mercado financeiro ao empresariado e à direita política – culminando em uma forte reação contra suas políticas. A resistência se materializou tanto no aumento das taxas de juros pelo Banco Central quanto em campanhas midiáticas e pressões políticas que resultaram no seu impeachment.

Singer (2016) argumenta que a tentativa de Dilma de ensaiar um novo modelo desenvolvimentista foi frustrada pela falta de uma base política sólida, pela resistência do setor financeiro e pela incapacidade de articular uma coalizão eficaz entre industriais e trabalhadores. O desgaste político e a crise econômica levaram a uma deterioração de sua popularidade, tornando o impeachment uma possibilidade concreta. A ascensão do antipetismo, alimentado pelos escândalos de corrupção e por uma mobilização crescente da direita, foi um elemento central nesse processo. Esse contexto fortaleceu duas forças antagônicas e determinantes na política brasileira: o lulismo e o antipetismo. Embora o foco deste trabalho não seja o Partido dos Trabalhadores, é fundamental ressaltar o peso eleitoral do antipetismo. O lulismo se consolidou como um fenômeno político associado à figura de Lula e às políticas de inclusão social implementadas em seus governos. Sua força eleitoral baseia-se no apoio das classes populares, cujas condições de vida melhoraram significativamente nos anos 2000. No entanto, opositores acusam essas políticas de serem populistas e clientelistas, apontando que, apesar de mudanças superficiais, a estrutura de desigualdade permaneceu intacta.

Em paralelo ao lulismo, o antipetismo cresceu na medida em que escândalos como o Mensalão e a Operação Lava Jato ganharam repercussão. Embora o petismo seja uma adesão ideológica aos valores e ao programa do PT, o antipetismo se caracteriza pela rejeição do partido como um todo, incluindo sua liderança, políticas e ideologia. Na arena política, essa rejeição se traduziu na construção de narrativas que enfatizavam a corrupção, deslegitimando o partido e facilitando a coalizão de forças opositoras que culminou no impeachment de Dilma Rousseff e na prisão de Lula. Eleitoralmente, o antipetismo tornou-se uma força decisiva, sendo determinante para o sucesso ou o fracasso de candidaturas presidenciais. Nesse sentido, ele foi um dos fatores centrais para a ascensão de uma candidatura de extrema

direita tão radical quanto a de Jair Bolsonaro (JAIR, 2020). Como destacou Singer, em uma análise quase premonitória sobre o lulismo:

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula (2012, p. 10).

Assim, o confronto político recorrente na Nova República Brasileira foi, a partir de 2012, transformado por uma nova configuração multipolar. O embate tradicional entre o PT e a centro-direita foi redefinido com a consolidação do lulismo como fenômeno político e a ascensão de uma nova direita, mais conservadora e radical. Os partidos de centro e de direita passaram a se alinhar estrategicamente a um ou outro campo, guiados por seus interesses eleitorais e políticos.

As manifestações de 2013, que tiveram início como protestos contra o aumento das tarifas de transporte público, rapidamente se expandiram para uma ampla gama de reivindicações sociais e políticas, refletindo uma insatisfação generalizada com o governo e com a classe política como um todo. Esse ciclo de mobilizações revelou uma crise de representação e o enfraquecimento da hegemonia lulista, expondo tensões de classe que haviam sido temporariamente apaziguadas pelo modelo econômico e social dos anos 2000 (BRAGA, 2016). A crise foi agravada pela recessão econômica e pela incapacidade do governo de sustentar o crescimento sem reformas estruturais mais profundas.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram um ponto de inflexão na política brasileira. O que começou como uma mobilização contra o aumento das tarifas rapidamente se transformou em um movimento de contestação mais amplo, canalizando insatisfações difusas e dando visibilidade a diferentes pautas, muitas vezes contraditórias. Vários autores analisaram esse período de intensa efervescência política, destacando que crises não surgem isoladamente, mas resultam de um acúmulo progressivo de tensões. Assim, para compreender a ascensão do populismo conservador no Brasil, é fundamental considerar a degradação progressiva do sistema político, marcada pelo presidencialismo de coalizão – ou, como define Nobre (2022), pelo “pemedebismo” – e por uma crescente polarização. Esse conceito provocativo se explica da seguinte maneira:

A esse modo de operar, que a ciência política brasileira convencionou chamar de presidencialismo de coalizão, chamei de pemedebismo, em homenagem ao partido que, durante pelo menos três décadas, foi o líder do cartel de empresas de venda de apoio parlamentar, o PMDB - o qual, a partir de 2018, mudou seu nome para MDB." (NOBRE, 2022, p. 9)

Para ele, o presidencialismo de coalizão, característico da democracia parlamentar brasileira, promoveu uma política baseada no clientelismo e na distribuição de poder entre partidos sem uma clara adesão ideológica, apenas visando a manutenção do poder. Se constituíram partidos, reunindo várias tendências, amalgamados no centrão por falta de distinção ideológica, pois, apenas forma alianças e participa politicamente em função dos seus interesses financeiros e clientelistas. Desta forma, a constante criação de novos partidos foi estimulada por interesses pessoais e de grupo, o que enfraqueceu a governabilidade e aumentou a corrupção. Momento de clara rejeição ao modelo vigente, as manifestações de 2013 expressam a insatisfação pública com o sistema político tradicional clientelista e corrupto.

Em retrospectiva, as Jornadas de Junho de 2013 desempenharam um papel crucial no desenrolar da crise política que culminaria no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Essa conjuntura pode ser qualificada como uma crise política multifacetada, conforme o conceito de Dobry (2009), que define crises políticas como momentos críticos marcados por mobilizações multissetoriais. Na sociologia política, uma conjuntura crítica ocorre quando as estruturas habituais de poder e dominação são questionadas e tornam-se fluidas. Nesse contexto, as manifestações de 2013, combinadas a uma crise econômica e a um conflito político crescente dentro do próprio aparato estatal, levaram a um processo de impeachment amplamente interpretado como uma manobra politicamente articulada contra a presidente.

O fim do ciclo de crescimento impulsionado pelo boom das commodities, iniciado em 2002 e encerrado em 2014, gerou uma crise econômica profunda. Além disso, a política econômica do primeiro mandato de Dilma havia sido marcada por uma agenda mais à esquerda, com medidas de redistribuição, controle de preços e maior intervenção estatal. No entanto, ao perder o apoio do setor privado e enfrentar os efeitos combinados da crise internacional e das políticas de seu primeiro governo, Dilma tentou, já no segundo mandato, reverter essa abordagem por meio da adoção de políticas de austeridade – um movimento tardio e mal recebido tanto pela classe empresarial quanto pela população. O contraste entre o corte gradativo das políticas sociais e os altos gastos públicos com eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 gerou ainda mais insatisfação e desconfiança.

Em momentos de crise política multissetorial, como descreve Dobry, diferentes setores da sociedade se mobilizam simultaneamente, levando a uma desinstitucionalização temporária das estruturas políticas e sociais. Retomando conceitos da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, pode-se dizer que há um processo de “dessectorização”, no qual as fronteiras entre os campos político, econômico e cultural tornam-se nebulosas. As lógicas específicas de cada campo se sobrepõem ou se confundem, gerando incerteza sobre as posições e estratégias dos atores sociais. Esse fenômeno ficou evidente nas manifestações de 2013 e 2015, que reuniram uma ampla gama de setores, incluindo movimentos estudantis, sindicatos, grupos de classe média e outros movimentos sociais. Essas mobilizações ocorreram sem a intermediação habitual de partidos e sindicatos, refletindo um descontentamento difuso com o sistema político como um todo.

A diversidade dos atores envolvidos demonstrava um descontentamento generalizado com a condução do país. As reivindicações variavam desde a melhoria dos serviços públicos até a indignação com os gastos excessivos em megaeventos. Em 2015, novas manifestações ocorreram, agora organizadas também por grupos de direita, que incorporaram o discurso anticorrupção e críticas à crise econômica. Nesse contexto, a crise política transbordou o âmbito governamental, envolvendo instituições como o Judiciário, a grande mídia e setores empresariais, todos engajados no debate sobre a legitimidade do governo e as possíveis soluções para a crise.

Outro elemento característico dessas crises políticas é a incerteza estrutural: as estratégias convencionais tornam-se insuficientes, as referências tradicionais perdem eficácia e as estruturas de dominação são perturbadas. O governo Dilma enfrentou um cenário de crescente instabilidade política e econômica. A recessão iniciada em 2014 agravou-se rapidamente, resultando em aumento do desemprego e da inflação. Paralelamente, os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato implicaram membros do governo, grandes empresas e partidos políticos, aprofundando a sensação de desgoverno e descrédito das instituições. A perda de apoio no Congresso, aliada às manifestações massivas contra o governo, gerou um quadro de ingovernabilidade, no qual as soluções tradicionais pareciam ineficazes para restaurar a estabilidade. Além disso, crises dessa magnitude abrem espaço para o surgimento de novas lideranças e movimentos. Foi nesse contexto que grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua ganharam protagonismo, impulsionando a articulação política contra o governo e fomentando a narrativa que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. A oposição, liderada pelo PSDB e outros partidos, viu na crise uma

oportunidade para destituir o PT do poder, aprofundando a polarização política e acirrando os conflitos tanto nas ruas quanto no Congresso.

Por fim, um dos aspectos mais marcantes das crises políticas é a perda generalizada de confiança nas instituições. Durante esse período, pesquisas de opinião indicaram níveis recordes de desconfiança no governo, no Congresso e nos partidos políticos. A Operação Lava Jato desestabilizou ainda mais o cenário, expondo a corrupção sistêmica e minando a credibilidade de figuras políticas tradicionais. O processo de impeachment de Dilma foi envolto em controvérsia, com debates intensos sobre sua legitimidade e a acusação de que teria sido um "golpe parlamentar". Esse embate refletia não apenas a polarização da conjuntura política, mas também a incerteza estrutural que caracterizou o período.

Barbosa (2014) analisa as manifestações de junho de 2013 à luz do pensamento de Ernesto Laclau, cuja teoria foi mencionada no primeiro capítulo. Esse período pode ser interpretado como um momento de efervescência política, no qual diversas demandas da sociedade civil começaram a se cristalizar, evidenciando um descontentamento generalizado com o status quo. Para Barbosa (2014), as Jornadas de Junho revelaram uma profunda crise de representatividade no Brasil, na medida em que expuseram as limitações do sistema político em absorver e responder às demandas emergentes.

Segundo Laclau, o populismo surge em contextos nos quais há uma demanda por representação que os sistemas políticos existentes não conseguem atender. As manifestações de 2013 refletiram uma ampla gama de insatisfações sociais, desde a precariedade dos serviços públicos até críticas à corrupção e à desigualdade. A ausência de um objetivo unificado e a diversidade de pautas expressam a lógica da equivalência, enquanto a articulação de diferentes grupos e interesses sem uma identidade comum consolidada exemplifica a formação de cadeias hegemônicas e o uso de significantes vazios. A reivindicação por melhores condições de transporte público, por exemplo, inicialmente restrita a uma questão específica, rapidamente se tornou um significante vazio, apropriado por múltiplos grupos como um símbolo de descontentamento mais amplo – seja contra o governo, contra a corrupção ou contra o sistema político como um todo.

Essas manifestações representaram uma nova forma de participação política, desafiando os modelos tradicionais de organização e representação. O papel das novas tecnologias de comunicação na mobilização e articulação dos protestos foi determinante e será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo. No geral, essa efervescência social expôs uma falha estrutural do sistema político em canalizar e responder às demandas da população.

Nesse contexto, a ascensão da classe média e suas reivindicações tornou-se um ponto central de análise, como discutido por Singer (2012; 2016). As políticas adotadas pelo governo, embora voltadas para o desenvolvimento econômico e a inclusão social, foram percebidas por alguns segmentos como ameaças a seus valores e interesses econômicos. Esse cenário de crescente polarização foi exacerbado pela cobertura midiática e pelo uso estratégico das redes sociais, que amplificaram temores e insatisfações, pavimentando o caminho para a ascensão de lideranças de direita. A seguir, examinaremos de perto as trajetórias de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro.

Começemos com um breve olhar sobre a trajetória de Marine Le Pen, destacando eventos fundamentais para a compreensão de sua formação política e identidade pública. Sendo filha de Jean-Marie Le Pen, Marine sempre carregou consigo o peso de seu sobrenome (FOUREST, 2011). Um evento marcante em sua infância reforçou a percepção de que ela e sua família estavam condenadas a uma perseguição constante devido à atuação política de seu pai. Em 1976, enquanto Marine e suas irmãs dormiam no quarto andar do imóvel onde residiam, uma bomba explodiu, destruindo a escadaria e deixando uma cratera no local. A polícia jamais encontrou os responsáveis pelo atentado. Desde então, Marine internalizou a ideia de que as atividades políticas de seu pai geravam inimigos dispostos a atacá-los diretamente. Segundo seu próprio relato, foi nesse momento que compreendeu que nunca seria tratada como as demais pessoas, alimentando um sentimento duradouro de injustiça (FOUREST, 2011). A ausência de respostas sobre o ataque permaneceu como uma ferida aberta na família, e Marine frequentemente recorre a esse episódio para sustentar sua narrativa de vítima de perseguição política e até mesmo de terrorismo.

Jean-Marie Le Pen possui fortes ligações geográficas com dois locais emblemáticos: Neuilly, próximo à sua residência, e Argel, onde serviu como paraquedista e manteve influentes conexões políticas. Seu estilo de vida boêmio e suas relações controversas exerceram uma profunda influência sobre Marine Le Pen (FOUREST, 2011), especialmente por meio dos eventos sociais promovidos pela família. Após o atentado de 1976, a família mudou-se para uma luxuosa residência em Montretout, que se tornou uma espécie de “prisão dourada” para Marine. A mansão, construída sob o regime de Napoleão III, possuía vários andares e um vasto parque ao redor, oferecendo segurança, mas também um isolamento social significativo. No entanto, sua grandiosidade fazia dela o cenário ideal para reuniões políticas e

eventos sociais estratégicos, permitindo a Jean-Marie Le Pen consolidar sua rede de contatos e sua influência no meio político.

Em 1988, uma entrevista reveladora concedida por Pierrette Le Pen, ex-esposa de Jean-Marie, expôs aspectos perturbadores da vida privada do fundador da Frente Nacional, trazendo à tona o racismo e o antissemitismo enraizados no ambiente familiar em que Marine e suas irmãs cresceram. Pierrette relatou que Jean-Marie Le Pen frequentemente utilizava termos pejorativos e racistas para se referir a árabes e judeus, empregando expressões como *crouilles*, *melons*, *bicots* e *youpin* (FOUREST, 2011, p. 26). Além disso, destacou a forma calculada com que ele manipulava sua imagem pública, cultivando amizades estratégicas com árabes para evitar acusações diretas de racismo. Pierrette também revelou que suas filhas, incluindo Marine Le Pen, foram criadas em um ambiente no qual o antissemitismo era normalizado: “Elas foram criadas assim. Elas diziam de alguém que ele tinha cara de ‘youbac’, de ‘youpin’, ‘Tio Dolphi [Adolf Hitler] não fez o suficiente’. Essa é uma expressão que Jean-Marie gosta de usar. (FOUREST, 2011, p.27).

Ela relata que as meninas utilizavam expressões fortemente antissemitas, influenciadas diretamente pelo pai. Essas revelações são particularmente inquietantes, pois demonstram que o antissemitismo e o racismo não eram apenas tolerados, mas ativamente ensinados e reforçados dentro da família Le Pen. A exposição desse ambiente familiar levanta questões importantes sobre como essas influências podem ter moldado as visões políticas de Marine Le Pen e sua atuação como líder do atual Rassemblement National. Embora ela tenha buscado publicamente se distanciar das declarações mais controversas de seu pai, é difícil ignorar o impacto que uma educação imersa nessas ideologias pode ter tido em sua formação.

Desde jovem, Marine Le Pen esteve envolvida na política, acompanhando seu pai em campanhas eleitorais e ingressando no FN aos 18 anos. Jean-Marie Le Pen fazia questão de exibir sua família durante suas aparições midiáticas (LISZKAI, 2010). Durante os anos universitários, Marine participou de movimentos estudantis alinhados ao FN e começou a construir suas próprias alianças políticas. Sua primeira experiência eleitoral ocorreu em 1989, quando se candidatou na última posição de uma lista do FN nas eleições municipais de Saint-Cloud. Em 1998, conquistou seu primeiro cargo político como conselheira regional do Nord-Pas-de-Calais e assumiu a liderança do setor jurídico do FN, fortalecendo sua posição dentro do partido. Além disso, teve um papel fundamental nas crises internas do FN, especialmente ao se opor a Bruno Mégret, que buscava uma aliança com a direita tradicional. Assim, participou ativamente das purgas internas contra os aliados de Mégret, consolidando uma linha política que rejeitava tanto a direita quanto a esquerda tradicionais.

Marine também foi responsável por sessões de formação dentro do FN, instruindo militantes sobre questões legais e seus direitos em processos judiciais. Ao longo dos anos, tornou-se uma figura central no partido, equilibrando a defesa das ideias de seu pai com a tentativa de modernizar e expandir a influência da legenda. Sua projeção nacional aumentou significativamente em 2002, durante a campanha presidencial de Jean-Marie Le Pen. Seu papel na mídia se intensificou, e, nas eleições legislativas do mesmo ano, obteve 24,2% dos votos no primeiro turno no 13º distrito eleitoral do Pas-de-Calais, embora não tenha vencido no segundo turno.

A partir dessa eleição, Marine Le Pen adotou a estratégia de “*dédiabolisation*” do FN, tentando suavizar sua imagem e ampliar sua base de apoio. Isso gerou conflitos internos, especialmente com Bruno Gollnisch, outro líder influente do partido. Apesar da resistência, Marine cresceu em popularidade e influência, sendo nomeada vice-presidente do FN em 2007. Sua ascensão dentro do partido demonstrava sua capacidade de mobilizar militantes, mesmo após sucessivas derrotas eleitorais (LISZKAI, 2010). Consolidou-se politicamente na região de Nord-Pas-de-Calais, particularmente em Hénin-Beaumont, onde construiu um forte apoio local. Entre 2007 e 2008, participou de eleições municipais e regionais, conquistando resultados expressivos, ainda que nem sempre vencesse. Em 2009, liderou a lista do FN nas eleições europeias na circunscrição Nord-Ouest, alcançando o melhor desempenho do partido e sendo reeleita deputada europeia. Esse período foi marcado por seu crescente protagonismo no FN e pela preparação para eventualmente suceder seu pai na liderança da legenda.

Em 2011, foi eleita presidente do FN no congresso de Tours, sucedendo Jean-Marie Le Pen. Desde então, tornou-se uma figura influente na política francesa, destacando-se pela estratégia de “*dédiabolisation*” e pela habilidade de atrair a atenção pública. Candidatou-se à presidência da França em 2012, obtendo 17,90% dos votos no primeiro turno — o melhor desempenho do FN em uma eleição presidencial até então. Embora não tenha avançado ao segundo turno, consolidou-se como uma das principais lideranças políticas do país. Nas eleições legislativas de 2012, Marine teve um bom desempenho, mas foi derrotada por pequena margem em sua tentativa de se eleger deputada pelo Pas-de-Calais. Entre 2014 e 2015, sob sua liderança, o FN cresceu significativamente em diversas eleições, incluindo municipais, europeias e regionais. Em 2014, o partido conquistou várias prefeituras e, pela primeira vez, entrou no Senado francês. Nas eleições europeias do mesmo ano, o FN foi o partido mais votado na França, com Marine Le Pen reeleita deputada europeia.

Durante esse período, enfrentou conflitos internos, especialmente com seu pai, Jean-Marie Le Pen. As tensões culminaram na expulsão dele do FN em 2015, consolidando o

controle de Marine sobre o partido e reafirmando sua nova linha ideológica. Nas eleições regionais de 2015, obteve um grande sucesso no primeiro turno na região de Nord-Pas-de-Calais-Picardie, mas foi derrotada no segundo turno devido à retirada do candidato da esquerda e ao apoio unificado contra ela. Apesar da derrota, manteve sua base política e começou a preparar sua candidatura presidencial para 2017.

Os anos seguintes marcaram a transição do FN para o RN e a consolidação de Marine Le Pen como uma das figuras mais influentes e controversas da política francesa. Na campanha presidencial de 2017, foi inicialmente considerada uma das favoritas, com boas chances de se qualificar para o segundo turno. Adotou o slogan *La France apaisée*, em uma tentativa de suavizar ainda mais a imagem do partido. No entanto, sua campanha foi abalada por escândalos e investigações judiciais envolvendo-a e o FN, o que afetou negativamente sua popularidade. Mesmo assim, conseguiu chegar ao segundo turno, obtendo 21,30% dos votos, atrás de Emmanuel Macron. Nos dias que antecederam a votação, tentou atrair eleitores de esquerda, apresentando a eleição como “*un référendum pour ou contre la France*”. Contudo, seu desempenho no debate do segundo turno foi amplamente criticado por ser considerado agressivo e mal preparado, o que prejudicou sua imagem. Derrotada por Macron, obteve 33,90% dos votos, um resultado abaixo das expectativas de seu próprio partido.

Após a derrota, enfrentou críticas internas e revisou a estratégia do RN. Mesmo assim, manteve-se como a principal liderança do partido, preparando-se para futuras disputas eleitorais, incluindo a presidência em 2022. Durante seu mandato como deputada do Pas-de-Calais, adotou uma postura de oposição ao governo de Macron, mas enfrentou desafios para manter sua influência política e popularidade.

O FN foi fundado em 1972 por membros do movimento Ordre Nouveau, um grupo neofascista que defendia uma reorganização territorial e étnica da Europa inspirada no projeto nazista. Essa ideologia visava integrar diversas regiões ao Reich alemão, promovendo deslocamentos populacionais forçados e a opressão sistemática de grupos minoritários, culminando no extermínio de milhões de pessoas, incluindo a implementação da Shoah. O nome do movimento remete a um projeto que teve início antes da Segunda Guerra Mundial e foi proclamado publicamente por Adolf Hitler em 1941, com o objetivo de unificar a Europa sob domínio nazista e combater a União Soviética.

O FN foi criado para unificar diferentes facções da extrema-direita francesa, incluindo ex-membros do regime de Vichy e neonazistas. Jean-Marie Le Pen foi escolhido como presidente, inicialmente com um papel simbólico, visando conferir respeitabilidade ao

movimento. Nos primeiros anos, o partido permaneceu marginal, enfrentando dificuldades para manter sua base de apoio. A fundação do FN foi marcada por disputas internas entre grupos que defendiam uma abordagem mais radical e aqueles que preferiam uma estratégia pragmática e legalista.

A primeira participação eleitoral do FN ocorreu nas eleições legislativas de 1973, com um programa conservador moderado. No entanto, obteve apenas 1,3% dos votos nacionais, evidenciando sua falta de impacto político. Esse fracasso agravou as tensões internas e desencadeou uma crise dentro do partido. A dissolução do *Ordre Nouveau* pelo governo francês em 1973 levou Jean-Marie Le Pen a assumir o controle total do FN, consolidando sua liderança e afastando opositores, o que resultou na perda de membros e dificuldades financeiras.

Durante a década de 1970, o FN continuou a lutar para se firmar, enfrentando baixa adesão e fracos resultados eleitorais. Entretanto, as crises econômicas e sociais desse período começaram a criar um ambiente propício para o crescimento do partido. Jean-Marie Le Pen emergiu como o principal líder da extrema-direita francesa, apesar de seu desempenho modesto na eleição presidencial de 1974, na qual obteve apenas 0,75% dos votos.

Nos anos 1980, o FN começou a ganhar relevância política, especialmente após a eleição de François Mitterrand. O descontentamento gerado pela vitória da esquerda foi explorado pelo FN, que atraiu eleitores desiludidos por meio de uma retórica anti-imigração, nacionalista e anticomunista. Embora tenha enfrentado dificuldades estruturais e financeiras, a partir de 1983 o partido começou a conquistar espaço em eleições locais e nacionais. A vitória na eleição municipal de Dreux em 1983 e os 10,95% obtidos nas eleições europeias de 1984 marcaram a ascensão do FN. Com a introdução do sistema proporcional em 1986, o partido conseguiu eleger 35 deputados para a Assembleia Nacional, consolidando sua presença política, especialmente nas regiões de Provence-Alpes-Côte d'Azur, onde elegeu seus primeiros prefeitos em 1995.

O FN se consolidou como uma força significativa na política francesa ao longo da década de 1990, apesar das tensões internas e desafios à liderança de Jean-Marie Le Pen. Seu discurso provocador e suas declarações polêmicas, incluindo afirmações controversas sobre o Holocausto, geraram controvérsias, mas também solidificaram sua base eleitoral. O partido capitalizou o medo do desemprego, a imigração em massa e a perda da identidade nacional para se posicionar como uma alternativa viável aos partidos tradicionais. Em 1998, o FN sofreu uma cisão significativa liderada por Bruno Mégret, que fundou o Movimento Nacional Republicano (MNR). Embora essa divisão tenha enfraquecido temporariamente o partido,

Jean-Marie Le Pen manteve sua liderança. Em 2002, surpreendeu a França ao chegar ao segundo turno da eleição presidencial com 16,86% dos votos, superando o socialista Lionel Jospin. No entanto, foi amplamente derrotado por Jacques Chirac no segundo turno. Após esse episódio, o FN continuou a explorar pautas como a oposição à globalização e à imigração para manter sua relevância. Entretanto, enfrentou um declínio eleitoral a partir de 2007, quando Jean-Marie Le Pen obteve apenas 10,44% dos votos na eleição presidencial. A ascensão de Nicolas Sarkozy, que adotou parte do discurso do FN, contribuiu para essa queda.

O partido mostrou sinais de recuperação nas eleições regionais de 2010. Em 2011, Marine Le Pen assumiu a liderança do FN, marcando uma nova fase para o partido. Ela implementou a estratégia de "dédiabolisation", tentando afastar a imagem extremista associada ao FN e tornando-o mais palatável para o eleitorado em geral. Para isso, suavizou as declarações sobre imigração e antissemitismo, afastou membros radicais e deu maior ênfase a questões sociais. Apesar dessas mudanças, o partido manteve uma agenda essencialmente xenófoba e autoritária. O programa econômico de Marine Le Pen adotou uma retórica protecionista e intervencionista, mas, na prática, os parlamentares do FN frequentemente apoiaram medidas liberais e de austeridade. Além disso, a postura do partido em relação à União Europeia variou conforme os interesses eleitorais, passando de uma defesa da saída do bloco para uma proposta de renegociação das regras europeias. A profissionalização do partido sob Marine Le Pen revelou inconsistências, evidenciadas pelo fraco desempenho de seus candidatos em debates e entrevistas. Apesar disso, ela conquistou 17,9% dos votos nas eleições presidenciais de 2012, ficando em terceiro lugar. O FN também obteve bons resultados nas eleições municipais e europeias de 2014, garantindo cadeiras no Senado francês pela primeira vez.

O momento decisivo veio em 2017, quando Marine Le Pen chegou ao segundo turno das eleições presidenciais contra Emmanuel Macron. No entanto, sua campanha foi mal conduzida, especialmente no debate final, e ela obteve 33,90% dos votos, abaixo das expectativas. Após a eleição, divergências internas levaram à saída de Florian Philippot, um dos principais estrategistas do FN. No congresso de Lille, Marine Le Pen propôs a mudança do nome do partido para RN, o que foi aprovado pelos membros. Nas eleições europeias de 2019, o RN, sob a liderança de Jordan Bardella, venceu por uma pequena margem, consolidando-se como uma das principais forças políticas na França. O partido, que historicamente lutava pela sobrevivência e manutenção de cargos eletivos, passou por um processo de normalização de suas ideias sob a liderança de Marine Le Pen. O declínio eleitoral do RN a partir de 2020 foi parcialmente compensado pela crescente polarização

política na França. Marine Le Pen chegou novamente ao segundo turno das eleições presidenciais de 2022, em um cenário de múltiplas candidaturas da extrema-direita. Embora tenha melhorado sua votação em relação a 2017, foi derrotada por Emmanuel Macron. No entanto, nas eleições legislativas subsequentes, o RN obteve um recorde de 89 cadeiras, tornando-se a principal força de oposição na Assembleia Nacional. Em 2022, Jordan Bardella foi eleito presidente do RN. Sob sua gestão, o RN continua a adotar um discurso conservador e anti-imigração, agora amplamente aceito no debate público. No entanto, a trajetória do partido mostra um longo histórico de processos judiciais relacionados a discursos de ódio contra minorias, evidenciando suas raízes ideológicas e a persistência de sua agenda extremista sob uma nova roupagem.

Jean-Marie Le Pen foi condenado três vezes por negacionismo. O primeiro escândalo aconteceu em 13 de setembro de 1987, quando o então presidente do FN, Jean-Marie Le Pen, afirmou durante uma entrevista ao programa Grand Jury RTL-Le Monde que "Eu não estudei a questão especificamente, mas acredito que isso seja um ponto de detalhe na história da Segunda Guerra Mundial". Quando o jornalista reagiu à declaração, Le Pen respondeu que a questão colocada era saber como essas pessoas foram mortas, ou não.

Posteriormente, em uma conferência de imprensa em 18 de setembro na Assembleia Nacional, ele tentou justificar sua posição argumentando que as câmaras de gás não foram o único local onde pessoas morreram durante a Segunda Guerra Mundial e que, além disso, elas não são mencionadas nas Memórias sobre a Segunda Guerra Mundial de Winston Churchill (PLON, 1953). Le Pen repetiu essas declarações em 1997 na Baviera, o que resultou em outra condenação, e novamente em 2008, em uma entrevista à revista *Bretons*. Além disso, ele fez comentários semelhantes durante uma sessão do Parlamento Europeu em 25 de março de 2009, após já ter tido sua imunidade parlamentar revogada em 6 de outubro de 1998 por causa das declarações feitas em 1997. Resumindo, Le Pen afirmou várias vezes que as câmaras de gás nazistas eram um *detalhe da história* da Segunda Guerra Mundial, o que gerou indignação e resultou em múltiplas condenações por banalização de crimes contra a humanidade.

Além desses comentários, em 2014, ele sugeriu que faria uma *fournée* (lote, em referência a um forno) de artistas críticos ao FN, incluindo o cantor judeu Patrick Bruel, o que foi amplamente interpretado como uma insinuação antisemita. Le Pen minimizou os horrores da ocupação nazista na França, dizendo que "não foi particularmente desumana", o que também resultou em condenações judiciais. Em um discurso em 1988, Le Pen fez um

trocadilho ofensivo com o nome do ministro Michel Durafour, chamando-o de “*Durafour-crématoire*”⁷, em uma clara alusão às câmaras de gás. Le Pen também foi condenado por antissemitismo após atacar verbalmente jornalistas de origem judaica durante um discurso em 1985. Enfim, esses incidentes contribuíram para a imagem de Le Pen como uma figura política controversa, marcada por declarações e comportamentos amplamente condenados como antissemitas.

O FN acumula uma longa lista de condenações por incitação ao ódio racial. Catherine Mégret, por exemplo, foi sentenciada a três meses de prisão com sursis e foi multada em 1988 por "cumplicidade em provocação ao ódio racial" após afirmar que imigrantes exploravam o sistema de assistência social. Já Jean-Yves Le Gallou foi condenado a pagar 6.000 francos em 1991 por distribuir panfletos discriminatórios em Colombes. No chamado “caso Jeanne e Jeanne”, o FN foi indiciado e posteriormente condenado por "cumplicidade em estelionato" e "receptação de abuso de bens sociais", em um esquema de fraude financeira durante as eleições legislativas de 2012. Entre 2015 e 2020, o partido enfrentou processos que culminaram, em 2023, na confirmação da sentença pela Corte de Cassação, aumentando a multa para 250.000 euros. Outro caso notório é a “*Affaire des assistants parlementaires*”, onde, entre 2014 e 2024, deputados do FN/RN foram acusados de empregar assistentes parlamentares fictícios no Parlamento Europeu entre 2012 e 2017. O partido e 27 indivíduos foram formalmente indiciados em 2024, com julgamentos previstos entre setembro e novembro do mesmo ano.

Além das condenações judiciais, o FN/RN também esteve envolvido em diversos incidentes violentos. Em 1993, o ex-policial municipal Émilien Bonnal foi condenado por homicídio após atirar em um homem de origem argelina. Em outro episódio, em Marselha, três militantes do FN foram condenados por assassinato depois de dispararem contra um jovem durante uma campanha eleitoral. Outras ocorrências incluem agressões em manifestações e atos de vandalismo contra propriedades públicas. Paralelamente, o Mediapart revelou que o grupo do RN no Parlamento Europeu desviou mais de 3 milhões de euros de fundos públicos para empresas ligadas a ex-membros do Group Union Defense (GUD), uma organização de extrema-direita notória por sua radicalidade e violência. Apesar das evidências, o RN nega qualquer vínculo com o GUD, alegando que sua ideologia é ainda mais extrema do que a de Marine Le Pen.

Os casos detalhados acima reforçam a imagem do FN/RN como um partido ligado a extrema-direita, associado historicamente a práticas antidemocráticas e à corrupção. Ao longo

⁷ Essa expressão é um trocadilho sinistro fazendo referência aos fornos crematórios, ou seja, às câmaras de gás.

de sua trajetória, as acusações contra seus líderes e militantes incluem negacionismo, incitação ao ódio racial, corrupção financeira, uso indevido de recursos públicos e envolvimento em atos violentos. Essas práticas contribuíram para a marginalização política do partido e para sua reputação de radicalismo incompatível com o discurso republicano tradicional francês.

Outro aspecto recorrente é a prática de lançar candidatos de última hora, sem envolvimento real nas campanhas. O FN utilizava esses "candidatos fantasmas" para cumprir exigências legais e maximizar os subsídios públicos através de mecanismos financeiros questionáveis (FARGUES, 2017). Esse fenômeno tornou-se ainda mais evidente na campanha eleitoral desencadeada pela dissolução da Assembleia Nacional por Emmanuel Macron, após sua derrota nas eleições europeias de 2024. A falta de preparo dos candidatos do RN ficou exposta em entrevistas e debates, em que muitos demonstraram desconhecimento sobre o programa do partido e propostas legislativas. Esse problema não decorre apenas da ascensão recente do partido, mas também de uma estratégia tradicional do FN/RN, que sempre priorizou a obtenção de fundos públicos sobre a efetiva conquista do poder. Historicamente, o partido prosperou na oposição, sem intenção real de governar. No entanto, a renovação promovida por Marine Le Pen e a presidência de Jordan Bardella indicam uma tentativa de reposicionamento estratégico. Ainda assim, as marcas históricas da organização permanecem, e sua transformação política está longe de ser consolidada.

A corrupção e o desvio de recursos também foram sistemáticos ao longo dos anos. O FN criou mecanismos sofisticados para financiar suas campanhas, como a associação Jeanne, um micropartido utilizado para contornar regras de financiamento eleitoral. Segundo Fargues (2017), a associação concedia empréstimos superfaturados aos candidatos e explorava reembolsos públicos para gerar lucros. Esse esquema envolvia desvios de fundos através de faturas inflacionadas e empréstimos fraudulentos. Apesar das inúmeras investigações e processos, Marine Le Pen conseguiu, repetidamente, adiar julgamentos e evitar condenações, recorrendo a estratégias jurídicas como questionamentos sobre a imparcialidade dos juízes e alegações de compromissos eleitorais para justificar sua ausência nas audiências. Essa contradição é um dos maiores paradoxos de Marine Le Pen: apesar de se apresentar como símbolo da luta contra a corrupção, ela própria está no centro de diversos escândalos financeiros e judiciais. Para ilustrar essa incoerência, podemos recorrer ao testemunho de Sophie Montel, militante que passou 30 anos no FN e, ao se desiludir com o partido e sua liderança, expôs em 2014 uma crítica contundente ao funcionamento interno da organização.

Montel argumenta que, embora o FN/RN se posicione como uma força política contra o sistema, na realidade, ele faz parte do mesmo sistema que afirma combater: “Com o passar dos anos, depois de ver e ouvir tantas coisas, percebi que esse movimento fazia parte do famoso “*Sistema*” que afirmava desprezar, ocupando, inclusive, uma posição de destaque no tabuleiro político francês” (MONTEL, 2014, p. 7).

Na obra, Montel sugere que, em vez de representar uma verdadeira alternativa política, o partido atua como um instrumento para perpetuar o status quo, bloqueando o surgimento de uma autêntica força soberanista na França. Ela detalha sua trajetória no FN, desde a crença inicial nos ideais do partido até o completo desencanto com a liderança de Marine Le Pen. Montel descreve como Marine adotou a estratégia de *dédiabolisation* para suavizar a imagem do partido, enquanto nos bastidores mantinha práticas autoritárias e coercitivas. A autora expõe episódios de abuso verbal, bem como decisões políticas tomadas com base em interesses pessoais e jogos de poder, em detrimento de princípios ideológicos. Marine Le Pen é retratada como uma líder que manipula e intimida para preservar seu controle, mas que fracassa em exercer uma autoridade legítima, frequentemente recompensando adversários internos e punindo aliados leais. Esse ambiente tóxico, segundo Montel, resultou na alienação de muitos membros e na deterioração interna do partido. Além disso, Montel argumenta que o FN, longe de ser uma solução para os desafios da França, tornou-se um entrave ao progresso do país. Ela critica a incoerência e a ineficácia política da legenda, sugerindo que seu verdadeiro objetivo não é governar, mas sim preservar privilégios.

Ao analisar o impacto das práticas internas do FN na política francesa, Montel conclui que o partido não apenas falhou em cumprir suas promessas, mas também traiu seus eleitores – especialmente os mais vulneráveis. Ela denuncia a instrumentalização do sentimento nacionalista para ganhos políticos, sem apresentar soluções concretas. Assim, a traição do FN transcende a corrupção financeira: ela se estende ao campo político e moral, pois o partido contradiz os próprios princípios que proclama defender. A seguir, examinaremos o discurso e a ideologia promovidos pelo FN, com especial atenção à liderança de Marine Le Pen.

Marine Le Pen é amplamente classificada como nacionalista e defende uma concepção de soberania integral, combinando dimensões políticas, econômicas e culturais. Seu pensamento incorpora referências ideológicas diversas, inclusive de vertentes historicamente associadas à esquerda, como se observa em seu livro *Pour que vive la France* (2012), no qual presta homenagem a figuras de diferentes espectros políticos. Ela argumenta que o tradicional eixo direita-esquerda está superado e se inspira em figuras como Jean Jaurès e no peronismo.

Além disso, recorre a símbolos republicanos e referências históricas, como De Gaulle, para reforçar a legitimidade de seu discurso (ELTCHANINOFF, 2017).

Le Pen propõe o que pode ser descrito como um *nacionalismo social*, uma combinação de protecionismo econômico e discurso soberanista voltado para as classes populares, sem abrir mão de um ancoramento nacionalista (ELTCHANINOFF, 2017). No campo filosófico, seleciona e adapta conceitos que fortalecem sua imagem de estadista culta e reflexiva, compondo uma retórica cuidadosamente construída para ampliar seu apelo eleitoral. Sua postura sobre imigração é marcada por uma forte oposição, frequentemente embasada na ideia, considerada equivocada, de um fluxo migratório massivo que comprometeria a economia e a segurança da França. Defende políticas rigorosas para restringir a imigração legal e promove o princípio da *préférence nationale*, propondo priorizar cidadãos franceses em áreas como habitação e emprego. Em relação à segurança pública, critica a redução do efetivo policial e advoga por medidas mais duras, como o aumento do número de vagas no sistema prisional e o endurecimento das penas.

Marine Le Pen também adota uma postura eurocética, argumentando em favor da soberania nacional frente à União Europeia. Nesse contexto, reinventa os mitos fundadores do FN para alinhá-los às preocupações contemporâneas, como globalização e identidade nacional. O discurso sobre *préférence nationale* e proteção contra a globalização é central para esse reposicionamento retórico (ALDUY & WAHNICH, 2015). Paralelamente, busca projetar a imagem de uma França unificada e pacificada, distante das tradicionais divisões políticas e sociais. No cenário internacional, cultiva relações estratégicas com países como a Rússia, ao mesmo tempo em que critica as políticas dos Estados Unidos e da OTAN, embora tenha buscado uma aproximação com Donald Trump.

Em termos de pautas sociais, Le Pen se declara feminista, mas rejeita o que chama de *neofeminismo* e *wokismo*. Opõe-se à ampliação de direitos como casamento e adoção para casais do mesmo sexo, embora tenha suavizado sua retórica ao longo do tempo. No que diz respeito às políticas ambientais, adota uma postura contraditória: critica as energias renováveis, especialmente a eólica, enquanto defende a expansão do programa nuclear francês. Além disso, propõe um modelo de localismo econômico voltado para o desenvolvimento sustentável e a proteção de terras agrícolas, ainda que suas propostas frequentemente entrem em conflito com os objetivos climáticos da França.

A *dédiabolisation*, ou normalização, é um dos pilares estratégicos de Marine Le Pen, visando suavizar a imagem do partido e distanciá-lo das controvérsias associadas a seu pai, Jean-Marie Le Pen (STOCKEMER, 2017). Embora a sinceridade dessa estratégia seja

questionada, ela tem sido eficaz na expansão da base eleitoral do partido. A relação entre Marine e Jean-Marie Le Pen é marcada por complexidade: apesar de representar uma continuidade ideológica, sua estratégia de conquista do poder exigiu um afastamento calculado das declarações mais radicais do pai, especialmente em relação ao antissemitismo. Ainda assim, manteve intactos alguns valores fundamentais do FN (ELTCHANINOFF, 2017).

A adaptação discursiva de Marine Le Pen é evidenciada por Cécile Alduy e Stéphane Wahnich (2015), que analisam a transformação linguística e retórica operada por ela em comparação com a abordagem de seu pai. Le Pen modernizou o discurso do FN ao incorporar termos republicanos e eliminar expressões tradicionalmente associadas à extrema direita, sem alterar a essência ideológica do partido. Sua estratégia inclui o uso deliberado de eufemismos e reformulações para tornar suas propostas mais palatáveis ao eleitorado, mantendo, contudo, o cerne nacionalista de sua visão política. O impacto dessa transformação discursiva pode ser observado na forma como Le Pen mobiliza os conceitos de nação, identidade e soberania, evocando um sentimento de nostalgia e proteção contra ameaças externas, ao mesmo tempo em que confere ao discurso uma aparência de modernidade. Durante a pandemia de covid-19, por exemplo, seguiu uma linha semelhante à de Jair Bolsonaro, apoiando o uso da hidroxicloroquina e se opondo à vacinação obrigatória, sob o argumento da liberdade individual. Também criticou fortemente as medidas de confinamento e defendeu a reabertura da economia.

A recepção do discurso de Marine Le Pen é fortemente influenciada pelas condições sociopolíticas contemporâneas da França (ALDUY & WAHNICH, 2015). A crescente desconfiança dos eleitores em relação aos partidos tradicionais, somada à ausência de soluções eficazes para desafios persistentes, como desemprego e insegurança, tem contribuído para a ascensão de sua retórica. No entanto, seu sucesso não se deve apenas à eficácia de sua comunicação, mas também às mudanças estruturais no cenário político francês, no qual o temor da globalização e a percepção de uma identidade nacional ameaçada ocupam um papel central. Assim, a força de Marine Le Pen reside tanto na articulação de uma narrativa convincente sobre os problemas da França quanto na disposição de parte do eleitorado em enxergar nesse discurso uma resposta às suas preocupações cotidianas.

Agora nos voltaremos ao contexto político e econômico dos anos que antecederam a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Se antes nos concentramos na trajetória de Marine Le Pen e agora introduzimos esta seção pelo contexto, é porque a importância desses aspectos varia conforme o candidato. No caso de Bolsonaro, a conjuntura de fenômenos sociais e políticos

foi determinante para sua ascensão e eventual vitória, em um grau muito mais significativo do que para Marine Le Pen. Como discutimos, Le Pen já era uma figura central na extrema-direita francesa, e sua preponderância limitava o crescimento de propostas similares até 2017. Em contraste, argumentamos que Bolsonaro é, ao mesmo tempo, um *outlier* e um produto das condições políticas e sociais que se desenvolveram no Brasil ao longo da década.

Com o fim da Ditadura Civil-Militar, a direita brasileira passou por uma reconfiguração significativa. A rejeição ao autoritarismo levou setores da direita a buscarem uma aproximação com o centro político, evitando qualquer identificação explícita com o regime militar (MADEIRA & TAROUÇO, 2011). No entanto, como aponta Luis Felipe Miguel, a direita nunca esteve ausente do cenário político, apenas se adaptou às novas circunstâncias (SOLANO, 2018). A polarização política se intensificou ao longo dos governos petistas, gerando insatisfação em setores conservadores, especialmente diante das políticas de inclusão social e redistribuição de renda (CRUZ, KAYSEL & CODAS, 2015). Esse descontentamento criou um terreno fértil para o fortalecimento de uma nova direita, cuja retórica se estruturava em oposição às pautas progressistas e, em muitos casos, às próprias instituições democráticas (MIGUEL apud SOLANO, 2018).

A crise econômica de 2014-2017 desempenhou um papel crucial nesse cenário. O fim do boom das commodities resultou em instabilidade econômica, queda no PIB, aumento do desemprego e uma crescente insatisfação popular com o governo do PT, especialmente após os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato (HUNTER & POWER, 2019). O desgaste das instituições democráticas e o agravamento da desigualdade social reforçaram a sensação de crise e impulsionaram narrativas antipetistas e antissistêmicas promovidas pela nova direita. O impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, foi um marco dessa crise institucional, intensificando o sentimento de ruptura e abrindo espaço para novos atores políticos (SANTOS & TANSCHKEIT, 2019). A soma dos escândalos de corrupção, das manobras políticas equivocadas da então presidente e do crescente antipetismo culminou na ascensão de Michel Temer à presidência até 2018. Durante esse período, diversos movimentos de direita emergiram, consolidaram-se e, em alguns casos, institucionalizaram-se como partidos políticos. Ao mesmo tempo, redes sociais e mídias alternativas desempenharam um papel central na difusão de discursos conservadores, normalizando narrativas que antes circulavam apenas em nichos específicos. A polarização impulsionada pelo antipetismo continuou crescendo, como observa Jairo Nicolau (2020): “A divisão petismo/antipetismo já havia aparecido em eleições presidenciais anteriores, mas ganhou uma maior relevância em 2018.” Assim, ainda que Bolsonaro tenha se beneficiado do discurso anticorrupção, sua

ascensão não pode ser explicada apenas por sua retórica pessoal. Ele representou a consolidação de uma onda conservadora que já vinha se formando e que capitalizou o descontentamento generalizado com a classe política tradicional. As manifestações de junho de 2013 foram um marco nesse processo, funcionando como um catalisador para o fortalecimento da reação conservadora no Brasil. Como observam Camila Rocha e Esther Solano (2021), a emergência de novas demandas progressistas nesse período foi percebida por segmentos conservadores como um "choque progressivo" – uma ameaça ao status quo que acelerou a organização e radicalização da direita.

Alguns eventos específicos ilustram esse processo. A instauração da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, para investigar crimes cometidos durante a Ditadura Civil-Militar, foi recebida por setores militares como uma afronta à própria estrutura das Forças Armadas (ROCHA & SOLANO, 2021, p. 59). No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, e em 2012 aprovou o direito ao aborto para grávidas de fetos anencéfalos. A oposição a essas pautas tornou-se central no discurso conservador e bolsonarista, especialmente entre os evangélicos. Além disso, a decisão do STF de validar as cotas raciais nas universidades intensificou o sentimento de resistência em setores conservadores, que viam essas políticas como uma forma de "discriminação reversa". Em 2013, a aprovação do Estatuto das Empregadas Domésticas ampliou os direitos trabalhistas da categoria, o que gerou reações negativas entre elites tradicionais acostumadas à precarização desse trabalho. A *Lei da Palmada*, sancionada em 2014 para proibir castigos físicos contra crianças, foi interpretada como uma ingerência do Estado na educação familiar. Essas transformações reforçaram o sentimento de que o país estava passando por mudanças rápidas e forçadas, o que alimentou uma reação conservadora e criou um ambiente propício para a ascensão de lideranças que prometiam restaurar valores tradicionais e combater o progressismo.

Nesse contexto, Bolsonaro soube explorar e intensificar essas tensões, utilizando um discurso que apelava diretamente a segmentos descontentes da sociedade. Seu êxito eleitoral não foi apenas um reflexo de sua retórica individual, mas sim a expressão de um movimento conservador mais amplo, que encontrou nele uma figura capaz de sintetizar suas preocupações e transformá-las em um projeto político viável.

A ascensão da nova direita no Brasil está ligada a fatores históricos e sociais que culminaram em sua reconfiguração no cenário contemporâneo. Conceitualmente, a direita é caracterizada por sua aceitação da desigualdade como um elemento natural da sociedade,

como analisa Norberto Bobbio (apud CEPÊDA, 2018). No Brasil, essa corrente política sempre exerceu influência significativa, mas sua reorganização recente ganhou destaque no contexto das transformações promovidas pelos governos de esquerda e das crises institucionais subsequentes. Para Luis Felipe Miguel (apud SOLANO, 2018), a insatisfação com as políticas progressistas foi um dos principais motores desse processo, enquanto Esther Solano (2015) observa que essa emergência foi acompanhada por discursos polarizadores e por estratégias de conquista da hegemonia no debate público.

Como visto na seção anterior, a década de 2010 foi um período crítico para a direita brasileira, impulsionada por fatores como a deterioração econômica, o desgaste dos partidos tradicionais e o crescimento de movimentos sociais conservadores. Borges e Vidigal (2023) identificam três tendências fundamentais nesse processo: a ascensão da direita religiosa, a ampliação de grupos liberais e conservadores e a busca por alternativas no mercado eleitoral. O segmento religioso, especialmente entre os neopentecostais, teve papel central na consolidação do voto conservador, enquanto o discurso neoliberal se combinou à defesa de valores tradicionais para atrair uma base eleitoral diversa. Essa reorganização foi potencializada pelo uso estratégico das redes sociais, que, segundo Salles (2017), se tornaram plataformas essenciais para a difusão de ideias e para a mobilização política.

A nova direita brasileira se caracteriza por sua heterogeneidade, composta por ultraliberais, conservadores tradicionais e intervencionistas militares (ROCHA, 2018). No entanto, elementos como o antipetismo e o antiesquerdismo serviram como fatores unificadores dessas correntes, consolidando uma reação conservadora às mudanças sociais promovidas pelos governos progressistas. Rocha (2018) argumenta que os *contrapúblicos* digitais, formados no auge do lulismo, desempenharam um papel essencial na construção de uma identidade coletiva conservadora. Esses grupos se articularam por meio das redes sociais para promover narrativas polarizadoras e retóricas agressivas, contribuindo diretamente para a ascensão de movimentos como o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e o *Vem Pra Rua* (VPR). Essas organizações utilizaram as ferramentas digitais para convocar manifestações massivas, que foram decisivas tanto no impeachment de Dilma Rousseff quanto na eleição de Jair Bolsonaro.

A emergência da nova direita não foi um fenômeno isolado, mas sim o resultado de múltiplas dinâmicas internas e externas. Rocha (2018) destaca a influência de redes internacionais de *think tanks* ultraliberais, que ofereceram suporte financeiro e estratégico a grupos brasileiros. Além disso, fatores como a crise institucional, a recessão econômica e os desdobramentos da Operação Lava Jato alimentaram um ambiente de desconfiança

generalizada nas instituições democráticas. Segundo Santos e Tanscheit (2019), a nova direita, ao rejeitar os valores democráticos do pacto de 1988, consolidou-se como uma alternativa populista e autoritária à política tradicional. Assim, sua ascensão representa não apenas uma reconfiguração da direita brasileira, mas uma ruptura com suas formas tradicionais de atuação, destacando-se por sua abordagem combativa, sua relação simbiótica com as redes sociais e sua capacidade de mobilizar novos segmentos da sociedade.

A ascensão da nova direita no Brasil, representada por Jair Bolsonaro, configura-se como uma resposta autoritária e neoliberal à crise de representatividade da direita tradicional e ao colapso do sistema partidário após o impeachment de Dilma Rousseff (SANTOS e TANSCHUIT, 2019). Esse movimento estruturou-se em torno de um discurso antissistema, que combina a crítica às elites políticas com a deslegitimação de pautas progressistas. A Operação Lava Jato desempenhou um papel central nesse processo, ao desestabilizar o cenário político tradicional e alimentar tanto o antipartidarismo quanto o antipetismo, elementos fundamentais da nova direita (SANTOS e TANSCHUIT, 2019). A fusão entre o autoritarismo político de Bolsonaro e a agenda econômica ultraliberal, simbolizada pela escolha de Paulo Guedes como Ministro da Economia, reflete a base ideológica desse campo (SANTOS e TANSCHUIT, 2019).

O discurso da nova direita articula-se em duas frentes principais: a oposição às políticas de inclusão social e a defesa de valores conservadores, frequentemente mobilizados por meio da chamada política de costumes (BORGES e VIDIGAL, 2023). Questões como direitos LGBTQIA+, aborto e papéis de gênero são rejeitadas por esse espectro político, em resposta às agendas progressistas. Paralelamente, o antipetismo consolidou-se como um eixo central de mobilização, associando os governos do Partido dos Trabalhadores à corrupção e à crise econômica (CAVALCANTI, 2019). Esse discurso encontrou ampla ressonância nas redes sociais, onde mensagens antiesquerdistas e anticorrupção geraram engajamento massivo e ampliaram a base de apoio da nova direita (CAVALCANTI, 2019).

Um dos aspectos distintivos da nova direita é o uso estratégico da performatividade política para mobilizar eleitores e legitimar suas narrativas. Melo (2019) observa que esses movimentos se apropriam da estetização da política por meio de atos simbólicos, como *flash mobs*, protestos midiáticos e performances que combinam humor, religiosidade e espetáculo. Exemplos marcantes incluem o uso do pato gigante pela FIESP⁸ durante manifestações pró-impeachment e o batismo simbólico de Bolsonaro no Rio Jordão, eventos que não apenas

⁸ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

comunicam mensagens políticas, mas também constroem identidades coletivas e fortalecem laços emocionais com o público. Segundo Melo (2019), a nova direita também ressignifica elementos simbólicos historicamente associados à esquerda, como o panelaço, adaptando-os para suas próprias estratégias discursivas, o que evidencia sua flexibilidade tática.

A utilização das redes sociais como principal plataforma de mobilização e comunicação permitiu à nova direita moldar a opinião pública e desafiar narrativas estabelecidas. Essa estratégia incluiu a disseminação sistemática de *fake news* e táticas de desinformação que, segundo Melo (2019), fazem parte de uma “guerra híbrida” destinada a desestabilizar adversários políticos e reforçar o discurso conservador. A performatividade midiática tornou-se uma ferramenta central na consolidação do apelo popular desses movimentos, garantindo-lhes eficácia em um cenário de crise de representação política e polarização ideológica. Ao combinar um discurso conservador combativo com o uso inovador de tecnologias digitais e estratégias estéticas, a nova direita brasileira se afirma como um movimento político adaptável, mas que representa um desafio significativo à consolidação democrática no país.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 sintetiza a convergência desses processos. Bolsonaro se configura tanto como um *outlier* no sistema político tradicional quanto como um produto das crises econômicas e sociais que desestabilizaram o pacto democrático da Nova República (SILVA, 2021). Sua retórica autoritária e sua habilidade em mobilizar sentimentos antissistêmicos e antipetistas o tornaram a figura central da nova direita, cuja ascensão se sustenta na conexão com segmentos sociais frustrados, como a classe média emergente e setores religiosos conservadores (HUNTER e POWER, 2019).

Se a efervescência ideológica do momento parece ter favorecido a eleição de Bolsonaro, isso se deve, em grande parte, à nossa perspectiva retrospectiva dos acontecimentos. No entanto, à luz das regras eleitorais, das tendências políticas e dos precedentes históricos disponíveis à época, sua vitória parecia improvável. Jairo (2020) identifica três condições fundamentais para o sucesso eleitoral no Brasil, que tradicionalmente definem as chances de um candidato vencer uma disputa.

A premissa que orientava a análise dominante era que para vencer, ou pelo menos passar para o segundo turno, um candidato necessitava de três requisitos: obter uma grande soma de dinheiro para financiar a sua campanha, dispor de um tempo razoável no horário de propaganda eleitoral e construir uma rede de apoios nos estados, preferencialmente naqueles com maior população (JAIRO, 2020, p. 15).

A eleição de 2018 trouxe mudanças significativas nas regras do jogo político, com a proibição de doações empresariais e a introdução do fundo eleitoral público. Essa nova legislação reduziu os recursos disponíveis para muitos candidatos, mas não impediu Jair Bolsonaro de conduzir uma campanha altamente eficaz, apesar das limitações financeiras. Além disso, por ser candidato de um partido marginal, Bolsonaro teve um tempo de propaganda eleitoral gratuita consideravelmente menor que seus concorrentes. No entanto, ele compensou essa desvantagem com uma presença massiva e bem coordenada nas redes sociais, mobilizando eleitores diretamente por meio dessas plataformas. Se, por um lado, o PSL não possuía a estrutura partidária tradicional necessária para oferecer um suporte abrangente em todos os estados, por outro, a campanha de Bolsonaro se beneficiou do apoio decisivo do eleitorado evangélico. Estudos sobre os padrões de votação demonstram uma forte correlação entre o voto evangélico e o apoio ao candidato, indicando que essa base foi crucial para sua ascensão.

Os eleitores de Bolsonaro foram movidos por diferentes motivações, refletindo uma confluência de insatisfações e aspirações. Muitos eram antipetistas, rejeitando o Partido dos Trabalhadores por associá-lo à corrupção e ao desgoverno, e viam em Bolsonaro a única alternativa para romper com um ciclo político que consideravam nocivo. Mais do que uma escolha eleitoral, o voto bolsonarista, para esse grupo, simbolizava um desejo profundo por renovação. Outros apoiadores, os chamados “lavajatistas”, viam Bolsonaro como um aliado da Operação Lava Jato e da promessa de combate sistemático à corrupção. Para eles, sua candidatura representava a esperança—mesmo que ilusória—de uma nova era de transparência e responsabilidade na administração pública. Paralelamente, os “olavistas, influenciados pelas ideias de Olavo de Carvalho, acreditavam que a cultura e os valores conservadores eram pilares essenciais para a estabilidade da sociedade e enxergavam em Bolsonaro um bastião contra ideologias que consideravam destrutivas, como o comunismo e a “ideologia de gênero”.

O eleitorado religioso também exerceu um papel central nesse processo. Para esse grupo, Bolsonaro representava um defensor dos valores familiares tradicionais, especialmente em temas como o aborto e a educação moral. Sua candidatura foi percebida como uma barreira contra transformações socioculturais vistas como ameaças à moralidade e à estrutura familiar. Da mesma forma, militares e defensores da ordem viam no ex-capitão do Exército a figura ideal para restaurar a disciplina e reforçar a segurança pública, acreditando que a ordem

era um princípio fundamental para o desenvolvimento do país. Por fim, Bolsonaro também conquistou o apoio de setores liberais da economia, que viam nele a oportunidade de implementar reformas pró-mercado sob a liderança de Paulo Guedes, com a expectativa de reduzir a intervenção do Estado e impulsionar o crescimento econômico.

Apesar das diferenças entre esses grupos, um elemento os unificava: a valorização de princípios conservadores e a percepção de Bolsonaro como um catalisador de mudanças. Sua ascensão só pode ser plenamente compreendida quando analisamos sua trajetória e a influência dos militares em sua formação política.

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, no interior de São Paulo, em uma família de classe média de origem italiana e alemã. Sua carreira teve início no Exército Brasileiro, onde ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1973. Durante 17 anos de serviço, alcançou o posto de capitão. A experiência militar serviu como plataforma para sua entrada na política, inicialmente como um defensor da ordem e da disciplina militar, mas gradativamente se orientando para uma agenda nacionalista e conservadora.

Segundo Luiz Maklouf Carvalho (2019), um episódio fundamental para entender a trajetória de Bolsonaro foi o incidente conhecido como “Beco Sem Saída”. Em 1987, a revista *Veja* publicou uma reportagem acusando-o de planejar atentados explosivos em unidades militares como forma de protesto contra os baixos salários dos militares. O periódico atribuiu a Bolsonaro a autoria de esboços indicando pontos estratégicos para a colocação das bombas. Após a publicação, Bolsonaro foi investigado pelo Exército e submetido a um conselho de justificação, que o declarou culpado. No entanto, em julgamento posterior, o Supremo Tribunal Militar (STM) o absolveu. Apesar das evidências, incluindo o testemunho da repórter de *Veja* que recebeu os esboços diretamente dele, Bolsonaro negou as acusações. Maklouf Carvalho sugere que pressões internas do Exército podem ter influenciado o julgamento, evitando um escândalo que comprometeria a instituição. Essa absolvição permitiu que Bolsonaro seguisse na carreira política sem a mancha de uma condenação militar, facilitando sua eleição como vereador em 1988 e, posteriormente, como deputado federal. Esse episódio ilustra a relação de ambiguidade e proteção entre Bolsonaro e as Forças Armadas, um traço que o acompanharia ao longo de sua trajetória, inclusive durante seu mandato presidencial.

Eleito vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1988, Bolsonaro rapidamente se destacou por sua retórica conservadora e pela defesa dos interesses dos

militares. Em 1990, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro, iniciando uma longa carreira parlamentar. Durante seus mandatos, defendeu valores tradicionais, direitos das Forças Armadas e posicionou-se contra pautas progressistas.

A candidatura presidencial de 2018, pelo PSL, representou um ponto de virada em sua trajetória. Bolsonaro explorou temas como segurança pública, combate à corrupção e valores familiares tradicionais, além de se apresentar como um outsider disposto a romper com o sistema político estabelecido. Um dos momentos mais marcantes da campanha foi o atentado sofrido em setembro de 2018, quando foi esfaqueado durante um evento em Juiz de Fora, Minas Gerais. O episódio gerou grande comoção e ampliou sua visibilidade nacional.

Embora tenha se posicionado como um candidato anticorrupção – discurso fortalecido após os protestos de 2013 e o desgaste do PT com a Operação Lava Jato –, investigações jornalísticas apontam conexões entre sua família e esquemas de corrupção. Juliana Dal Piva (2022) destacou casos como a prática da “rachadinha” e o desvio de salários no gabinete de Flávio Bolsonaro, elementos que ajudaram a consolidar o patrimônio e a influência política da família. Além disso, Bolsonaro atuou para interferir em investigações que envolviam seus filhos e aliados, evidenciando um padrão de comportamento autoritário.

Ao longo de sua carreira, Bolsonaro sustentou um discurso baseado em três eixos principais: conservadorismo moral, autoritarismo e nacionalismo. Bolsonaro se apresenta como defensor da família tradicional e dos valores cristãos, sendo veementemente contrário ao aborto e ao casamento homoafetivo. Seu discurso frequentemente incorpora declarações consideradas homofóbicas, misóginas e racistas, reforçando a exclusão de minorias da identidade nacional que propõe. O conceito de “cidadãos de bem” que ele utiliza reflete um nativismo excludente, conforme descrito por Cas Mudde, no qual apenas aqueles que se encaixam na construção ideológica bolsonarista – cristãos, heterossexuais, militaristas e defensores da moral tradicional – são legitimados como parte da nação.

O militarismo sempre esteve presente no discurso de Bolsonaro, com uma postura saudosista em relação à ditadura civil-militar (1964-1985). Ele exalta o papel das Forças Armadas e a necessidade de ordem, demonstrando desprezo pelas instituições democráticas. Sua relação com a mídia também reflete essa tendência autoritária, utilizando redes sociais para contornar a imprensa tradicional e disseminar sua própria narrativa, muitas vezes baseada em desinformação e teorias conspiratórias. Bolsonaro se posiciona contra pautas globalistas e progressistas, evocando uma visão utópica do passado em que a civilização branca cristã era dominante. Seus apoiadores frequentemente interpretam mudanças sociais como ameaças ao seu modo de vida, reforçando uma mentalidade conspiratória na qual o “globalismo” e o

“comunismo” são vistos como inimigos a serem combatidos. Essa retórica inclui a negação de avanços sociais e ambientais, a resistência a pautas de igualdade de gênero e o desprezo por direitos indígenas e quilombolas.

A aliança com lideranças evangélicas foi essencial para a ascensão de Bolsonaro. Como observa Almeida (2019), ele soube explorar o discurso religioso para consolidar apoio, posicionando-se como um líder moral e messiânico – um papel reforçado por seu próprio nome do meio, *Messias*. Esse vínculo foi fundamental para mobilizar eleitores conservadores e ampliar sua base eleitoral. Além do suporte religioso, a estratégia digital desempenhou um papel crucial. Bolsonaro utilizou as redes sociais para driblar os canais tradicionais de comunicação e reforçar sua imagem de outsider. Movimentos como o MBL e o Vem Pra Rua ajudaram a propagar discursos antipetistas e anticorrupção, fortalecendo sua candidatura. Hunter & Power (2019) destacam que esse ambiente virtual amplificou ideias ultraconservadoras, especialmente entre jovens e a classe média.

A trajetória de Jair Bolsonaro é marcada por controvérsias, polarização e a construção de um discurso fortemente baseado no conservadorismo moral, no autoritarismo e no nacionalismo excludente. Sua ascensão política foi viabilizada por um conjunto de fatores que vão desde a proteção institucional dentro do Exército até a mobilização digital e religiosa. Seu governo reforçou a crise de confiança nas instituições democráticas e intensificou a radicalização política no Brasil, consolidando sua influência no cenário nacional mesmo após o fim de seu mandato.

Os conceitos de esquerda e direita são fluidos ao longo da história, e ideologias menos estruturadas podem se alinhar a um ou outro espectro político conforme o contexto, as necessidades e os interesses estratégicos de cada período. No Brasil, entre as jornadas de junho de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, observou-se a ascensão de uma nova direita, cada vez mais conectada e capaz de mobilizar grandes massas. Essas mobilizações, inicialmente espontâneas, trouxeram para as ruas grupos sociais que, até então, não participavam ativamente da política ou de protestos. Esse fenômeno revelou um segmento eleitoral volátil, altamente disputado em períodos eleitorais, uma vez que eleitores convictos tendem a manter suas posições. Assim, as manifestações de 2013 antecederam a eleição de Jair Bolsonaro e criaram um ambiente propício para o crescimento de candidaturas e movimentos da nova ou extrema direita.

Na França, diferentemente do Brasil, não houve mobilizações excepcionais nos anos anteriores à eleição de Emmanuel Macron. Embora protestos sejam comuns no país, nenhuma

manifestação nos anos que antecederam 2017 teve uma dimensão política e social fora do padrão. As maiores mobilizações que precederam a eleição de Macron ocorreram ainda durante o governo de Nicolas Sarkozy. Em 2009, entre 1 e 3 milhões de pessoas protestaram contra a perda do poder de compra devido à crise econômica global de 2008. Já em 2010, um projeto de reforma previdenciária mobilizou um número semelhante de manifestantes. Durante o governo de François Hollande, ainda que tenham ocorrido protestos contra algumas políticas, esses movimentos não refletiam uma crescente reação conservadora, sendo, na maioria das vezes, liderados por grupos de esquerda. Ou seja, antes de 2017, os movimentos sociais na França não apresentavam a espontaneidade e o caráter disruptivo que viriam a marcar os Coletes Amarelos em 2018.

O movimento dos *Gilets Jaunes* surgiu na França em outubro de 2018 como uma resposta espontânea ao aumento do preço dos combustíveis, decorrente da elevação da taxa sobre produtos energéticos. Embora inicialmente focado nessa questão, o movimento rapidamente ampliou suas reivindicações, incluindo melhorias no padrão de vida das classes populares e médias, maior justiça fiscal e social e até a renúncia do presidente Emmanuel Macron. Sua base de apoio estava concentrada principalmente em áreas rurais e periurbanas, mas também se manifestou em grandes cidades, com episódios de violência notáveis, especialmente em Paris. As manifestações ocorriam predominantemente aos sábados, com bloqueios de estradas e protestos em rotatórias, numa tentativa de pressionar economicamente o país. A repressão policial, marcada pelo uso de armas como LBDs (lançadores de balas de defesa) e granadas de dispersão, gerou críticas internacionais. Apesar das concessões do governo – incluindo o cancelamento do aumento do imposto sobre combustíveis e a implementação de algumas medidas sociais e econômicas –, o movimento persistiu. A pandemia de covid-19 desacelerou as manifestações em 2020 e 2021, mas os *Gilets Jaunes* continuaram ativos em protestos posteriores, como os contra a reforma da previdência em 2019-2020 e novamente em 2023.

O movimento reflete um descontentamento mais amplo com a política fiscal, um sentimento de abandono das áreas periféricas da França e uma crescente desconfiança em relação às elites políticas. Insere-se, portanto, em uma onda global de mobilizações contra a desigualdade e contra regimes políticos vistos como ultrapassados. Pela sua natureza espontânea e por mobilizar setores historicamente menos engajados politicamente, os *Gilets Jaunes* podem ser analisados à luz da teoria de Pierre-André Dobry (2009), que explora a emergência de crises políticas a partir de mobilizações inesperadas e desorganizadas.

A principal diferença entre os *Gilets Jaunes* e as mobilizações anteriores na França reside na diversidade e no volume de participantes. Durante a elaboração deste trabalho, buscamos dados validados cientificamente sobre o número de manifestantes, a quantidade de protestos e sua distribuição geográfica ao longo dos anos na França. No entanto, não encontramos estudos de domínio público dedicados a essa questão. Essa lacuna representa uma oportunidade para futuras pesquisas, que poderiam se basear em relatórios da polícia e artigos de jornais. Embora esses dados sejam públicos, sua interpretação exige um trabalho sistemático de coleta e cruzamento de fontes, tarefa que se revela desafiadora dada a dispersão e a falta de organização dessas informações.

Essa dificuldade levanta uma reflexão sobre a transparência dos dados sobre mobilizações políticas. Enquanto as instituições brasileiras disponibilizam informações extremamente detalhadas sobre eleições, o mesmo não ocorre na França. No entanto, se as eleições representam um dos pilares da democracia, as manifestações populares também fazem parte desse processo, e o acesso a dados sobre elas é fundamental para compreender a dinâmica democrática de um país.

Os episódios analisados neste capítulo nos levam além das definições minimalistas propostas por Cas Mudde, demonstrando que os conceitos de esquerda e direita são dinâmicos e se transformam ao longo do tempo. Em essência, esses conceitos funcionam como ideais-tipo, aos quais os partidos políticos se aproximam de diferentes maneiras, sendo constantemente ressignificados em cada contexto histórico. Nesse sentido, buscamos distinguir entre direita, direita radical e extrema-direita, fundamentando-nos, em particular, na escala de abstração das ideologias nativistas desenvolvida por Mudde (2007, p. 24), apresentada na página 36, no primeiro capítulo dessa dissertação.

O espectro político da direita engloba uma ampla gama de ideologias que, embora diversas, compartilham alguns princípios fundamentais, como a valorização da ordem, da hierarquia e da tradição. A direita tradicional está frequentemente associada ao conservadorismo clássico, que defende a manutenção da ordem social, a preservação das instituições estabelecidas, a proteção da propriedade privada e a resistência a transformações sociais abruptas. A direita radical, por outro lado, ultrapassa os limites do conservadorismo tradicional ao adotar posições mais extremas em temas como nacionalismo, imigração e segurança. Ela se distingue por uma crítica mais intensa às elites e às instituições, promovendo mudanças estruturais mais profundas na ordem social. Cas Mudde, em *Populist*

Radical Right Parties in Europe (2007), examina essa categoria, destacando o populismo, o autoritarismo e o nativismo como seus principais elementos. O nativismo pode ser definido como:

O nativismo se alimenta do sentimento de identidade étnica ou nacional ameaçada, frequentemente associado à percepção do processo de integração europeia, à imigração em massa e às dinâmicas do “multiculturalismo”. O autoritarismo atrai aqueles que se preocupam com a criminalidade e com a erosão dos valores tradicionais, enquanto o populismo dialoga com a insatisfação em relação à representação política e com a crescente sensação de eficácia individual (MUDDE, *Populist Radical Right Parties in Europe*, 2007, p.297)

A extrema-direita distingue-se por uma rejeição ainda mais radical do status quo, frequentemente incorporando elementos de xenofobia, racismo e autoritarismo. Essa vertente pode assumir formas mais extremas, como o fascismo e o neonazismo, que propõem uma ruptura total com a ordem democrática e liberal.

Historicamente associada às elites, a nova direita emerge como um fenômeno específico de seu tempo, representando a estratégia dos partidos de direita para recuperar relevância eleitoral. Esse reposicionamento passa tanto pela radicalização do discurso – aproximando-se, em muitos casos, da extrema-direita ou da direita radical – quanto pela modernização de suas formas de mobilização, incluindo o uso intensivo das redes sociais e a ocupação do espaço público por meio de manifestações. No entanto, a "nova direita" só é nova em relação ao contexto anterior, sendo um termo recorrente na história para descrever reconfigurações desse espectro político. Ao longo do tempo, a expressão “nova direita” tem sido utilizada para designar movimentos e tendências que buscam renovar a agenda da direita, adaptando-a às mudanças sociais, econômicas e políticas de cada época. Esses movimentos costumam romper com formas tradicionais de conservadorismo, incorporando novas estratégias, discursos e ideologias. Assim, ainda que o termo tenha sido empregado em diferentes momentos históricos, ele sempre carrega a ideia de inovação dentro do campo da direita.

Em países como França e Brasil, assim como em muitas democracias, o tradicional embate eleitoral se dava entre os partidos de direita e esquerda convencionais. No entanto, com a ascensão do populismo conservador, essa polarização foi gradualmente transformada. Em ambos os países, as distinções entre direita e esquerda tornaram-se mais difusas, uma vez

que ambos os espectros adotaram políticas de austeridade neoliberal—na França, devido à alternância de poder, e no Brasil, pelo multipartidarismo e suas alianças (SINGER, 2012, p. 71, 125). A nova direita frequentemente se vale de uma retórica populista, apresentando-se como a legítima representante do “povo comum” contra as “elites corruptas”. Esse discurso tem como objetivo mobilizar o descontentamento popular em relação ao status quo político e econômico. Além disso, o nacionalismo desempenha um papel central nesses movimentos, manifestando-se na defesa da soberania nacional, na oposição à imigração e na crítica a organismos supranacionais, como a União Europeia ou a ONU. Muitos desses grupos defendem valores conservadores, especialmente em temas como família, religião e identidade nacional, ao mesmo tempo em que criticam a globalização econômica e cultural, defendendo políticas protecionistas e a preservação das tradições locais.

Outro fator determinante para o sucesso da nova direita é o uso estratégico das redes sociais, que se tornaram uma ferramenta essencial para a disseminação de mensagens e a mobilização de apoio. O impacto dessas novas dinâmicas é perceptível tanto na reconfiguração do debate público quanto na ascensão de figuras políticas que antes teriam dificuldade de prosperar em estruturas partidárias tradicionais.

No Brasil, entre os atores fundamentais para a renovação da direita, podemos citar grupos neointegralistas, como descritos por Gonçalves e Caldeira Neto (2020), além de figuras como Kim Katagiri e Jair Bolsonaro. No entanto, enquanto o primeiro se insere no campo da nova direita, Bolsonaro é um expoente da extrema-direita. Para esses atores, o desafio inicial foi romper o tabu que tornava certas pautas de direita inaceitáveis no debate público. Por outro lado, a estratégia de Marine Le Pen seguiu um caminho inverso. Se Jean-Marie Le Pen pertencia inegavelmente à extrema-direita, sua filha adotou uma estratégia de “*dédiabolisation*”, suavizando a imagem do partido para torná-lo mais competitivo no cenário político francês. Esse reposicionamento político foi crucial para ampliar sua base eleitoral e reduzir a rejeição associada à liderança de seu pai.

Ainda que não seja possível afirmar que Marine Le Pen tenha rompido ideologicamente com Jean-Marie Le Pen, a mudança estratégica é evidente. Ela reformulou a agenda da extrema-direita, tornando-a mais palatável ao grande público, enfatizando temas como nacionalismo, imigração e soberania econômica, mas de maneira calculada para evitar o isolamento eleitoral. Esse fenômeno ilustra uma tendência global da extrema-direita: a busca por respeitabilidade política como meio de alcançar o poder. No entanto, a “*dédiabolisation*” é essencialmente uma estratégia discursiva, preservando intactas as premissas ideológicas do partido, mas apresentando-as de forma menos confrontativa.

No Brasil, Jair Bolsonaro surge como um outlier em relação a Marine Le Pen. Enquanto Marine foi criada em um ambiente político estruturado, Bolsonaro não possuía uma formação ideológica sólida antes de sua ascensão. Seu sucesso deve-se a uma série de fatores estruturais e conjunturais que vão além de sua figura pessoal. Como observam Rocha, Solano e Medeiros (2021): “Bolsonaro é um resultado, não uma causa, e não algo que aconteceu por acaso. Isso porque a complexidade de todos esses processos não pode ser reduzida a uma pessoa, mesmo que ela ocupe a presidência” (ROCHA, SOLANO & MEDEIROS, 2021, p. xi). Bolsonaro foi adotado e promovido por diversos atores, incluindo setores militares e a mídia, que amplificaram suas mensagens e ajudaram a consolidar sua presença no cenário político. Sua trajetória está diretamente ligada às crises sistêmicas enfrentadas pelo Brasil desde 2013, marcadas por escândalos de corrupção, polarização política e colapso econômico. Ele capitalizou o sentimento de desilusão popular com as elites políticas tradicionais, combinando uma retórica populista com apelos autoritários e antissistêmicos.

Diferente de Marine Le Pen, que buscou moderar sua imagem para ampliar sua base eleitoral, Bolsonaro construiu sua identidade política a partir de uma radicalização explícita, desafiando os limites do discurso democrático. Assim, ele representa simultaneamente um outlier no sistema político tradicional e um produto das crises econômicas e sociais que abalaram a Nova República (SILVA, 2021). Seu discurso autoritário e sua habilidade em mobilizar sentimentos antissistêmicos e antipetistas foram fundamentais para consolidar sua liderança entre segmentos frustrados da sociedade, como a classe média emergente e setores religiosos conservadores (HUNTER & POWER, 2019). No fim das contas, Marine Le Pen e Jair Bolsonaro representam fenômenos distintos dentro da ascensão da extrema-direita no mundo contemporâneo. Enquanto Marine exemplifica uma adaptação estratégica, ajustando-se às regras do jogo democrático para ampliar sua aceitação eleitoral, Bolsonaro personifica um movimento de ruptura abrupta, impulsionado por crises profundas e pelo apoio de setores institucionais.

Apesar das diferenças, ambos os casos revelam como a extrema-direita se adapta a contextos nacionais específicos para expandir sua influência, desafiando valores e instituições democráticas. A ascensão da nova direita no Brasil, portanto, não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas sim como parte de um processo global de transformações estruturais, crises sistêmicas e inovações comunicacionais que redefiniram o cenário político contemporâneo. Esse contexto evidencia um retrocesso iliberal, que desafia as bases democráticas e levanta preocupações sobre a consolidação de tendências autoritárias.

A ascensão da nova direita no Brasil, simbolizada pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018, representa uma ameaça significativa à consolidação democrática do país. A partir da análise desenvolvida nesta dissertação, torna-se possível compreender como esse movimento articula dinâmicas globais e locais, reorganizando as forças conservadoras em direção a um projeto de poder que enfraquece as instituições democráticas. Muitos desses grupos e organizações ideológicas possuem uma natureza autoritária, caracterizada pelo desrespeito sistemático às normas democráticas e pelo discurso populista de confrontação com o establishment político.

Não foi o objetivo desta dissertação analisar o exercício do poder por Bolsonaro, mas é possível constatar que lideranças como a sua consolidam poder por meio da centralização política e da corrosão gradual das garantias institucionais. Esse retrocesso se insere em um fenômeno global de democracias iliberais, nas quais, apesar da manutenção de eleições regulares, a essência democrática dos regimes é comprometida (PRZEWORSKI, 2019). Sob a liderança de Bolsonaro, o Brasil experimentou um retrocesso iliberal, marcado pelo enfraquecimento de valores fundamentais, como a liberdade de imprensa e a independência do Judiciário (HUNTER e POWER, 2019). A ascensão e a consolidação do bolsonarismo refletem a continuidade de uma crise estrutural de hegemonia no Brasil, evidenciada pela instabilidade política e social. Esse movimento, que oscila entre atuar como governo e como um partido antissistema, não só aprofunda a crise democrática, como também intensifica os conflitos institucionais e perpetua a polarização (SILVA, 2021).

A partir desta análise, podemos concluir que o impacto da nova direita e do bolsonarismo sobre a democracia brasileira é profundo e multifacetado. O crescimento desses grupos, aliados a partidos, think tanks e redes de militância altamente eficazes no ambiente digital, evidencia uma reconfiguração do campo político. Esse fenômeno reflete crises estruturais que atravessam o país e indicam um padrão preocupante de erosão institucional, no qual valores democráticos são gradativamente substituídos por práticas autoritárias. A literatura sobre populismo conservador e extrema-direita, especialmente os estudos mais recentes, alerta para os riscos que tais movimentos representam para a democracia e enfatiza a necessidade de uma resposta robusta a essas ameaças políticas. A resistência a projetos iliberais e a recuperação da confiança nas instituições são fundamentais para evitar o colapso democrático. O primeiro passo para essa articulação reside na produção acadêmica e na reflexão crítica sobre os caminhos que levaram a essa conjuntura.

A democracia contemporânea enfrenta desafios profundos, alimentados por crises políticas, econômicas e institucionais. Fatores estruturais e conjunturais contribuem para o

enfraquecimento das instituições democráticas, colocando em risco a sobrevivência dos regimes democráticos em contextos de desigualdade e polarização (PRZEWORSKI, 2019; PIKETTY, 2013). Essas crises agravam o declínio da confiança nas instituições políticas e fortalecem o crescimento de movimentos populistas, representando ameaças existenciais às democracias modernas. Lideranças populistas, como Donald Trump nos Estados Unidos e outras ao redor do mundo, frequentemente chegam ao poder por meio das urnas, mas, uma vez no governo, minam as instituições democráticas ao atacar a separação de poderes, deslegitimar o Judiciário e enfraquecer a imprensa livre (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Ao reescrever regras e manipular processos institucionais, esses líderes mantêm uma aparência de legalidade enquanto corroem as bases democráticas. As democracias contemporâneas raramente sucumbem a golpes militares; em vez disso, são desmanteladas gradualmente por processos de erosão institucional promovidos por lideranças eleitas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

A conceituação de "democracia iliberal" ajuda a compreender essas transformações, nas quais as estruturas eleitorais permanecem, mas direitos fundamentais são sistematicamente corroídos. O governo de Viktor Orbán na Hungria exemplifica esse modelo, demonstrando como líderes eleitos podem, ao longo do tempo, centralizar poder e enfraquecer instituições democráticas (PRZEWORSKI, 2019; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

Diante desse cenário, a defesa de normas democráticas robustas e a articulação de atores comprometidos com a preservação institucional são essenciais para a continuidade da democracia (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Apesar dos desafios impostos pelo governo Bolsonaro, as instituições brasileiras demonstraram alguma resiliência ao resistirem às tentativas de subversão gradual do Estado. No entanto, esse balanço é mitigado pelo crescimento expressivo de parlamentares da nova direita radical e de orientação antidemocrática nas eleições de 2022. Esse deslocamento autoritário das instituições é particularmente preocupante em momentos de estagnação econômica e aumento da desigualdade, nos quais a polarização política se intensifica.

No âmbito econômico, observa-se que as promessas de prosperidade e mobilidade social promovidas pelo capitalismo não foram plenamente cumpridas. Eventos recentes demonstram o crescente distanciamento entre as instituições políticas e econômicas e as necessidades da população. A concentração de riqueza e poder compromete a sustentabilidade social e política (PIKETTY, 2013). Atualmente, o retorno do capital imaterializado supera o crescimento econômico real, um fenômeno que perpetua desigualdades extremas e amplia a percepção de injustiça, alimentando tensões sociais e políticas. A governança democrática

exige tanto reformas econômicas estruturais quanto a revitalização da esfera pública, evitando que o aprofundamento da desigualdade e da polarização comprometa os princípios democráticos.

Quadro 4 – Comparação histórica entre a França e o Brasil

	França	Brasil
Herança autoritária colonialista	Como dominante - resultou numa uma estrutura social desigual e discriminatória.	Como dominado - resultou numa estrutura social extremamente desigual e discriminatória.
Sistema político	Semi-presidencialista com muitos poderes ao presidente.	Sistema parlamentar resultando em coalizões presidenciais.
Ditadura fascista / autoritária relativamente recente	Dictature de Vichy.	Era Vargas e Ditadura Civil-Militar.
Movimentos intelectuais de extrema-direita ou populistas na história	Ligues d'extrême-droite, boulangisme, poujadisme, Napoléon III.	Movimento Integralista.
Figuras autoritárias / populistas históricas	Charles de Gaulle, Maréchal Pétain, Général Boulanger, Pierre Poujade.	Vargas, Collor, Generais da Ditadura Civil-Militar.
Crise econômica global	Impacto profundo a partir de 2008. Políticas de austeridade.	Crise econômica do fim do <i>boom</i> das <i>commodities</i> a partir de 2014. Políticas de austeridade.
Crise política de representatividade	Falta de representatividade nas opções tradicionalmente presentes nas eleições. Necessidade de seguir as regras da União Europeia.	Falta de representatividade nas opções tradicionalmente presentes nas eleições. Necessidade de fazer alianças políticas.
Crise social popular e espontânea - Crise política (Dobry)	Os Coletes amarelos em 2018.	Das jornadas de 2013 até o impeachment de Dilma em 2016.
Apoio Religioso	Cristãos católicos radicais ou não, porém pouco relevantes.	Evangélicos, uma das bases de apoio mais perene de Bolsonaro (30%?).

Regionalismo/Globalismo	Influência de partidos e figuras populistas conservadoras europeias como Orban.	Influência de partidos e figuras populistas conservadoras americanas como Trump.
Movimentos ou partidos de nova direita	A emergência de muitos movimentos e partidos de nova direita na França se deu mais tarde em relação ao Brasil e foi menos significativa pelo protagonismo do FN no campo da extrema-direita.	Movimentos e partidos de nova direita começaram a se constituir na década de 2010, adotando práticas políticas de mobilização inovadoras e eficazes que sustentaram o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro.

Quadro 5 – Comparação ideológica entre Marine Le Pen e Jair Bolsonaro

	Marine Le Pen	Jair Messias Bolsonaro
Laclau (2013)		
<i>Significante vazio</i>	<i>Français (de souche).</i> Imigração.	Cidadãos de bem. Corrupção.
<i>Povo</i>	<i>Français (de souche).</i> Povo branco, cristão ou ateu. Exclusão das populações oriundas da imigração e hierarquização da noção de francês e de cidadão. Liberação da palavra racista, LGBTQIA+fóbica e preconceituosa no geral.	Cidadãos de bem. Povo branco, cristão. Exclusão das populações oriundas da escravidão, das camadas mais pobres da população, e hierarquização da noção de cidadão. Liberação da palavra racista, LGBTQIA+fóbica e preconceituosa no geral.
<i>Demanda coletiva</i>	Imigração.	Corrupção.
<i>Lógica da diferença</i>	Várias demandas: - Mais segurança, - Mais poder de compra, - Melhores condições de vida, - Menos imigrantes, - Menos corrupção, - Mais nação, - Mais democracia direta.	Várias demandas: - Mais segurança, - Menos criminalidade, - Mais poder de compra, - Melhores condições de vida, - Menos corrupção, - Mais nação, - Mais democracia direta.

<i>Lógica da equivalência</i>	Todas as demandas podem ser explicadas e solucionadas pela regulação/restrição imigração nessa ideologia.	Todas as demandas podem ser explicadas e solucionadas pela regulação/restrição à corrupção nessa ideologia.
Cas Mudde (2007, 2017, 2018)		
<i>Nativismo</i>	<i>Français (de souche).</i> Povo branco, cristão ou ateu.	Cidadãos de bem. Povo branco, cristão.
<i>Autoritarismo</i>	Rejeição da lei e das instituições democráticas.	Rejeição da lei e das instituições democráticas.
<i>Populismo</i>	Nós contra eles entre os <i>français de souche</i> e os estrangeiros/ <i>immigrés</i> . Nós conservadores de direita contra os progressistas de esquerda.	O trabalhador honesto classe média contra a elite corrupta. O cristão contra o ladrão. O detentor da verdade contra os alienados. Nós conservadores de direita contra os progressistas de esquerda.
	Brasil	França
<i>Nativismo</i>	Contra as populações brasileiras pardas e pretas.	Contra as populações francesas e antigamente colonizadas árabes, africanas e asiáticas principalmente.
<i>Autoritarismo</i>	Culto e subserviência a figuras autoritárias encarnadas nos militares e Jair Bolsonaro	Vontade de restabelecer a ordem c
<i>Populismo</i>	Os cidadãos de bem versus a elite corrupta.	Os franceses de raiz versus a elite corrupta.
Benjamin Moffit (2015, 2014)		
<i>Identificar a falha</i>	Democracia/Poder de compra/Segurança (2018)	Poder de compra/Corrupção/Super eventos (2013)

<i>Elevar o Nível de Crise</i>	Manipulação discursiva através de falácias como o suposto aumento da insegurança e da crise econômica atribuídos à cultura e ao peso orçamentário da imigração.	Crise política, econômica e moral atribuídas de maneira falaciosa ao progressismo, à esquerda, ao sistema corrupto e a um inimigo interno.
<i>Criar a dicotomia “Nós contra Eles”</i>	<i>Français de souche</i> honestos e virtuosos versus uma parte da imigração, principalmente árabe e africana, assim como a esquerda progressista e a elite política e midiática corrupta e decadente.	Cidadãos de bem, que detêm a moral e são conservadores versus os progressistas, as pessoas LGBTQIA+, comunistas, a mídia mainstream, globalistas e universalistas.
<i>Usar a Mídia para Propagar a Performance</i>	Uso estratégico e controlado da mídia tradicional e das redes sociais para enfatizar a insegurança social, cultural e identitária. Interpretação tendenciosa e oportunista de fatos sociais. Uso de plataformas, mídias e redes sociais paralelas para divulgar suas ideias. Recuperação política de eventos estratégicos. Causas e problemas sociais atribuídos ao progressismo e à agenda da esquerda comunista radical.	<i>Fake news</i> na mídia e nas redes sociais. Uso intensivo das redes sociais como Whatsapp e Twitter, lives semanais, fake news e teorias da conspiração. (comparar usuários de redes sociais França/Brasil?). Uso extensivo de mídias, redes e plataformas paralelas para divulgar suas ideias.
<i>Apresentar Soluções Simples e Liderança Forte</i>	Redução da imigração, preferência nacional, destaque político dos valores da moral cristã e da tradição assim como o aumento do policiamento para restaurar a ordem, segurança e autoridade.	Reforço da segurança e do policiamento, desmantelo do estado de direito, militarização, combate à corrupção, armamento da população.
<i>Continuar a Propagar a Crise</i>	Discurso constante de decadência nacional. A crise é sempre iminente e associada a o outro, o estrangeiro, à elite e à globalização.	Narrativa contínua de ameaça comunista, perseguição religiosa e corrupção. A crise é usada como motor da mobilização populista constante.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE TWEETS COMO DADO

1. Análise de texto e redes sociais

Iniciamos esta seção destacando que a ascensão e a popularização das redes sociais como ferramentas de comunicação política transformaram profundamente a maneira como os candidatos interagem com o público e constroem suas narrativas. O Twitter, em particular, tornou-se uma plataforma central para campanhas eleitorais, permitindo que políticos transmitam suas mensagens diretamente ao eleitorado, sem a intermediação tradicional da imprensa. A análise dos textos produzidos nessas plataformas revela padrões discursivos, estratégias retóricas e dinâmicas de engajamento que influenciam tanto a opinião pública quanto a mobilização eleitoral. A comunicação política nas redes sociais caracteriza-se por uma interseção entre novas e antigas mídias, configurando um sistema híbrido de comunicação (CHADWICK, 2013). Nesse contexto, os candidatos não apenas utilizam as redes para disseminar informações, mas também para moldar interpretações sobre eventos políticos e reforçar suas identidades ideológicas (JUNGHERR, 2015). O estudo desses fenômenos é essencial para compreender como o discurso político se estrutura e impacta os processos eleitorais contemporâneos.

A análise de textos em redes sociais permite investigar não apenas o conteúdo das mensagens políticas, mas também a dinâmica de sua disseminação e recepção. Para este estudo, baseamo-nos nas abordagens metodológicas desenvolvidas por Richard Rogers (2013), que propõe um modelo de pesquisa digital centrado na análise dos objetos digitais de uma plataforma. No Twitter, esses objetos incluem hashtags, retweets, menções, curtidas e a própria construção textual das postagens — elementos que funcionam como indicadores sociais e culturais vinculados às opiniões políticas dos candidatos. A análise dos textos no Twitter possibilita, por exemplo, a identificação de mudanças discursivas ao longo de uma campanha eleitoral, frequentemente associadas a eventos políticos de grande impacto. Um exemplo disso é a variação nas palavras mais utilizadas pelos candidatos em resposta a acontecimentos marcantes, como o atentado contra Jair Bolsonaro em 6 de setembro de 2018 ou o ataque terrorista na Avenida dos Champs-Élysées em 20 de abril de 2017, na véspera do primeiro turno das eleições presidenciais francesas. Estudos indicam que esses eventos não

apenas reconfiguram as narrativas políticas, mas também são estrategicamente incorporados ao discurso eleitoral para reforçar determinadas pautas e valores políticos (JUNGHERR, 2015).

Além disso, conforme argumentam Gainous e Wagner (2014) e Jungherr (2015), o Twitter é utilizado pelos políticos não apenas como um meio de reação a eventos, mas como uma ferramenta estratégica para moldar o fluxo informacional, enquadrando acontecimentos de acordo com seus interesses políticos. No caso brasileiro, Recuero e Soares (2020) apontam que Bolsonaro utilizou o Twitter não apenas para reportar o atentado de 2018, mas para construir uma narrativa que reforçasse sua imagem de vítima de um sistema hostil, mobilizando sua base de apoiadores e gerando engajamento massivo.

Esse fenômeno reforça a ideia de que o Twitter não é apenas um canal de disseminação de informações, mas um instrumento estratégico nas campanhas eleitorais, no qual os candidatos estruturam suas mensagens para influenciar a opinião pública (JUNGHERR, 2015). A maneira como um candidato escolhe abordar um evento em sua comunicação no Twitter pode ter implicações diretas na forma como o público interpreta e reage a esse acontecimento, consolidando percepções políticas e aprofundando a polarização do debate público. Portanto, a análise dos textos publicados por candidatos no Twitter durante campanhas eleitorais é essencial para compreender suas estratégias discursivas e ideológicas, bem como seus impactos no cenário político contemporâneo.

2. Metodologia

O objetivo central desta pesquisa é analisar as mensagens publicadas pelos candidatos no Twitter ao longo do período eleitoral, buscando identificar as ideologias subjacentes em seus discursos. A análise dessa fonte permite compreender como os candidatos estruturam sua comunicação digital, moldam suas narrativas políticas, interagem com sua base e, assim, mobilizam eleitores por meio dessa plataforma. Para definir os períodos de análise, consideramos tanto o momento da oficialização de cada candidatura quanto o contexto político que precedeu essas declarações formais. No caso da França, Marine Le Pen anunciou sua candidatura à presidência em 8 de fevereiro de 2016, estabelecendo o recorte temporal para a coleta de seus tweets desde o início de 2016 até 7 de maio de 2017, data do segundo turno das eleições francesas. Já no Brasil, Jair Bolsonaro formalizou sua candidatura apenas

em 22 de julho de 2018. No entanto, estudos indicam que sua popularidade já vinha crescendo significativamente antes desse marco formal. Pinheiro-Machado e Mury Scaldo (2018) destacam que, já em 2017, sua presença no imaginário político das periferias brasileiras era perceptível, especialmente entre os jovens. Assim, optamos por analisar suas postagens no Twitter a partir do início de 2017 até 28 de outubro de 2018, data do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil.

Para estabelecer um contraste analítico, além dos candidatos de extrema-direita Marine Le Pen e Jair Bolsonaro, esta pesquisa inclui também representantes da direita tradicional em suas respectivas eleições: François Fillon, do partido Les Républicains (França), e Geraldo Alckmin, do PSDB. A inclusão desses políticos permite explorar as diferenças discursivas entre a direita tradicional e a extrema-direita populista, além de comparar os padrões retóricos entre Le Pen e Bolsonaro. Fillon e Alckmin são comparáveis por representarem uma direita tradicional e terem desempenhado papéis políticos centrais em suas campanhas. Ambos são políticos de carreira, com trajetórias consolidadas no alto funcionalismo público: François Fillon no poder executivo francês e Geraldo Alckmin no executivo e legislativo brasileiro.

François Fillon construiu uma trajetória política marcada pelo exercício de cargos de alto escalão na administração francesa, sendo o mais notável o de Primeiro-Ministro da França (2007-2012) durante o governo de Nicolas Sarkozy. Antes disso, ocupou posições estratégicas, como Ministro da Educação Nacional, Ensino Superior e Pesquisa (2004-2005) e Ministro dos Assuntos Sociais, Trabalho e Solidariedade (2002-2004). Como Primeiro-Ministro, conduziu reformas estruturais voltadas, sobretudo, para as áreas de trabalho, previdência e economia, adotando um modelo liberal-conservador que priorizava austeridade fiscal, estabilidade econômica e fortalecimento do setor produtivo. Sua comunicação no Twitter reflete essa trajetória institucional, buscando legitimar sua candidatura e consolidar sua imagem política por meio da experiência e competência administrativa.

De forma semelhante, Geraldo Alckmin construiu sua carreira política com base na ênfase na gestão técnica e na estabilidade administrativa, ocupando cargos de grande relevância na política brasileira. Foi governador do Estado de São Paulo por quatro mandatos (2001-2006; 2011-2018), além de ter exercido as funções de vice-governador (1995-2001) e deputado federal (1987-1994), entre outros. Durante seu governo, destacou-se na implementação de grandes projetos nas áreas de infraestrutura, educação, segurança pública e saúde, consolidando-se como um político técnico e gestor eficiente. Seu discurso no Twitter é

predominantemente pragmático e conciliador, enfatizando realizações concretas e adotando um tom direto e positivo, voltado para a continuidade administrativa e a valorização de sua experiência na gestão pública.

O uso da análise de textos como dado representa uma mudança significativa no estudo de discursos políticos, permitindo que a ciência política incorpore métodos quantitativos para examinar padrões discursivos, identificar temáticas predominantes e compreender como diferentes atores políticos moldam suas mensagens ao longo do tempo. A extração dos tweets foi realizada por meio da antiga API⁹ acadêmica do Twitter (*academictwitteR*), garantindo acesso a um grande volume de dados coletados de maneira sistemática. No caso específico de Jair Bolsonaro, utilizamos a função *get_all_tweets()*, parametrizando o período de coleta entre outubro de 2017 e outubro de 2018. Esse intervalo foi definido por sua relevância política, abrangendo a fase decisiva da campanha eleitoral e os eventos que precederam sua eleição. Como ressaltam Izumi e Moreira (2018), a obtenção de dados textuais diretamente de fontes primárias e em grande escala é uma das principais vantagens da análise automatizada de conteúdo. Métodos qualitativos tradicionais, embora detalhados, tornam-se inviáveis diante do grande volume de textos, dados e metadados que precisam ser processados.

Após a coleta, os dados foram exportados e organizados em um *dataframe*, facilitando sua manipulação e análise posterior. Para essa etapa, utilizamos a biblioteca *writexl* no R, possibilitando a exportação dos dados em um formato compatível com diferentes ferramentas analíticas. Na etapa seguinte, realizamos um rigoroso pré-processamento dos textos, conforme descrito por Moreira, Pires e de Almeida Medeiros (2022). O tratamento dos dados incluiu a normalização de caracteres, remoção de números e pontuações, além da eliminação de palavras irrelevantes (*stopwords*), garantindo que a análise se concentrasse no conteúdo substantivo dos tweets. O fluxo de pré-processamento seguiu os seguintes passos essenciais da abordagem *text as data*:

- **Transformação e Normalização:** Aplicamos a função *stri_trans_general()* para remover acentos e padronizar caracteres latinos, evitando que palavras

⁹ API é a sigla para *Application Programming Interface*, ou Interface de Programação de Aplicações em português. Geralmente, são compostas por funções em uma linguagem de programação que permitem a comunicação entre diferentes softwares, possibilitando que sistemas distintos interajam entre si de forma padronizada e segura.

semanticamente idênticas, mas grafadas de forma diferente, fossem tratadas como distintas pelo modelo.

- **Limpeza de Dados:** Utilizamos a função `str_remove_all()` para eliminar números, pontuações e caracteres especiais, que geralmente não contribuem para a identificação de padrões discursivos.
- **Tokenização e Redução de Dimensionalidade:** O corpus textual foi convertido em *tokens* (palavras individuais) por meio da função `tokens(remove_punct = TRUE)`, segmentando cada tweet em unidades linguísticas discretas. Em seguida, aplicamos `tokens_remove()` para eliminar *stopwords* em português, utilizando a base de dados *stopwords-iso*, garantindo que apenas palavras de significado substantivo fossem consideradas.
- **Matriz de Frequência de Termos (*Document Feature Matrix*, DFM):** Após a tokenização e filtragem, geramos a matriz de documentos e termos por meio da função `dfm()`. Essa conversão do corpus em uma representação numérica possibilita a aplicação de métodos quantitativos para a extração de temas e padrões discursivos.
- **Filtragem e Refinamento:** Refinamos a matriz de frequência por meio da função `dfm_trim()`, removendo palavras que aparecem em menos de 1% dos documentos. Esse procedimento minimiza o ruído nos dados e garante que apenas termos recorrentes sejam analisados.

3. Resultados

A metodologia adotada segue de perto as diretrizes estabelecidas na literatura sobre análise automatizada de texto, especialmente os trabalhos de Moreira, Pires e de Almeida Medeiros (2022) e Izumi e Moreira (2018). Como discutido nesses estudos, a conversão de textos em dados estruturados permite identificar padrões discursivos com maior precisão e replicabilidade, representando um avanço significativo em relação às abordagens qualitativas tradicionais, que, embora detalhadas, são limitadas em sua capacidade de processar grandes volumes de dados de maneira sistemática e generalizável.

A matriz de frequência de termos gerada nesta etapa servirá como base para a aplicação de modelos de aprendizado não supervisionado, como o *Structural Topic Model* (STM), conforme proposto por Roberts et al. (2013, 2014). Esse modelo permitirá identificar

os principais temas discutidos nos tweets de Bolsonaro e compará-los aos padrões discursivos dos demais candidatos. Além disso, a abordagem adotada possibilita a inclusão de metadados, como a data das postagens, permitindo analisar a evolução discursiva ao longo do tempo.

Um dos primeiros passos da análise exploratória foi a observação da frequência de tweets por candidato. Embora a hipótese inicial sugerisse que Bolsonaro e Marine Le Pen apresentariam maior atividade na plataforma devido ao seu perfil populista e à intensa mobilização digital, os dados indicam que François Fillon e Geraldo Alckmin publicaram mais mensagens ao longo do período analisado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quadro 6 – Quantidade de tweets

Candidato	Quantidade de <i>tweets</i>
Marine Le Pen	4644
François Fillon	7817
Jair Bolsonaro	2064
Geraldo Alckmin	5602

Fonte: *Twitter*, elaboração da autora.

A título de análise exploratória, para entender um pouco melhor que tipo de base de dados temos, elaboramos as nuvens das cem palavras mais citadas para cada um dos casos estudados.

A análise da nuvem de palavras de Jair Bolsonaro revela padrões significativos em seu discurso no Twitter durante o período analisado. Para complementar essa observação qualitativa, também examinamos o gráfico de frequência das palavras mais utilizadas pelo candidato, fornecendo uma visão quantitativa dos termos mais recorrentes em seus tweets. Um dos primeiros aspectos que se destacam é a alta repetição do termo “Bolsonaro”. O uso recorrente do próprio nome é uma estratégia típica de posicionamento político, consolidando a figura do candidato como o centro do discurso. Esse fenômeno assemelha-se às estratégias de marketing de grandes marcas, nas quais a repetição do nome visa reforçar sua popularidade e fixá-lo na memória do público. Em alguns casos, a notoriedade da marca ou figura pública pode dispensar o uso do próprio nome, sendo substituído por símbolos ou expressões características. No contexto da candidatura de Bolsonaro, sua base já o qualificava pelo apelido “mito”, mas a repetição insistente de seu nome sugere um esforço deliberado para ampliar sua visibilidade para além de seu círculo de apoiadores mais fiéis. Esse recurso discursivo reflete a tentativa de furar a bolha da militância radical e entrar na agenda pública de forma mais ampla. Ainda que um eleitor não simpatizasse com o candidato, a constante presença de seu nome na esfera digital tornava sua candidatura uma evidência política incontornável.

Além do nome do candidato, observa-se a alta frequência de termos relacionados à sua família, como “Jair”, “@carlosbolsonaro” e “@flaviobolsonaro”. Isso indica a forte presença de um núcleo político-familiar na comunicação digital da campanha, sugerindo um discurso coordenado entre Bolsonaro e seus filhos nas redes sociais (PINHEIRO-MACHADO & MURY SCALCO, 2018). Essa estrutura comunicativa reflete um padrão encontrado em campanhas populistas, onde a centralização do discurso em um grupo restrito reforça a ideia de proximidade e lealdade.

A recorrência dessas menções pode ser interpretada de duas formas. Por um lado, a citação do próprio nome e de figuras próximas é estruturalmente comum na comunicação política digital, já que candidatos frequentemente são mencionados por apoiadores e aliados. Por outro lado, a super-representação de termos diretamente ligados a Bolsonaro sugere uma estratégia deliberada. Comparações com outros candidatos permitirão avaliar se essa predominância semântica é exógena—resultante da própria dinâmica da rede social e do contexto eleitoral—ou endógena, isto é, derivada das características ideológicas e discursivas do candidato. No segundo caso, a insistência na repetição do nome pode ser interpretada como

uma estratégia de personalização política, reforçando a centralidade de Bolsonaro e incentivando a construção de um culto à liderança, característica de movimentos de extrema-direita e do populismo conservador.

Outro conjunto de termos recorrentes envolve palavras associadas à identidade nacional, como “Brasil”, “br”, “brasileiro” e “brasileiros”. Essa ênfase no nacionalismo é uma característica frequente em discursos populistas de extrema-direita, nos quais o candidato se apresenta como o único representante legítimo da nação. A estratégia busca criar uma narrativa de pertencimento e exclusividade, na qual Bolsonaro aparece como o defensor dos interesses nacionais contra supostos inimigos internos e externos (MUDDE, 2019). A análise também revela a alta frequência da sigla “RT” (*retweet*), indicando que Bolsonaro compartilhava intensamente publicações de outros usuários. Esse padrão sugere duas estratégias complementares. Primeiro, o *retweet* pode ter sido utilizado como ferramenta de amplificação discursiva, reforçando conteúdos políticos alinhados à sua agenda. Ao compartilhar publicações de aliados e influenciadores conservadores, Bolsonaro criava uma rede de validação mútua, conferindo maior credibilidade às suas narrativas. Em segundo lugar, o uso do *RT* pode ser interpretado como uma forma de engajamento com seus seguidores, personalizando a interação e fortalecendo o vínculo com sua base. Essa dinâmica reflete a lógica descentralizada da mobilização digital populista, que se apoia na disseminação de mensagens por meio de redes de apoiadores (BENNETT & SEGERBERG, 2012).

A recorrência de menções a @carlosbolsonaro, @flaviobolsonaro e @jairbolsonarosp, possivelmente associada ao uso do *retweet*, reforça a ideia de uma estratégia comunicacional baseada em redes familiares e aliadas. Esse fenômeno é típico do populismo, que frequentemente utiliza redes pessoais para estabelecer um canal direto de comunicação com o eleitorado, reduzindo a dependência da mídia tradicional. Além dos aspectos estruturais da comunicação digital, o tom adotado nos tweets de Bolsonaro também merece destaque. A presença de termos como “abraço”, “vamos” e “consideração” sugere um esforço deliberado para humanizar a interação e criar um senso de proximidade com os eleitores. O uso de expressões informais e amigáveis é uma característica comum em campanhas populistas, onde a relação entre líder e base tende a ser construída em um tom mais direto e pessoal. O termo “abraço”, por exemplo, indica uma tentativa de estabelecer uma conexão emocional com os seguidores, enquanto “vamos” funciona como um apelo à ação coletiva, incentivando o engajamento político (LACLAU, 2005).

No que se refere ao conteúdo ideológico do discurso, observa-se a alta frequência dos termos “esquerda” e “PT”. A repetida menção a adversários políticos indica que Bolsonaro

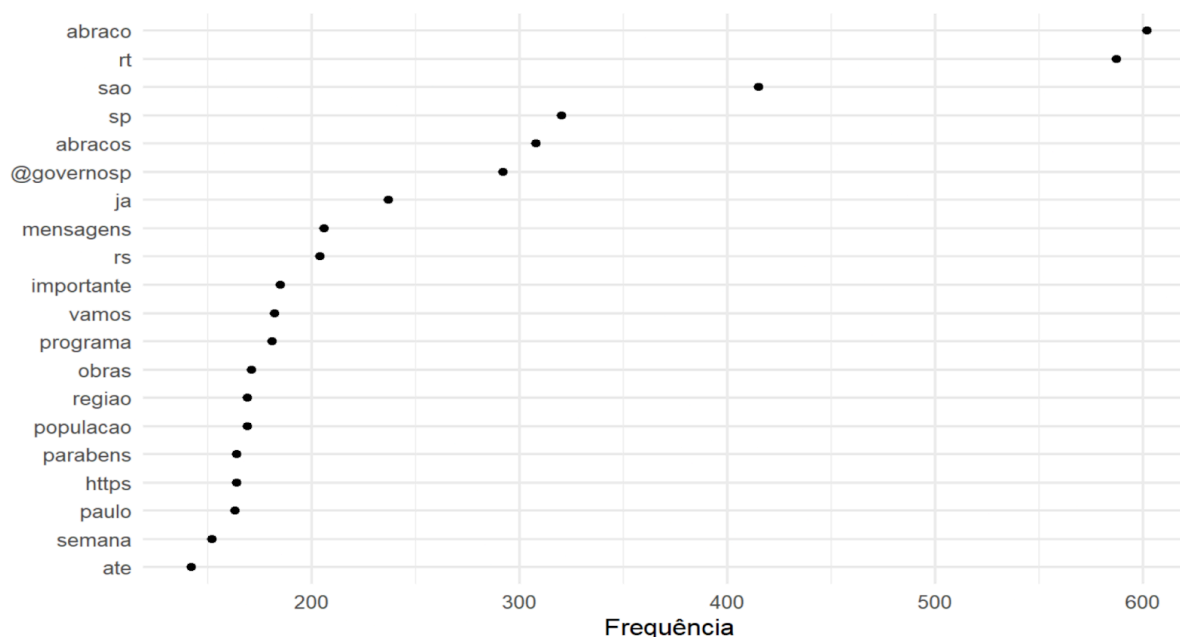
frequentemente estruturava seu discurso em oposição à esquerda, seja para criticá-la diretamente, seja para se posicionar como alternativa ao que ela representa. Esse padrão discursivo é típico de estratégias populistas, que tendem a construir uma narrativa de conflito baseada na dicotomia “nós vs. Eles”. Ao demarcar um inimigo político claramente identificado, o candidato reforça a coesão de sua base e estimula a mobilização eleitoral (LACLAU, 2005). Por fim, a presença das palavras “economia”, “governo” e “imprensa” indica que Bolsonaro também abordava temas institucionais em sua comunicação. A menção à imprensa pode tanto refletir referências à reportagens quanto críticas diretas aos meios de comunicação, um elemento recorrente em sua campanha e em sua estratégia digital mais ampla.

Figura 2 – Nuvem de palavras de Geraldo Alckmin



Fonte: *Twitter*, elaboração da autora.

Gráfico 2 – Frequência de termos nos tweets de Geraldo Alckmin



Fonte: *Twitter*, elaboração da autora.

A análise dos tweets de Geraldo Alckmin revela um padrão discursivo característico da direita tradicional brasileira, distinto daquele observado em candidatos de extrema-direita, como Jair Bolsonaro. Enquanto Bolsonaro utilizava o Twitter para promover embates políticos e gerar polêmicas, Alckmin adotava uma abordagem mais institucional e pragmática, enfatizando sua experiência administrativa, seu compromisso com políticas públicas e sua moderação política.

A nuvem de palavras e o gráfico de frequência de termos indicam que Alckmin utilizava a plataforma para estabelecer um tom mais cordial e interativo. A palavra mais frequente em seus tweets é “abraço”, seguida de sua variação no plural, “abraços”, que aparece na quinta posição. Essa escolha sugere um esforço deliberado para manter uma comunicação mais próxima e amigável com seus apoiadores. Além disso, termos como “parabéns”, “mensagens” e “importante” indicam um padrão discursivo voltado ao reconhecimento de seguidores, aliados políticos, eventos e ações de campanha, reforçando uma imagem conciliadora. Expressões como “vamos” também sugerem tentativas de engajamento coletivo, estimulando a participação ativa de sua base.

O foco da comunicação de Alckmin no Twitter estava voltado para sua trajetória institucional e administrativa, evidenciada pela alta frequência de termos como “SP”, “@governosp”, “programa”, “investimentos”, “região” e “desenvolvimento”. Esses termos

indicam um esforço contínuo para destacar sua experiência em políticas públicas e gestão governamental. A recorrência de “@governosp” reforça o vínculo entre sua candidatura e sua atuação como gestor, conferindo credibilidade à sua imagem política com base em sua experiência administrativa. Além disso, os tweets de Alckmin revelam um compromisso com a agenda de políticas públicas, expresso na recorrência de termos como “educação”, “saúde”, “infraestrutura”, “emprego” e “segurança”. A presença de palavras como “obras”, “melhorar” e “cidades” reforça a ideia de que sua comunicação digital estava estruturada em torno de realizações concretas e propostas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico. Termos como “famílias”, “vida” e “qualidade” sugerem um esforço para destacar o impacto positivo de suas políticas na população. Dessa forma, o uso do Twitter por Alckmin refletia uma abordagem programática e pragmática, em contraste com estratégias mais emocionalmente carregadas.

Podemos inferir que sua estratégia discursiva se alinha ao perfil do “gestor burocrático”, priorizando a apresentação de políticas públicas e resultados administrativos. Esse padrão discursivo é coerente com a estratégia política da direita tradicional, conforme discutido no capítulo 2, que busca projetar uma imagem de competência técnica e experiência administrativa, evitando discursos polarizadores (MAINWARING, 2018). Essa abordagem contrasta diretamente com a da extrema-direita e da direita radical, que frequentemente recorrem à polarização como ferramenta de mobilização política.

Diferentemente de Bolsonaro, que frequentemente mencionava adversários políticos, como “PT” e “esquerda”, para estruturar uma narrativa de conflito, os tweets de Alckmin não apresentam ataques diretos a opositores. Sua comunicação priorizava a divulgação de ações de governo, propostas e interações sociais, sem recorrer a estratégias de confronto ideológico. Essa ausência de polarização sugere uma tentativa de atrair eleitores de centro por meio de um discurso mais moderado e conciliador, alinhado à tradição social-democrata brasileira (MAINWARING, 2018). Um dado curioso na análise é a presença discreta, porém notável, da menção “@lulaalckmin_”, que pode estar relacionada ao contexto político da época. Atualmente, esse perfil não existe mais na plataforma, agora renomeada X. Dessa forma, podemos concluir que Geraldo Alckmin adotou um discurso moderado, técnico e institucionalista, distanciando-se do populismo de direita, cujas estratégias costumam depender da criação de antagonismos e da mobilização emocional do eleitorado (MUDDE, 2019). Sua abordagem no Twitter reforça a imagem de um político tradicional, pautado pela gestão e pela experiência administrativa, em contraste com as estratégias polarizadoras características da nova direita populista.

A análise da frequência de palavras nos tweets de Marine Le Pen revela um discurso característico da direita radical europeia, estruturado em torno do nacionalismo — com traços de nativismo —, do euroceticismo, da polarização política e de uma mobilização digital estratégica. Nesse contexto, o Twitter se configura como um espaço essencial para a construção de sua imagem política e para a disseminação de sua ideologia.

O nacionalismo é o eixo central do discurso de Marine Le Pen, evidenciado pela alta frequência de termos como *France* (França), que ocupa a primeira posição, e *français* (francês), que aparece em segundo lugar, muito à frente das demais palavras. Essa predominância reflete uma valorização sistemática da identidade nacional, estratégia clássica dos partidos de extrema-direita, que enfatizam a soberania e a identidade nacional em oposição a influências externas (MUDDE, 2019). Nesse sentido, não podemos ignorar a continuidade discursiva entre Marine Le Pen e seu pai, Jean-Marie Le Pen, cujo lema nacionalista ressoa fortemente no vocabulário da candidata. Esse fenômeno remete à noção de “transferência semântica de longo prazo”, discutida no capítulo 2, que associa, historicamente, o termo *français* ao conceito excludente de *français de souche européenne*, surgido no contexto da colonização argelina pela França. Assim, ao utilizar essa terminologia, Marine Le Pen pode estar enviando sinais sutis a sua base eleitoral, que interpreta suas palavras sob um viés ideológico específico, reforçando um discurso que, mesmo suavizado por sua estratégia de *dédiabolisation*, mantém elementos de intolerância política e exclusão social característicos da Frente Nacional em 2017. Além disso, palavras relacionadas a pautas nacionalistas, como *pays* (país), *souveraineté* (soberania) e *nationale* (nacional), reforçam a centralidade da questão identitária. O termo *pays*, combinado com a presença de expressões como *frontières* (fronteiras) e *patriotisme* (patriotismo), sustenta a construção de uma oposição entre “nós” (os franceses) e “eles” (os estrangeiros, as elites globalistas, as instituições supranacionais). Esse tipo de distinção, amplamente utilizada por Marine Le Pen, pode ser interpretado como parte de uma estratégia nativista (MUDDE, 2007), discutida no capítulo 1, segundo a qual a nacionalidade, a cultura e a identidade são concebidas como exclusivas e devem ser protegidas de influências externas percebidas como ameaçadoras.

O euroceticismo emerge como outro pilar fundamental do discurso da candidata, evidenciado pela alta frequência de termos como *l’union* (a União), que, supõe-se, esteja frequentemente associado a *européenne* (europeia) e, em alguns contextos, a *politique* (política). A presença recorrente de *européenne* indica que a União Europeia ocupa um papel central em sua retórica, geralmente apresentada como um entrave à soberania nacional (MUDDE, 2007). Como discutido no capítulo anterior, Marine Le Pen argumenta que a União Europeia impõe

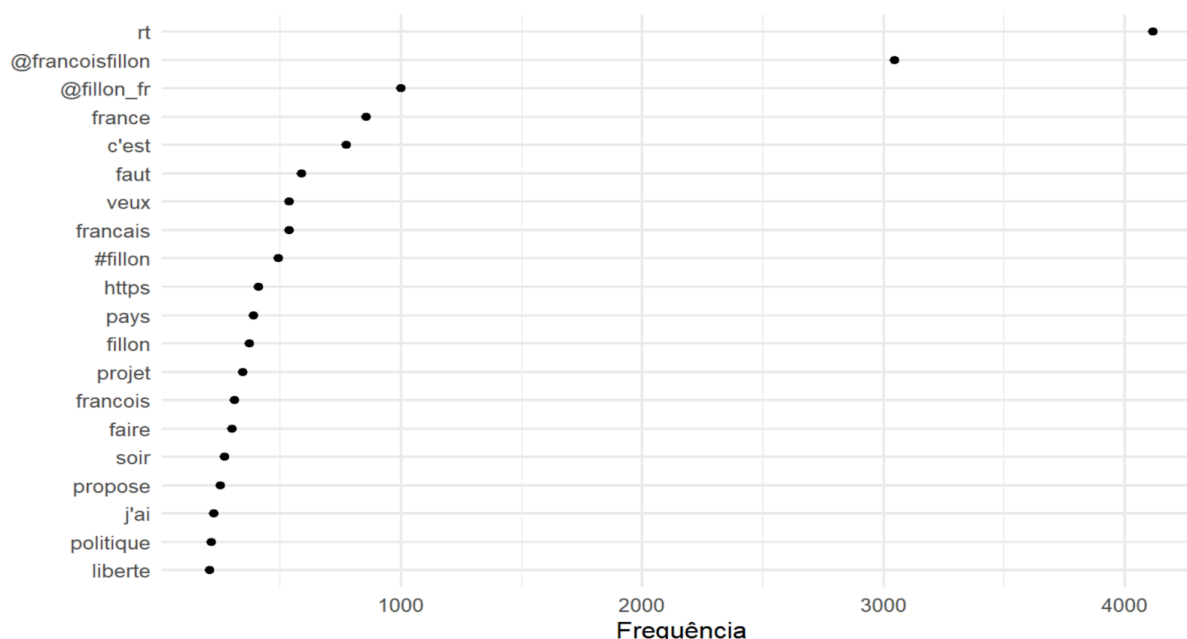
restrições que limitam a independência política e econômica da França, prejudicando seus interesses nacionais. Essa visão é coerente com o discurso eurocético da extrema-direita, que retrata a União Europeia como uma entidade burocrática distante dos anseios populares, reforçando sua posição populista contrária às instituições supranacionais (MOUFFE, 2018). Assim, sua estratégia busca consolidar a imagem de defensora da França contra a imposição de normas externas, ao mesmo tempo em que tenta atrair eleitores insatisfeitos com a condução política do bloco europeu.

O populismo de Marine Le Pen se manifesta, sobretudo, na construção de um adversário político claramente identificado e na oposição direta às elites. Isso se evidencia pela alta recorrência do nome *Macron* entre os termos mais frequentes em seus tweets. Ao se posicionar diretamente contra Emmanuel Macron, Le Pen personaliza o embate político, estruturando sua narrativa em torno da dicotomia entre “o povo” e “a elite globalista”. Essa estratégia segue a lógica do populismo de direita, que cria antagonismos entre um “eles” opressor – representado pelas elites, tecnocratas da União Europeia e grandes veículos de comunicação – e um “nós” legítimo, identificado como o povo francês (LACLAU, 2005). A alta frequência do termo *peuple* (povo) reforça essa tentativa de se apresentar como a única representante autêntica dos interesses populares, um elemento central do discurso populista de direita (MOUFFE, 2018). Com essa estratégia, Marine Le Pen utiliza o Twitter não apenas como um canal de divulgação de suas propostas, mas também como um instrumento para consolidar sua identidade política em oposição ao establishment.

Além disso, a candidata explora o Twitter como ferramenta de mobilização digital, utilizando hashtags estratégicas para segmentar e engajar seu eleitorado. A presença da hashtag *#LeGrandDébat* indica uma tentativa de capitalizar politicamente sobre o debate do segundo turno, que acabou sendo um ponto de inflexão negativo para sua candidatura. Já hashtags como *#MLP* e *#Marine* funcionam como elementos de construção de marca política, reforçando sua presença digital. O uso de hashtags internas de campanha, como *#plenpe*, sugere um planejamento de comunicação digital voltado à fidelização de sua base eleitoral. Dessa forma, Marine Le Pen aproveita o potencial viral do Twitter para maximizar o alcance de seu discurso e mobilizar apoiadores de maneira direcionada.

Por fim, o discurso de Marine Le Pen no Twitter também se caracteriza por um tom afirmativo e diretivo, evidenciado pela frequência de expressões como *c'est* (é), *veux* (quero), *faut* (precisa-se) e *faire* (fazer). A alta recorrência de *faut* sugere um discurso prescritivo e mobilizador, com apelos diretos à ação política. O uso do verbo *faire* reforça a ênfase na realização de propostas concretas, buscando construir uma imagem de candidata capaz de

Gráfico 4 – Frequência dos termos mais utilizados nos tweets de François Fillon



Fonte: *Twitter*, elaboração da autora.

A análise dos tweets de François Fillon, candidato da direita tradicional francesa pelo partido *Les Républicains*, revela uma estratégia discursiva fortemente institucional, centrada na experiência administrativa, propostas de governo e comunicação digital estruturada. Diferentemente de Marine Le Pen, que adota um tom mais combativo e polarizador, Fillon mantém uma abordagem pragmática e programática, refletindo o perfil clássico da direita conservadora, semelhante a figuras como Geraldo Alckmin. Os termos mais frequentes nos tweets de Fillon incluem "rt", "@francoisfillon" e "@fillon_fr", indicando um uso estratégico do Twitter para reforçar sua marca pessoal e ampliar o alcance de suas mensagens. A forte presença de "rt" sugere que Fillon utilizava retweets como ferramenta de engajamento, possivelmente compartilhando publicações de aliados políticos e apoiadores. O uso recorrente de menções ao próprio nome e hashtags como "#fillon" demonstra uma estratégia de branding político, reforçando sua identidade eleitoral e projetando uma imagem de liderança consolidada.

Assim como Marine Le Pen, Fillon frequentemente menciona "França" e "français", que ocupam posições de destaque em seu vocabulário digital. No entanto, em termos quantitativos, ele utilizou esses termos com maior frequência do que Le Pen, sugerindo um discurso fortemente voltado para a identidade nacional. Essa estratégia pode aproximá-lo da

direita radical em alguns aspectos, ainda que sua abordagem permaneça menos polarizadora e mais institucionalizada.

A presença da palavra “*islamique*” (islâmico) também é relevante. Embora menos carregada de conotações pejorativas do que “*islamiste*” (islamista), termo frequentemente empregado por Le Pen, seu uso recorrente sugere uma abordagem que, no mínimo, se insere em um contexto de polarização e controvérsia. Contudo, a ausência de outras expressões mais agressivas diferencia Fillon da extrema-direita, evidenciando um foco nacionalista, mas não explicitamente nativista. O termo “*pays*” (país) também aparece com alta frequência, reforçando um discurso centrado em questões nacionais e institucionais. Além disso, palavras relacionadas ao poder vigente, como “*pouvoir*” (poder), “*système*” (sistema), “*Hollande*” (referência ao então presidente François Hollande), “*politique*” (política) e “*économique*” (econômico), indicam uma abordagem discursiva voltada para questões estruturais. Termos como “*projet*” (projeto), “*société*” (sociedade), “*publique*” (público/pública), “*programme*” (programa) e “*redressement*” (recuperação econômica) reforçam um discurso programático e pragmático, característico de políticos com foco em governança e gestão. A presença das palavras “*autorité*” (autoridade) e “*sécurité*” (segurança) indica um foco em temas essenciais para a direita tradicional. No entanto, quando analisadas em conjunto com outras categorias discursivas, essas expressões sugerem uma gradativa radicalização de Fillon, possivelmente em resposta às dinâmicas eleitorais de 2017.

A frequência de termos como “projeto”, “política” e “social” reafirma o caráter programático da campanha de Fillon. “Projeto” denota a estruturação da campanha em torno de propostas concretas para a França, priorizando debates técnicos sobre reformas institucionais e políticas públicas. “Política” sugere um foco em temas institucionais e de governança, reforçando sua imagem de estadista. O termo “social” indica a importância atribuída a questões de proteção social, emprego e segurança econômica, aproximando-o de um modelo conservador que combina estabilidade econômica e bem-estar social. A menção de “*l’Europe*” (a Europa) e “*@Europe*” (Europa) sugere uma abordagem mais moderada e pragmática em relação à questão europeia, diferenciando Fillon do euroceticismo radical da extrema-direita. Seu discurso se alinha à visão tradicional da direita conservadora, que busca maior autonomia nacional dentro da União Europeia sem rejeitá-la por completo. Esse posicionamento permite a Fillon ocupar um espaço de centro-direita institucionalizada, diferenciando-se tanto da esquerda globalista quanto da extrema-direita antieuropeia.

Termos como “*c’est*” (é), “*faut*” (precisa-se) e “*veux*” (quero) indicam um tom afirmativo e diretivo, típico de candidatos que buscam projetar uma imagem de liderança forte

e pragmática. O uso recorrente de “precisa-se” enfatiza a necessidade de mudanças e reformas, enquanto “quero” sugere um esforço para estabelecer uma conexão direta com os eleitores, articulando aspirações de forma assertiva. Essa estratégia reforça o perfil de Fillon como um político conservador focado em competência, estabilidade e gestão, em contraste com discursos mais polarizadores da extrema-direita.

CONCLUSÃO

A análise comparativa dos tweets de Marine Le Pen e Jair Bolsonaro revela padrões discursivos comuns, típicos de políticos alinhados à direita radical/extrema-direita e ao populismo conservador. Ambos utilizam o Twitter não apenas como uma ferramenta de comunicação direta com seus eleitores, mas também como um espaço para promover a polarização política, construir inimigos e afirmar valores nacionalistas e conservadores. Contudo, as diferenças estruturais em seus discursos refletem as especificidades dos contextos políticos e culturais da França e do Brasil.

Tanto Marine Le Pen quanto Jair Bolsonaro se posicionam no espectro da direita radical/extrema-direita, mas com nuances significativas. Marine Le Pen integra a tradição da extrema-direita europeia, muitas vezes apresentada como uma versão “dediabolizada” dessa corrente, focada em nacionalismo, euroceticismo, soberania e oposição à imigração. Sua comunicação enfatiza a defesa da identidade nacional francesa, frequentemente associando a União Europeia e os fluxos migratórios à perda de autonomia. Em contraste, Jair Bolsonaro se alinha a um modelo mais diretamente ligado à extrema-direita, com forte rejeição à esquerda, militarismo, defesa de valores morais tradicionais, autoritarismo e anti-institucionalismo democrático. Enquanto Le Pen concentra suas críticas na soberania nacional em relação à União Europeia, Bolsonaro constrói seu discurso em torno de um antagonismo interno, considerando a esquerda e o PT como os inimigos a serem derrotados. A principal diferença entre os dois reside no foco de sua retórica nacionalista: enquanto Le Pen direciona suas críticas para atores externos, como o globalismo e a imigração, Bolsonaro faz sua luta contra adversários internos, como a esquerda, a mídia e as instituições democráticas.

O populismo é um elemento central na comunicação de ambos os líderes, caracterizando-se pela criação de um discurso polarizado entre “o povo” e “as elites”. Marine Le Pen adota um populismo nativista, no qual “o povo francês” é retratado como vítima de políticas globalistas e da imigração descontrolada. A elite a ser combatida é composta por burocratas da União Europeia, tecnocratas e imigrantes que ameaçam a identidade nacional. Seu discurso apela para uma visão de França em declínio, que precisa ser “recuperada” por meio de protecionismo e fechamento de fronteiras. Por sua vez, Jair Bolsonaro adota um populismo reacionário, que divide a sociedade entre cidadãos de bem e a ameaça representada pela esquerda e pela corrupção política. Seu discurso é carregado de moralismo e militarismo,

apelando para a necessidade de ordem, segurança e a restauração dos valores tradicionais. Ambos utilizam a lógica do “nós contra eles”, mas com alvos distintos: para Le Pen, “nós” são os franceses e “eles” são as elites globalistas e os imigrantes; para Bolsonaro, “nós” são os brasileiros conservadores e “eles” são a esquerda, a mídia e os opositores políticos. Esta diferença reflete as realidades políticas de cada país, com a extrema-direita francesa emergindo como uma resposta ao multiculturalismo e à União Europeia, enquanto a direita radical brasileira se configura como uma reação aos governos progressistas e às pautas sociais progressistas.

O Twitter desempenha um papel crucial na construção das narrativas populistas de ambos os candidatos, consolidando suas bases eleitorais. As análises dos padrões discursivos revelam que Marine Le Pen utiliza a plataforma para reforçar sua identidade nacionalista e eurocética, empregando hashtags estratégicas para segmentar públicos e ampliar a disseminação de suas mensagens. Seu discurso é meticulosamente estruturado, focado em debates institucionais e na construção de um antagonismo entre a França e a União Europeia. Jair Bolsonaro, por sua vez, faz um uso mais espontâneo e emocional do Twitter, priorizando interações diretas com seus seguidores e reforçando sua imagem de político autêntico e outsider. Seu discurso é mais polarizador e reativo, frequentemente respondendo a eventos políticos em tempo real e atacando adversários de maneira direta. Apesar dessas diferenças, ambos utilizam o Twitter para construir inimigos políticos, engajar suas bases eleitorais e estabelecer um canal direto com seus seguidores, sem a intermediação da imprensa tradicional, amplificando mensagens populistas e explorando o dinamismo da plataforma para consolidar sua identidade política e reforçar narrativas de crise e ameaça.

Essa análise revela como o populismo de direita pode assumir diferentes formas, dependendo das condições históricas e institucionais de cada país. Embora ambos os candidatos compartilhem uma posição ideológica comum, suas estratégias comunicacionais refletem os diferentes desafios e oportunidades eleitorais de seus contextos específicos. O Twitter, nesse sentido, se mostra essencial para a disseminação de suas narrativas, permitindo a amplificação de discursos polarizadores e a solidificação de suas bases eleitorais.

Em termos de agenda de pesquisa, destacam-se várias áreas de análise que podem aprofundar a compreensão sobre o fenômeno e suas dinâmicas. Uma dessas linhas de investigação é a análise dos tópicos presentes nos tweets de figuras como Marine Le Pen e Jair Bolsonaro, permitindo explorar as temáticas mais recorrentes e as estratégias discursivas adotadas nas redes sociais por esses líderes populistas. Outra direção relevante seria o estudo

dos apoiadores dessas lideranças nas plataformas digitais. A pesquisa poderia investigar o perfil e os comportamentos desses seguidores, além de examinar como as redes sociais contribuem para a formação e mobilização de suas bases eleitorais.

Também seria pertinente realizar uma análise global das condições de emergência do populismo, com o objetivo de identificar os fatores políticos, econômicos e culturais que criam um terreno fértil para a ascensão de movimentos populistas em diferentes contextos nacionais.

Além disso, uma linha de pesquisa promissora seria a avaliação da coerência programática dos populistas uma vez no poder. Seria interessante investigar em que medida as promessas feitas durante a campanha eleitoral se concretizam em políticas públicas, analisando possíveis dissonâncias entre discurso e prática. A pesquisa também poderia se expandir para uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa dos movimentos sociais, buscando estabelecer se há uma correlação entre a relevância e a magnitude desses movimentos e o avanço do populismo conservador, considerando as especificidades de cada contexto nacional.

Por fim, seria relevante conduzir uma análise comparativa quantitativa entre os casos da França e do Brasil, a fim de identificar semelhanças e diferenças nos processos de ascensão e consolidação do populismo conservador em ambos os países. Essas futuras investigações permitirão uma visão mais ampla e detalhada dos fatores que impulsionam o populismo e suas consequências para as sociedades contemporâneas.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri. Natureza. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. (Orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p.320-321.
- ALEXANDER, Martin S. French Resistance, the Vichy government, and the Fourth Republic. In: **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, 2002. p. 5641-5646.
- ALMASIHI, Cyndi Pietra. **Por que votamos no Jair Bolsonaro**: 100 motivos - Uma viagem pelas cabeças bolsonaristas. 1. ed. São Paulo: Editora, 2020.
- AMES, Barry, **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ALMEIDA, Ronaldo. **Bolsonaro Presidente**: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira. In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 01, p. 185-213, jan.-abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Acesso em: [data de acesso].
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- ANSTEAD, Nick; O'LOUGHLIN, Ben. Social media analysis and public opinion: The 2010 UK general election. In: **Journal of Computer-Mediated Communication**, Oxford: Oxford University Press, v. 20, Issue 2, 204–220, 2015.
- ARDITI, Benjamín (2014) El Populismo como Espectro de la Democracia. Respuesta a Canovan. In: **La política en los bordes del liberalismo**. 2a ed. ampl. Madrid: Gedisa, 2014 p. 107-158.
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. 1951.
- BADIE, Bertrand.; BIRNBAUM, Pierre. **Sociologie de l'État**. Paris: Grasset, 1983.
- BAKER, Peter C. Populismo, conceito precário (1). **Outras Palavras**, 5 fev. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/populismo-conceito-precario>>. Acesso em: [03/08/2023].
- BAKER, Peter C. Populismo, conceito precário (2). **Outras Palavras**, 5 fev. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/populismo-conceito-precario-2>>. Acesso em: [03/08/2023].
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita**: crítica aos herdeiros do sigma.? 2015, <https://doi.org/10.7476/9788568334683>.

BARBOSA, S. Para entender as “jornadas de junho de 2013” à luz do pensamento de Ernesto Laclau, anais do I Simpósio Pós-estruturalismo e Teoria Social, O legado transdisciplinar de Ernesto Laclau, 2014.

BATISTELLA, A. Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau. **Tempo e Argumento**, 12(29): e 0204. 2020.

BERSTEIN, Serge. **La France des années trente**. Paris: Armand Colin, 2001.

BERSTEIN, Serge, “Les ligues”, **Après-demain**, 2017/3 (N ° 43, NF), p. 31-33. DOI : 10.3917/apdem.043.0031. URL :

<<https://www.cairn.info/revue-apres-demain-2017-3-page-31.htm>>.

BETZ, Hans-Georg. **The Radical Right and Populism**. In RYDGREN, J. The Oxford Handbook of the Radical Right. Oxford University Press, 2018.

BIRNBAUM, P. "La France aux Français". **Histoire des haines nationalistes**. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

BIRNBAUM, P. Les Fous de la République. Histoire politique des Juifs d'État, de Gambetta à Vichy, Fayard, Éditions du Seuil, 1994.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. **Introdução Para Entender a Nova Direita Brasileira**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-62.

BRÉCHON, Pierre (dir.). **Les partis politiques français**. Paris: La Documentation française, 2010.

BRÉCHON, Pierre, GONTHIER, F. et ASTOR, S. **La France des valeurs**. Quarante ans d'évolutions. Presses universitaires de Grenoble, 2019.

BURLAUD Antony, « La rigueur de 1983 : un tournant politique ? », **Savoir/Agir**, 2017/4 (N° 42), p. 23-29. DOI : 10.3917/sava.042.0023. URL : <https://www.cairn.info/revue-savoir-agir-2017-4-page-23.html>

CANOVAN, M. **Trust the people! Populism and the two faces of democracy**. Political Studies, 1999, 47(1): 2-16.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O Cadete e o Capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2019.

CAVALCANTI, Davi Barboza. **Quem São os Grupos de Direita que Ganharam as Ruas do País: Uma Análise de Redes com Ênfase nos Atores e nas Pautas do Movimento Brasil Livre e do Vem Pra Rua**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CLARK, Christopher. **Iron Kingdom: The Rise and Downfall of Prussia, 1600-1947**. Belknap Press, 2010.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Velasco e Cruz S.; Kaysel, A.; Coda, G. (Orgs.). **As direitas**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, cap. 5, p. 115 – 144.

COLE, Alistair. **French politics and society**. 1998.

CRÉPON, Sylvain.; DÉZÉ, Alexandre.; MAYER, Nonna. **Les Faux-semblants du Front national: Sociologie d'un parti politique**. Paris: Presses de Sciences Po, 2015.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DAFOE, Allan. Science Deserves Better: The Imperative to Share Complete Replication Files. PS: **Political Science & Politics**, 2014, 47(1), 60-66. doi:10.1017/S104909651300173X

DAL PIVA, Juliana. **O Negócio do Jair: A história proibida do clã Bolsonaro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

DAVIES, Peter. **The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From De Maistre to Le Pen**. Routledge, 2002.

DESCAMPS Florence, « Les technocrates du ministère des Finances et le tournant de la rigueur de 1983. Conversion libérale ou idéologie gestionnaire ? », **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, 2018/2 (N° 138), p. 33-47. DOI : 10.3917/ving.138.0033. URL : <https://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2018-2-page-33.html>

DOBRY, Michel. Février 1934 et la découverte de l'allergie de la société française à la "Révolution fasciste", dans **Revue française de sociologie**, 1989, 30-3-4. Sociologie de la révolution. Études réunies et introduites par François Gresle et François Chazel. p. 511-533.

DOBRY, Michel. **Sociologie des crises politiques: la dynamique des mobilisations multisectorielles**. 3. éd. Paris: Presses de Sciences Po, 2009.

DORIA, Pedro. **Brazilian Fascism: How Integralism, The Largest Far-Right Movement Outside Europe Shaped Brazil and Its Future**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2020. ISBN 978-65-5535-141-5.

- DUHAMEL, Olivier. **Droit constitutionnel et institutions politiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 1912.
- EVANS, Richard. J. **O Terceiro Reich no Poder**. 2003.
- ELOIRE Fabien, « Le “tournant de la rigueur” comme processus régulateur. Étude d’une décision de politique économique », **Revue française de sociologie**, 2020/2 (Vol. 61), p. 207-241. DOI : 10.3917/rfs.612.0207. URL : <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2020-2-page-207.html>
- FERNANDES, Leila Milli. **Fascismo à brasileira: análise dos discursos de Jair**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua história**. 2001.
- FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.
- FOUREST, Caroline. **Marine Le Pen**. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 2011.
- FRANÇA. Constitution du 4 octobre 1958, 1958. URL : <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000000571356/>.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2013 (1933).
- FYSH, Peter.; WOLFREYS, Jim. **The Politics of Racism in France**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.
- GAINOUS, J.; WAGNER, K.W. **Tweeting to power: The social media revolution in American politics**. Oxford: Oxford UP, 2014.
- GAÏTI, B. **Les incertitudes des origines**. Mai 58 et la V république, dans *Politix*, vol. 12, n°47, Troisième trimestre 1999, p. 27-62.
- GARRIGOU Alain. **La politique en France. De 1940 à nos jours**. La Découverte, « Repères », 2017, ISBN : 9782707154446. DOI : 10.3917/dec.garri.2017.01. URL : <https://www.cairn.info/la-politique-en-france--9782707154446.htm>.
- GARRIGOU, Alain. Histoire sociale du suffrage universel en France, Paris, Seuil, 2002, pp. 80-90 : « Le vote dans ses dépendances ».
- GARRIGOU Alain. « La construction sociale du vote. Fétichisme et raison instrumentale », *Politix*, 1993/2 (N° 22), p. 5-42. DOI : 10.3406/polix.1993.2042. URL : <https://www.cairn.info/revue-politix-1993-2-page-5.htm>.
- GARRIGUES, J. **Les hommes providentiels**. Histoire d'une fascination française. Paris: Seuil, 2002.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GHIRALDELLI, Paulo Jr. **A filosofia explica Bolsonaro**. 1ª ed. São Paulo: Leya, 2019.
- GOMES, A. de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, 1(2): 31-58. 1996.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- GOULART, Mayra. Da Diferença à Equivalência: Hipóteses Laclaunianas sobre a Trajetória Legislativa de Jair Bolsonaro. Rio de Janeiro: Revista Dados, vol. 67, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.1.313>.
- HALIMI S., 2000, **Quand la gauche essayait** Paris, Arléa.
- HALL P. A., 1987, « The Evolution of Economic Policy under Mitterrand » in G. ROSS, **The Mitterrand Experiment: Continuity and Change in Modern France**, Oxford, Oxford University Press.
- HALL, Stuart. The Great Moving Right Show. In: **Marxism Today**, n. 1, p. 14-20, janeiro de 1979.
- HAINSWORTH, Paul. The extreme right in Europe. In: **The politics of the extreme right**, pp. 1-22. Pinter, 2000.
- HAWKINS, K. A., AGUILAR, R., CASTANHO SILVA, B., JENNE, E. K., KOCIJAN, B., and ROVIRA KALTWASSER, C. **Measuring Populist Discourse: The Global Populism Database**, In: EPSA Annual Conference, 2019.
- HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. **Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash**. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2019.
- IMLAY, Talbot C. The French Resistance. In: **The Oxford Handbook of European History, 1914-1945**, 2016.
- IRVINE, W. D. **The Boulanger Affair Reconsidered: Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France**. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- JOLY Laurent, « L'entrée de l'antisémitisme sur la scène parlementaire française. Le débat sur l'« infiltration juive » à la Chambre en mai 1895 », *Archives Juives*, 2005/1 (Vol. 38), p. 114-128. DOI : 10.3917/aj.381.0114. URL : <https://www.cairn.info/revue-archives-juives1-2005-1-page-114.htm>.
- JUDT, Tony. **Pós-Guerra: Uma História da Europa Desde 1945**. 2005.
- JUNGHERR, Andreas. **Analyzing political communication with digital trace data: The role of Twitter messages in social science research**. Heidelberg: Springer, 2015.

JUNGHERR, A. **Twitter in Politics: A Comprehensive Literature Review**, 2014. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2402443>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

IBSEN, Malte Frøslee. **The Populist Conjuncture: Legitimation Crisis in the Age of Globalized Capitalism**. *Political Studies*, 7(3): 795–811, 2019.

IVALDI, G.; LANZONE, M. E.; WOODS, D. Variedades de Populismo através de um Espectro Esquerda-Direita: o caso do Front National, a Liga Norte, Podemos e Movimento Cinco Estrelas. **Swiss Political Science Review**, v. 25, n. 4, p. 283-304, 2019.

KAITLEN, Cassel. **Methodological Memo on Measuring Populist Rhetoric on Twitter**. Global Populism Database, 2020.

KING, Gary; KEOHANE, Roberto; VERBA, Sidney **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KLANDERMANS, Bert; MAYER, Nonna. **Extreme right activists in Europe: through the magnifying glass**. Londres / New York: Routledge, 2006.

KNAPP, Andrew; WRIGHT, Vincent. **The government and politics of France**. Routledge, 2001.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LE PEN, Marine. **Pour que vive la France**. Paris: Éditions Grancher, 2012.

LE PEN, Marine. **À Contre-Flots**. Paris: Editions Grancher, 2011.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LISZKAI, Laszlo. **Marine Le Pen, un nouveau Front National**. Lausanne: Éditions Favre SA, 2010.

LYNCH, Christian. “Um conservadorismo estatista: nacionalismo, democracia cristã e crítica do neoliberalismo na obra de Oliveira Vianna”. **Revista Política Hoje**, v. 27, Edição especial, 2018, pp. 9-26.

GARRIGOU, Alain. **Histoire sociale du suffrage universel en France: 1848-2000**. Points. 2002.

GONZÁLEZ, Rodrigo; BAQUERO, Marcello; MELLO, Luis Gustavo. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 09-44, 2021.

HAWKINS, K. A., AGUILAR, R., CASTANHO SILVA, B., JENNE, E. K., KOCIJAN, B., and ROVIRA KALTWASSER, C. 2019. "Measuring Populist Discourse: The Global Populism Database". Paper presented at the 2019 EPSA Annual Conference in Belfast, UK, June 20-22.

[Global Populism Database - Harvard Dataverse](#)

[Revealed: the rise and rise of populist rhetoric | World news | The Guardian](#)

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.

MAINWARING, Scott. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization. The Case of Brazil**. Stanford University Press. 1999.

MAMMONE, Andrea; GODIN, Emmanuel; JENKINS, Brian. Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe: **From Local to Transnational**. Routledge, 2012.

MAYER, Nonna. **Ces Français qui votent Le Pen**. Paris: Flammarion, 2002.

MAYER, Nonna. Les électeurs du Front national (2012-2015). GOUGOU F.; TIBERJ V. **La déconnexion électorale**. Fondation Jean-Jaurès, pp.69 - 76, 2017.

MAYER, Nonna. **O Impacto Eleitoral da 'Crise de Representação': O Caso do Front National Francês**. Representation, v. 55, n. 4, p. 475-490, 2019.

MAYER, Nonna. Comment Nicolas Sarkozy a rétréci l'électorat Le Pen. **Revue Française de Science Politique**, Éditions Presses de Science Po. 2007/3 (Vol. 57), pages 429 à 445.

MITTERRAND, François. **Le coup d'état permanent**. Plon, 1964.

MOFFIT, Benjamin. How to Perform Crisis: a Model for Understanding the Key Role of Crisis in Contemporary Populism. **Government and Opposition**, vol. 50, n. 2, 189-217, 2015.

MOFFIT, Benjamin. Rethinking Populism: Politics, Mediatization and Political Style. **Political Studies**, 2014, vol. 62, pp. 381-397.

MOTTA, R. P. S. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de sociologia e política**, 2006, pp. 165-175.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MUCCHIELLI, L. **Les sciences sociales**. Paris: La Découverte, 2002.

- MUDDE, Cas, ROVIRA KALTWASSER, C. **Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda**. Comparative Political Studies, 2018, 51(13): 1667-1693.
- MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MUDDE, Cas. **The Populist Zeitgeist. Government and Opposition**, 2004. 39: 541-563. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
- MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Editora, 2019.
- NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: De Junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1992.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash. Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- OLIVEIRA, A. **Qual foi a influência da Lava Jato no comportamento do eleitor? Do lulismo ao bolsonarismo**. Recife: Editora da UFPE, 2019.
- PAES MANSO, Bruno. **A República das Milícias: Dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2020.
- PAXTON, R. O. **La France de Vichy, 1940-1944**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- PEREIRA, Mateus; KLEM, Bruna; ARAUJO, Valdei. **Do fake ao fato: Des(atualizando) Bolsonaro**. São Paulo: Editora, 2020.
- PERRINEAU, Pascal. **La France au Front**. Essai sur l'avenir du FN. Fayard, Paris, 2014.
- PIKETTY, Thomas. **Le capital au XXIe siècle**. Paris: Seuil, 2013.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; DE FREIXO, Adriano; CUSTÓDIO, Túlio (orgs.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana.; MURY SCALCO, L. **Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo**. **Cadernos IHUideias**, v. 16, nº278, 2018.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

- RÉMOND, R. **Les droites en France**. Paris: Aubier, 1992.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RODRIK, D., Populism and the Economics of Globalization. **Journal of International Business Policy** 1: 12–33, 2018.
- ROGERS, R. **Digital Methods**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2013.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. 1ª ed. Springer Nature, 2021. DOI: 10.1007/978-3-030-79653-2.
- ROCHA, Camila. **Menos Marx, Mais Mises: Uma Gênese da Nova Direita Brasileira (2006-2018)**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ROEDER, Karolina Mattos. **Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social**. Belo Horizonte: ABCP, 2016.
- RONDEROS, S.; BARROS, T. Zicman de. **Populismo e antipopulismo na política brasileira: Massas, Lógicas Políticas e Significantes em Disputa**. Aurora: revista de arte, mídia e política, 12(36): 31-48. 2020.
- ROSANVALLON, Pierre. **La nouvelle question sociale: Repenser l'État-providence**. Paris: Seuil, 1994.
- ROSANVALLON, Pierre. **La contre-démocratie. La politique à l'âge de la défiance**. Paris: Éditions du Seuil, 2008.
- ROSANVALLON, Pierre. **Le siècle du populisme. Histoire, Théorie, critique**. Paris: Seuil, 2020.
- RUDELLE, O.; STERNHELL, Zeev. **La droite révolutionnaire, 1885-1914**, Les origines françaises du fascisme. **Revue française de science politique**. 1978.
- SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019.
- SAINT-CLAIR, Clóvis. **O homem que peitou o exército e desafia a democracia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2018.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: Faperj, 1999.
- SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. Da Nova República à Nova Direita: O Bolsonarismo como Sintoma Mórbido. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 24, p. 1-30, 2021.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas**: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, n. 102, p. 39-59, julho 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201500020004>.

SINGER, André.; LOUREIRO, I.. **As Contradições do Lulismo: A Que Ponto Chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. **O Lulismo em Crise: Um Quebra-Cabeça do Período Dilma (2011-2016)**. Em: São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIRINELLI, J.-F. (dir.). **Histoire des droites en France**. Paris: Gallimard, 1993.

SOLANO, Esther. **Crise da Democracia e Extremismo da Direita**. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert Stiftung, 2018.

SOLANO, Esther. **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

STAVRAKAKIS, Y. Discourse theory in populism research: Three challenges and a dilemma. *Journal of Language and Politics*, 16(4): 523-534. 2017.

STERNHELL Zeev, Maurice Barrès et le nationalisme français. Presses de Sciences Po, « Académique », 1972, ISBN : 9782724602269. DOI : 10.3917/scpo.stern.1972.01. URL : <https://www.cairn.info/maurice-barres-et-le-nationalisme-francais--9782724602269.htm>.

STERNHELL, Zeev. **La droite révolutionnaire**: les origines françaises du fascisme 1885-1914. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. **The Birth of Fascist Ideology: From Cultural Rebellion to Political Revolution**. Princeton University Press, 1994.

STERNHELL, Zeev. **Ni droite ni gauche**. L'idéologie fasciste en France. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

STOCKEMER, Daniel. **The Front National in France**: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen. Cham: Springer International Publishing, 2017.

TAGGART, P. Populism in Western Europe, In: KALTWASSER, Cristobal; TAGGART, Paul; ESPEJO, Paulina; OSTIGUY, Pierre (Editor). **The Oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

TAGUIEFF, Pierre-André. **Sur la Nouvelle Droite**. Paris: Descartes & Cie, 1995.

TAGUIEFF, Pierre-André. **Du diable en politique**. Réflexions sur l'antilepénisme ordinaire. CNRS Éditions, 2014.

- TAROUCO, Gabriela. S.; MADEIRA, R. M. **Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro**: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates* (UFRGS), v. 7, p. 93-114, 2013.
- TOMBS, R. **France 1814-1914**. Londres: Longman, 1996.
- URBINATI, N. **Democracy Desfigured. Opinion, truth, and the people**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2014.
- URBINATI, N. **Me The People. How Populism Transforms Democracy**. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2019.
- URIZZI, E. Cervi. As sete vidas do populismo. **Revista de Sociologia e Política** [en linea]. 2001, (17), [fecha de Consulta 14 de Outubro de 2022]. ISSN: 0104-4478. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23801712>>.
- WEBER, Max. **Economy and Society: A New Translation**. Tradução e edição de Keith Tribe. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2019.
- WEFFORT, Francisco, **O populismo na política brasileira**. 1978.
- WINOCK, Michel. **Le siècle des intellectuels**. Paris: Seuil, 1997.
- WINOCK, Michel. **La fièvre hexagonale**. Paris: Seuil, 2001.
- WINOCK, Michel. **La France et les juifs: De 1789 à nos jours**. Paris: Seuil, 2004.
- WINOCK, Michel. **Histoire de l'extrême-droite en France**. Paris, Points, 2015.